

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

*AGROINDÚSTRIA E URBANIZAÇÃO*

*O Caso de Guariba (SP)*

V.1

Dissertação apresentada à área de  
Geografia Humana para obtenção do  
título de Mestre, sob orientação  
do Prof. Dr. Paulo Pedro Perides.

DEMÉTRIO MAGNOLI

1990

## **SUMARIO**

### **INTRODUÇÃO**

#### **I. A CIDADE NA ECONOMIA DO CAFE (1892-1932)**

- 1. A Constituição do Território Cafeeiro**
- 2. Guariba na Economia Cafeeira**
- 3. Especificidade do Urbano no Complexo Cafeeiro**

#### **II. DESAGREGAÇÃO DO COMPLEXO CAFEIRO (1932-1948)**

- 1. A Crise Cafeeira e as Transformações na Economia Rural**
- 2. A Pequena Cidade em Transição**

#### **III. A CIDADE E A AGROINDUSTRIA CANAVIEIRA (1948-1988)**

- 1. Modernização Agrícola e Agroindústria Canavieira**
- 2. Guariba no Espaço Canavieiro**
- 3. Especificidade do Urbano no Território da Usina**
- 4. Estruturação Intra-Urbana de Guariba**

### **CONCLUSÃO**

#### **APENDICE 1 - O MUNICIPIO DE GUARIBA**

#### **APENDICE 2 - PROCEDIMENTOS DE CAMPO**

#### **NOTAS DE REFERENCIA**

#### **BIBLIOGRAFIA**

**Aos meus pais.**

## INTRODUÇÃO

O propósito desse trabalho é investigar o significado do urbano numa pequena cidade interiorana paulista submetida à modernização capitalista das relações de trabalho e de produção agrícola. Por significado do urbano entende-se aqui não apenas a sua natureza objetiva mas também as formas de que se revestiu a estruturação do espaço urbano, manifestação material do conteúdo histórico das citadas transformações.

O núcleo urbano de Guariba (SP) foi escolhido como suporte empírico de pesquisa em função do seu característico modelo de expansão do espaço urbano, indissolivelmente ligado às funções que cumpre no conjunto da estrutura de produção agroindustrial da área. Originado da expansão dos trilhos da ferrovia Paulista, na última década do século passado, o município desenvolveu-se na área mais próspera do complexo cafeeiro paulista em sua fase já nitidamente capitalista. Hoje, o município situa-se no centro da principal área canavieira e num foco de concentração de usinas de açúcar e álcool. Apresenta uma estrutura agrária e uso da terra inteiramente dominados pela produção canavieira e recebe o afluxo de migrantes provenientes de Minas e Nordeste mas também do Paraná e de outras áreas de São Paulo. Ali, a urbanização da reprodução do trabalhador rural gerou as primeiras grandes greves de bóias-frias no estado de São Paulo, manifestação política das novas realidades que o município expressa.

Uma primeira preocupação orientadora da pesquisa dirigiu-se para o desvendamento das funções desempenhadas por Guariba em momentos diversos da sua história e da história da economia regional envolvente.

A periodização adotada para focar essa questão foi definida em termos da inserção do município em diferentes ambientes econômicos, singularizados historicamente pelo movimento da acumulação do capital. Essa periodização funciona como elemento estruturador da exposição. Dessa forma, a primeira parte aborda o comportamento do município no interior da economia capitalista das plantações, no oeste cafeeiro paulista. A escolha do ano de 1932 para marcar a ruptura dessa etapa guarda um pouco da aleatoriedade de todo o marco cronológico, mas está apoiada na abertura de uma temporada de vendas de fazendas de café por seus antigos e tradicionais proprietários.

Quase o mesmo vale para o ano de 1948: a sua importância é em parte simbólica, na medida em que assinala a fundação das primeiras usinas canavieiras nos arredores do município. A revolução que o advento das usinas gerou na economia rural só não foi maior que a revolução nos ritmos, formas e significados da expansão urbana que o acompanhou. As redefinições no significado da cidade de Guariba cristalizadas pela economia canavieira foram potencializadas pelo lançamento do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), em 1975, que marca o início de um novo período ou, dito melhor, de uma fase singular no interior da etapa inaugurada no final dos anos quarenta.

O município de Guariba constitui uma unidade administrativa e uma matriz discreta de dados estatísticos, nada mais que isso. Mas ele está integrado numa realidade espacial mais ampla, que alicerça a produção agroindustrial das usinas localizadas nos seus arredores. Em função da abrangência dessa pesquisa, restrita aos limites municipais, evitou-se a sedutora expressão "território de Guariba", preferindo-se guardar o uso do termo "território" para fazer referência ao "território cafeeiro" ou ao "território da usina".

Com essa medida de prudência, procurou-se dirigir a atenção para o conceito de divisão territorial do trabalho, uma dimensão crucial do movimento da acumulação capitalista. Mediação operativa fértil para o desvendamento da espacialidade do processo de produção e circulação de mercadorias, esse conceito assume a desigualdade e a variabilidade como aspectos constitutivos da realização da acumulação e da reprodução do capital. As especializações produtivas de determinadas porções do espaço, referenciadas em processos de âmbito nacional ou internacional, parecem básicas para a compreensão dos movimentos de territorialização (ou de regionalização) que tornam tanto mais singulares os lugares quanto mais se torna homogênea a economia capitalista.

Uma segunda preocupação da pesquisa dirigiu-se para a investigação da produção do urbano no interior do município de Guariba.

Guariba participa de territórios constituídos historicamente. A sua área rural (o "campo") e a sua área urbana representam cristalizações específicas das necessidades postas pelo movimento de produção e reprodução desses territórios. Não são entidades mutuamente definíveis pelos procedimentos da razão abstrata. Assim, procurou-se explicar a formação e transformação da cidade de Guariba em função do movimento de conjunto realizado pelo território em que se integrava o município. Essa atitude não suprime a necessidade de se buscar a particularidade dos processos históricos concretos, onde o acaso e a vontade individual frequentemente determinam desenvolvimentos decisivos e muitas vezes inesperados.

A investigação da produção do urbano deparou-se logo com os problemas suscitados pela produção da pobreza urbana, dimensão crucial das formas de urbanização e periferização dos trabalhadores rurais empregados sazonalmente na economia canavieira.

A pobreza urbana constituiu alvo de numerosa bibliografia, voltada muitas vezes para a descrição daquilo que pareceu ser uma aberração ou uma anomalia social: alguma coisa externa à lógica da realidade em que se inseria ou (para usar a expressão adequada à idéia) em que se infiltrava. Aqui, adotou-se o caminho oposto, fundado na crença de que a pobreza urbana é um aspecto inseparável da existência mesma do urbano na economia capitalista.

Precisamente por representar um elemento imanente à cidade

formada no território da economia canavieira, a pobreza urbana de Guariba forma um conjunto diferenciado e estruturado. Tanto a sua diferenciação como a estruturação do conjunto respondem a demandas postas pelo movimento de acumulação do capital. Nesse sentido, a pobreza urbana é necessariamente uma pobreza historicamente definível e, sempre, uma pobreza relativa.

A análise da configuração dos sucessivos cinturões periféricos que produziram a atual cidade de Guariba foi o caminho escolhido para abordar essa espécie de pobreza, que é uma pobreza integrada ao capital, ou uma pobreza-para-o capital. Através da desconstrução da realidade urbana caótica dessa pequena cidade em crescimento acelerado, pode-se perceber uma imagem estranha e incomum da pobreza urbana. No lugar de uma "mancha" de pobreza (a imagem mítica tão teorizada de um "bolsão" ou "reservatório" de pobres), surgiu um continuum de pobrezas relativas que liga por um mesmo fio áreas pobres e não tão pobres da cidade. Um continuum que parece ser a imagem congelada de processos sucessivos de produção e reprodução de pobrezas relativas submetidas às demandas mais gerais da economia agroindustrial implantada na região.

A organização da exposição reflete uma convicção do autor: a reflexão metodológica só adquire legitimidade quando nasce dos problemas postos pela própria realidade empírica, quando forma uma tradução, no nível cognoscitivo, dessa realidade. As teorias e



conceitos, os modelos explicativos, não podem prescindir das realidades empíricas das quais, afinal, se originam. Por isso, a exposição procura articular o histórico e o teórico no interior de cada uma de suas partes, ao invés de se abrir com reflexões teóricas condenadas ao papel de camisas-de-força do objeto de investigação.

A primeira parte da exposição (*A CIDADE NA ECONOMIA DO CAFE, 1892-1932*) aborda a formação do município no interior do território cafeeiro e procura sugerir a existência de um modelo de comportamento do urbano inserido no Complexo Cafeeiro Capitalista. A parte seguinte (*DESAGREGAÇÃO DO COMPLEXO CAFEIRO, 1932-1948*) enfoca as repercussões da dissolução do Complexo Cafeeiro Capitalista na organização do segmento rural e do segmento urbano do município. Nessa parte da exposição, o recurso a um esboço de análise do comportamento regional de outras cidades próximas procurou iluminar, ainda que precariamente, as alterações que se verificavam na divisão territorial do trabalho.

A parte final (*A CIDADE E A AGROINDUSTRIA CANAVIEIRA, 1948-1988*) começa tratando da constituição de um "território canavieiro" para poder iluminar as demandas que são postas para a cidade. A pobreza urbana e a sua caracterização surgem como uma espécie de conclusão dessa parte, alinhavada no Capítulo 4 (*Estruturação Intra-Urbana de Guariba*). Esse último capítulo apoiou-se em dados quantitativos coletados no campo através de um levantamento das características do Centro Comercial e de Serviços e de dezesseis diferentes áreas residenciais.

Dois apêndices à exposição podem esclarecer eventuais dúvidas técnicas. O primeiro sintetiza a evolução político-administrativa do município de Guariba, enquanto o segundo descreve os procedimentos adotados para o levantamento de campo mencionado.

\* \* \* \*

Durante todo o período de coleta de dados, levantamento bibliográfico e preparação do texto, os fundamentos conceituais e a estruturação lógica desse trabalho sofreram intensas transformações. Em grande parte, elas resultaram da crítica tenaz e percuciente do professor Dr. Paulo Perides. As suas observações lúcidas, essenciais, desvendaram dimensões insuspeitadas de análise e iluminaram caminhos que revelaram-se frequentemente os mais promissores. Na preocupação com o detalhe aparentemente irrelevante, na paciência diante da reiteração de enganos mais ou menos óbvios, no estímulo permanente e na franqueza da crítica - em tudo isso a sua orientação ultrapassou largamente as expectativas razoáveis do orientando.

Realizei quatro viagens de trabalho para Guariba. Lá, as dificuldades naturais para a coleta de dados foram radicalmente amenizadas pela colaboração desinteressada de tantas pessoas que resulta impossível elencar todos os agradecimentos devidos. Contudo, é indispensável fazer referência a algumas, que dispenderam um tempo considerável facilitando-me informações e sugerindo fontes de dados.

O sr. Ramez Atique, professor e diretor de escola, antigo morador da cidade e fundador do seu Museu Histórico, atendeu-me com uma solicitude e entusiasmo difíceis de descrever. Na Prefeitura de Guariba, o arquiteto José Rodrigues Fabrício Jr. e o desenhista José Nildo Defante contribuíram com informações valiosas que eu não poderia obter por outros meios. Na Cooperativa dos Fornecedores de Cana o sr. José Bichara emprestou-me a sua competência e os seus contatos.

O trabalho de pesquisa e redação que resultou nessa Dissertação, iniciado em 1986, beneficiou-se de bolsa de estudos concedida pela CAPES, até março de 1989.

Outubro, 1990.

*I*

*A CIDADE NA ECONOMIA DO CAFE*

*(1892 - 1932)*

## 1. *Constituição do Território Cafeeiro*

Durante a segunda metade do século XIX, a economia cafeeira transformou-se no pólo dinâmico do conjunto da economia brasileira, definindo seus laços com o mundo, as modalidades da modernização das relações de produção e os padrões de valorização das áreas mais importantes do território nacional.

O crescimento quantitativo da produção nacional e a evolução da participação do café nas exportações podem ser observados através da tabela reproduzida a seguir:

TABELA 1 - BRASIL: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CAFE, 1850-1900

Anos	Produção (+)	Crescimento (++)	Participação no Valor Total das Exportações
1851-1860	2,6	100	48,8%
1861-1870	2,9	111,5	45,2%
1871-1880	3,6	138,5	56,4%
1881-1890	5,3	203,8	61,7%
1891-1900	7,2	276,9	63,8%

(+) em milhões de sacas anuais

(++) Base 100 fixa

Fontes: Sérgio Silva (1981: 49) e J.R. de Araujo Filho (1956: 80)

O papel crescente da economia cafeeira de exportação refletia as necessidades postas pelo mercado mundial capitalista na fase da sua plena constituição.

A segunda metade do século XIX assistiu à efetiva mundialização do modo de produção capitalista, processo que tem na multiplicação das demandas e dos fluxos de comércio internacionais uma de suas componentes mais visíveis. Durante a década de 1860, o comércio

mundial cresceu a uma taxa média anual de 5,5%, que só viria a ser superada muito mais tarde, nos vinte anos de expansão acelerada que seguiram a Segunda Guerra. Mesmo ao longo do período de 1870-1900, marcado por crises bancárias e de emprego seguidas, o comércio mundial continuou crescendo aceleradamente, a taxas médias anuais de 3,2% (1). Contudo, essa componente de fácil percepção estatística esconde um movimento mais profundo, no qual reside a singularidade daquela fase: a constituição do mercado mundial capitalista significou a constituição das condições gerais da produção capitalista em espaços afastados dos pólos industriais da época.

Efetivamente, a ampliação quantitativa das trocas internacionais impulsionadas pelo capital comercial gera uma revolução nas antigas bases em que estava assentada a produção, tornadas obsoletas pelas novas necessidades. Ou seja, a dinâmica de expansão do mercado mundial forja as condições da multiplicação acelerada da produção de mercadorias. Nesse sentido crucial, o capital comercial funcionou como vanguarda da generalização das relações de produção capitalistas (\*).

A constituição do mercado mundial capitalista instaura uma Divisão Internacional do Trabalho muito mais complexa que aquela vigente na fase anterior, fundada na mera apropriação pelas metrópoles

=====

(\*) O processo que institui e define a formação econômico-social capitalista é constituído de diferentes e contraditórios momentos articulados entre si: num deles temos a produção da mercadoria e a produção da mais-valia organizados de um modo caracteristicamente capitalista, dominado pela mais-valia relativa; num outro temos a circulação da mercadoria, subordinada à produção; num outro temos a produção subordinada à circulação. Mas, esses momentos estão articulados entre si num único processo, embora possam estar disseminados por espaços diferentes. Estou, portanto, trabalhando com a premissa de que a mercadoria dá um carácter mundial ao capitalismo. José de Souza Martins, O Cativo da Terra, Ciências Humanas, São Paulo, 1981, p. 21.

européias de sobre-trabalho materializado em produtos tropicais coloniais. Na nova Divisão Internacional do Trabalho, a acumulação tem como força motriz não a simples circulação de mercadorias mas a exportação de capitais. Surgia o capital financeiro e, com ele, os investimentos no exterior. Os principais países industriais da época conheciam uma alteração qualitativa e estrutural das suas relações com o mercado mundial, que passam cada vez mais a se apoiar na combinação de saldos negativos comerciais com saldos positivos e crescentes decorrentes das receitas do capital financeiro (\*).

=====

(\*) O balanço de pagamentos da Grã-Bretanha constitui exemplo notável dessa transição na via da plena constituição do mercado mundial capitalista:

**BALANÇO DOS PAGAMENTOS CORRENTES DA GRÃ-BRETANHA**  
(médias anuais, em milhões de libras)

	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)	saldo líquido total
1816-20	-11	-3	+10	+8	+3	+7
1826-30	-14	-3	+8,5	+9,5	+2	+3
1836-40	-23	-4	+11	+15	+4	+3
1846-50	-25	-6	+14	+18	+4	+5
1856-60	-33,5	-8	+26	+33,5	+8	+26
1866-70	-65	-9	+45	+57	+13	+41

(I) balança comercial                      (II) emigrantes, turistas, governos  
(III) transportes marítimos              (IV) lucros, juros, dividendos  
(V) seguros, corretagem, comissões

Fonte: Michel Beaud (1987: 163).

O notável impulso dos itens IV e V (ao lado, naturalmente, do item III), próprios do desenvolvimento do capital financeiro, garante uma ampliação enorme das importações de matérias-primas e produtos agrícolas que se revela no crescimento do déficit comercial e, simultaneamente, saldos líquidos positivos sempre maiores. Observe-se que esse processo torna-se muito nítido depois de 1850.



Contudo, a exportação de capitais tem como resultado o alargamento constante das fronteiras espaciais da lógica do valor, ou seja, a internacionalização da lógica do valor e da produção especificamente capitalista de mercadorias. Ela introduz nos territórios da periferia capitalista o universo de relações de produção e de trabalho próprio ao capital, gerando "espaços derivados" dotados da complexidade social inerente à produção capitalista (\*).

E nesse quadro que se insere a evolução da economia cafeeira de exportação na segunda metade do século XIX. Expressão da articulação do espaço brasileiro ao mercado mundial em constituição, o crescimento quantitativo da produção de café realiza-se através da assimilação da lógica do valor e das relações sociais que lhe são correspondentes. Espaço derivado das novas necessidades postas pela Divisão Internacional do Trabalho, os territórios valorizados pela economia cafeeira de exportação formam a moldura onde se gera uma sociedade capitalista complexa.

=====

(\*) O capital não pode desenvolver-se sem os meios de produção e forças de trabalho existentes no mundo inteiro. Para estender, sem obstáculos, o movimento da acumulação necessita dos tesouros naturais e das forças de trabalho existentes na superfície terrestre. Mas como estas se encontram, de fato, em sua grande maioria, acorrentadas a formas de produção pré-capitalistas - este é o meio histórico da acumulação de capital - surge, então, o impulso irresistível do capital de apoderar-se daqueles territórios e sociedades. Rosa Luxemburgo, A Acumulação do Capital, Zahar, Rio de Janeiro, 1970, pp. 314-315.

### 1.1. O Complexo Cafeeiro Capitalista

As últimas décadas do século XIX conheceram a incorporação das terras do "Oeste Paulista" à economia cafeeira de exportação, nas condições dadas por relações de produção e de trabalho resultantes do esgotamento do escravismo.

Procurando captar a originalidade do conjunto econômico e social que presidiu a ocupação dessas terras pelo café, Wilson Cano (1977: 17-18) elabora o conceito de "complexo econômico".

Na definição que dá a esse conceito, o autor destaca a presença de um conjunto integrado e interdependente de atividades capaz de gerar uma dinâmica de acumulação inerente ao sistema em que estão inseridas. Trata-se, então, de um sistema econômico dotado de certa autonomia e de limites mais ou menos definidos, fundado na interação de diferentes agentes econômicos participantes da mesma lógica de acumulação que atua no conjunto do sistema (\*).

=====

(\*) Torna-se necessário, portanto, distingui-lo de outras economias cujos componentes guardam pouca ou nenhuma interdependência entre eles; o caso da economia mineradora do tipo "enclave", o de uma agricultura camponesa "auto-suficiente" com tênues ligações com o resto do sistema na qual está inserida, e o latifúndio quase-autárcico, decadente e escravista que se forma em fins do século XVIII e inícios do XIX em Minas Gerais, com a exaustão mineradora. Wilson Cano, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, Difel, Rio de Janeiro, 1977, p. 17.

Contudo, o autor subordina nitidamente o conceito de "complexo econômico" à análise, primordial, das relações de produção. Por essa via, sublinha na economia cafeeira a formação do "Complexo Capitalista", analiticamente distinto do "Complexo Escravista", ainda que a produção fundada no trabalho escravo historicamente tenha se mesclado eventualmente à produção fundada no trabalho livre (\*).

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre, na forma assumida no país, tingiu-se de características profundamente conservadoras. Derivou, centralmente, dos condicionamentos e limitações internacionais ao tráfico negreiro, acabando por induzir à abolição gradual da utilização do trabalho cativo e a uma gradual substituição por diferentes modalidades de trabalho livre. O "Complexo Cafeeiro Capitalista" surge e se consolida durante essa transição, configurando-se como solução historicamente encontrada para a expansão da acumulação do capital investido na economia cafeeira de exportação em situação de inelasticidade de oferta de força de trabalho escrava.

=====

(\*) Em alguns casos, e principalmente no do "Oeste Paulista", poder-se-ia distinguir, na realidade, quatro "momentos" da evolução histórica cafeeira: um primeiro, em que a atividade é escravista; um segundo, em que predominando ainda o escravismo, já existem alguns segmentos operando com trabalho assalariado ou com outras formas distintas do trabalho (a parceria, por exemplo); o terceiro, ao contrário do anterior, seria aquele em que a predominância se daria na forma do trabalho assalariado e, no último, finalmente, a escravidão estaria extinta. Wilson Cano, op.cit., p. 19.

Essa transição foi acompanhada por uma outra, resultante do esgotamento dos "estoques de terras" disponíveis para a economia cafeeira nas condições de produção vigentes no Vale do Paraíba, caracterizada pela ocupação das "terras novas" do "Oeste Paulista". Contudo, não se trata de dois processos distintos e concomitantes, mas de um único processo que se manifesta em planos diferentes. O esgotamento do "estoque de terras" do Vale do Paraíba não é um esgotamento físico, mas econômico. Seu conteúdo é dado pelas características inerentes ao "Complexo Escravista", responsáveis por uma lenta mas inexorável decadência da produção nas "áreas antigas".

O Vale do Paraíba conheceu seguidos incrementos da produção desde a década de 1830 (quando era responsável praticamente pela totalidade da produção nacional) até 1882, quando alcança 2,6 milhões de sacas, que representa o auge da sua produção absoluta e quase 50% da produção nacional. Entretanto, esta produção recordista escondia os sintomas da decadência, na medida em que se baseava na última grande onda de expansão das plantações da área, ocorrida nos primeiros anos da década de 1870, momento de alta dos preços do café no mercado internacional: em 1882, menos de 25% dos cafeeiros teriam idade inferior a 20 anos e mais de 60% deles teriam idade superior a 45 anos, resultando em produtividade muito baixa. No final da década de 1880, inicia-se a decadência da produção do Vale (2).

A produção escravista do Vale do Paraíba apresentou uma dinâmica espacial característica da economia extensiva das plantações de café, fundada na combinação de áreas velhas, maduras e novas. A captura da renda diferencial (de fertilidade) gerada nas áreas novas catalizava investimentos na formação de fazendas, determinando um constante alargamento espacial do território cafeeiro escravista.

Entretanto, a distância dos portos exportadores constituiu uma limitação objetiva a essa dinâmica espacial, que viabilizava a reprodução econômica do sistema. Nas condições vigentes de transporte, baseadas em tropas de animais, a expansão extensiva das plantações encontrou rígidos limites geográficos, com as inevitáveis consequências sobre a reprodução do capital investido no complexo escravista. Apenas o advento do transporte ferroviário, depois de 1867, romperia esses limites, mas já nas novas condições geradas pela formação do complexo capitalista.

A perda do dinamismo espacial do complexo escravista combinou-se com a nova conjuntura de encarecimento dos custos da força de trabalho, determinado pela crescente escassez de escravos resultante do colapso do tráfico negreiro. Depois de 1850 (Lei Eusébio de Queiroz), o crescimento das transferências de capital da produção para a circulação (traficantes, bancos, governo) reduziu a níveis muito baixos a capacidade de investimento dos fazendeiros do Vale, bloqueando o ciclo de abertura de novas fazendas e recuperação dos níveis de produtividade e rentabilidade dos cafezais.

Incapaz de reagir aos condicionamentos impostos pela produtividade decrescente das áreas envelhecidas e pelo custo crescente da força de trabalho, o Vale cingiu-se à decadência inevitável, depois do ciclo de novos plantios do princípio dos anos 1870 (3).

Contudo, se o "estoque de terras" está esgotado para o "Complexo Escravista", não está para o "Complexo Capitalista" em formação que, ao contrário, "produz" terras novas, expandindo a fronteira das plantações para o "Oeste Paulista".

A consolidação do "Complexo Capitalista" tem suas raízes na onda de plantio do período 1876-1883, que "duplica o pequeno estoque de cafeeiros produtivos, que era de 106 milhões, em 1880" (4). O aumento substancial da produção média anual na década de 1880 é um reflexo daquela onda de plantio. Se é verdade que esse aumento da produção correspondeu ainda ao predomínio do trabalho escravo, também é verdade que precisamente essa década veria a redução progressiva do trabalho escravo e o concomitante aumento substancial do trabalho imigrante nas plantações de café. Justamente em 1884 o governo de São Paulo iniciava, com uma lei que concedia passagem gratuita aos imigrantes destinados ao trabalho na agricultura, o vasto empreendimento de imigração subvencionada que acompanhou a abolição completa da escravidão (5).

Uma segunda grande onda de plantio de novos cafeeiros ocorre durante o período de 1886 a 1896, gerando um aumento brutal (da ordem de 150%) do estoque de cafeeiros produtivos em 1888 (6). Essa expansão imensa realizou-se primordialmente nas "áreas novas" do

noroeste (Mogiana e Paulista), que se transformam no pólo central da economia cafeeira de exportação num momento de decadência acentuada do Vale do Paraíba e, também, da chamada Zona Central (7).

O conteúdo da dinâmica espacial da economia cafeeira do "Oeste Paulista" não difere, essencialmente, daquele característico da economia cafeeira do Vale do Paraíba. Entretanto, a intensidade da ocupação das novas terras dependeu inteiramente do transporte ferroviário, que funcionou como um dos elementos centrais da economia das plantações do Oeste.

Subordinadas à lógica do "Complexo Cafeeiro Capitalista", as ferrovias funcionaram como produtoras de terras para o café, transformando a virtualidade natural das terras férteis do Planalto Ocidental em realidade histórica e econômica. Para além disso, contudo, desempenharam múltiplos papéis na ativação da reprodução capitalista de todo o sistema. De um lado, representaram um campo de investimentos promissores para o grande capital cafeeiro (associado ou não com capitais estrangeiros), diversificando os circuitos da acumulação e gerando múltiplas atividades correlatas. De outro, determinaram as formas de que se revestiu a valorização de terras e o movimento da fronteira econômica do café

O "Complexo Cafeeiro Capitalista" em formação articula um conjunto de elementos de base, que formam a originalidade da economia cafeeira do "Oeste Paulista". Analisando esses elementos de base, Cano (1977: 42 e ss.) destaca o papel central desempenhado pelas novas relações de trabalho criadas para resolver a questão crucial da oferta de mão-de-obra.

A introdução do trabalho livre no interior de uma economia de fundamento escravista requereu várias décadas de experimentos, das tentativas pioneiras voltadas para a parceria e iniciadas em 1947 (8), até a consolidação do regime de trabalho do colonato, na década de 1880. Contudo, a base comum a todas as diferentes soluções para o problema da mão-de-obra foi a opção pela imigração em massa. Entre 1875 e 1900 quase um milhão de imigrantes europeus entram em São Paulo, dirigindo-se a quase totalidade para as áreas cafeeiras. Essa opção refletia as estruturas sociais e mentais profundas que regiam o Brasil agrário, no momento em que eram asfixiadas as condições de reprodução do latifúndio escravista e que se impunha a criação de formas capitalistas de coerção do trabalho (9).

O colonato, regime de trabalho que se impôs como solução para a expansão cafeeira e que alicerçou o vasto fluxo imigratório das últimas décadas do século, representou uma conciliação absolutamente original entre a lógica adventista do capital e a lógica tradicional da propriedade fundiária.

Do ponto de vista da lógica do capital, a introdução do trabalho livre gerou o aparecimento da renda territorial, produto da metamorfose da renda materializada na escravaria. O surgimento da renda territorial estabelece os princípios do mercado de terras, precisamente no momento em que as fronteiras agrícolas assumiam uma importante dinâmica de expansão (\*).

=====  
(\* ) Durante a crise do trabalho servil, o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra, do predomínio num para o outro. De fato, na vigência do trabalho escravo a terra era praticamente destituída de valor. José de Souza Martins, op. cit., p. 24.



Do ponto de vista da lógica da propriedade fundiária, o colonato possibilitou a transição para o trabalho livre sem que fosse colocado em xeque o monopólio da propriedade agrícola pelas elites tradicionais. Combinando modalidades monetárias e não-monetárias de remuneração do trabalho e a produção comercial de exportação à produção de subsistência, o colonato ligou a reprodução da unidade familiar de trabalho à grande propriedade, garantindo a fixação da massa de imigrantes trazidos para o empreendimento cafeicultor.

No plano político, essa dupla transformação - a introdução do trabalho livre via imigração e a metamorfose do objeto da renda capitalizada - é acompanhada pela Lei de Terras, de 1850, que disciplina o acesso à terra. A nova legislação visava represar a força de trabalho imigrante na grande propriedade, bloqueando um desenvolvimento de tipo "farmer" do processo de ocupação de terras na área cafeeira (10).

## 1.2. A Dinâmica Espacial

A consolidação do "Complexo Capitalista" significou um impulso não apenas para o crescimento da produção cafeeira como também para a incorporação de novas terras ao espaço cafeeiro paulista. Ao lado da produção de café, o "Complexo Capitalista" liberou forças voltadas

para a produção de fazendas de café, movendo cada vez mais para o oeste a fronteira dos espaços cafeeiros paulistas (\*).

A invasão das terras do "Oeste Paulista", concomitante à decadência da produção fluminense, é refletida, com certo atraso decorrente do tempo de maturação dos cafezais novos, na produção cafeeira desagregada por estados:

TABELA 2 - PRODUÇÃO DE CAFE POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1850-1900  
(em milhões de sacas)

	1850	1860	1870	1880	1890	1900
SP	400	680	900	1420	1900	6000
RJ	1800	2000	1900	2200	1300	1120
MG	100	200	520	950	1000	1720
ES	40	60	100	170	180	420
BA	20	25	30	40	60	200

Fonte: J.R.. de Araujo Filho (1956: 80)

As décadas de 1870 e de 1880 marcam o deslanche do "Complexo Capitalista" e do movimento da fronteira cafeeira para o oeste. Elas definem o estado de São Paulo como macro-região específica, singularizada por um conjunto de relações que a vinculam de maneira especial ao mercado mundial.

Araujo Filho (1956), reinterpretando a célebre descrição do roteiro do café de Sérgio Milliet (1982), segmenta a macro-região cafeeira paulista segundo as relações de trabalho e de produção que predominaram nas diferentes áreas, no momento em que o café nelas se estabelecia.

=====  
(\*). Além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir, também, fazendas de café. José de Souza Martins, *op.cit.*, p. 68.

A Zona Norte (de Milliet), correspondente ao trecho paulista do Vale do Paraíba e aos contrafortes orientais da Mantiqueira, não passa de um prosseguimento das áreas escravistas fluminenses e mineiras. Sua preeminência na produção cafeeira paulista, absoluta até meados do século, liga-se à estrutura escravista tradicional e aos meios de transporte dependentes da tração animal, que impunham distâncias máximas dos portos de pouco mais que cem quilômetros.

A Depressão Periférica, dominada por colinas suaves, é tomada pelo avanço cafeeiro na década de 1850, quando grandes plantações se instalam nas manchas de terras-roxas ilhadas por solos geralmente pobres. As primeiras fazendas se formam no trecho central (o quadrilátero formado por Itu, Tietê, Piracicaba e Campinas), onde o café substituiu a economia canavieira dominante na primeira metade do século. Dali, o café espraia-se até Limeira e Rio Claro, no lado oriental das cuestas de arenitos e basaltos.

Ainda na década de 1850, o café chega aos contrafortes ocidentais da Mantiqueira, de solos cristalinos. Nessa área, até então limitada à agricultura de subsistência, Atibaia, Bragança, Itatiba, Amparo e Socorro tornam-se importantes centros produtores.

Não obstante o dinamismo dessas áreas, colhidas pelo avanço das plantações nos meados do século, o café combinou aí trabalho escravo e trabalho livre, com amplo predomínio do primeiro.

As zonas pioneiras, contudo, são aquelas localizadas do lado ocidental da linha de cuestas, em terras-roxas legítimas ou misturadas, cujo crescimento inicia-se na década de 1870 e está fortemente ligado à implantação do transporte ferroviário. Nelas, o trabalho livre do imigrante torna-se o eixo organizador das relações de produção mesmo antes de se tornar quantitativamente predominante.

A década de 1870 encontra os espigões de Ribeirão Preto e Araraquara (respectivamente, na margem direita e esquerda do rio Mogi-Guassú) e de Jauú (na percée do Tietê) em fase pré-pioneira (11). A ampliação da produção cafeeira da Depressão Periférica e dos contrafortes ocidentais da Mantiqueira estimulavam o povoamento e valorizavam as terras à frente, no reverso das cuestas. Nos espigões à esquerda do Mogi-Guassú tinham sido criados municípios cuja importância crescia, como Brotas, São Carlos, Araraquara e Jaboticabal (12).

Em 1867 era inaugurada a São Paulo Railway, ligando Santos a Jundiaí. Na década de 1870 as companhias Mogiana e Paulista começam a construção das ferrovias que ligariam Jundiaí e Campinas aos planaltos do noroeste do estado. A partir de 1875, a chegada dos trilhos ferroviários iria incorporar plenamente essas áreas aos espaços cafeeiros paulistas, transformando-as em zonas pioneiras. A Cia. Mogiana alcança Casa Branca em 1878 e Ribeirão Preto apenas na década seguinte, em 1883. A Cia. Paulista inicia a construção da estrada de

ferro em 1870, atingindo Limeira e Rio Claro seis anos depois, São Carlos e Araraquara em 1884/85 e Jaboticabal em 1893. Durante o seu avanço, a ferrovia Paulista abre ramais que, partindo de Itirapina, atingem Brotas e Jaú (13).

O papel dinamizador desempenhado pelas ferrovias reflete-se no rápido crescimento da produção cafeeira nos municípios atingidos pela chegada dos trilhos. Ilustra esse fenômeno a tabela seguinte, que compreende alguns municípios significativos da Zona Paulista:

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE CAFÉ EM ALGUNS  
MUNICÍPIOS DA PAULISTA (1886)  
(em arrobas)

Município	Chegada da E.F.Paulista	Produção de Café
Limeira	1876	200.000
Rio Claro	1876	600.000
Descalvado	1881	416.667
Araraquara	1885	140.000
Jaboticabal	1893	40.000

Fontes: Sérgio Milliet (1982: 54) e Odilon Nogueira de Matos (1974: 66 e ss)

As ferrovias representaram a condição prévia e inicial da ocupação das zonas pioneiras no reverso das cuestas. De certa forma, elas romperam a limitação de terras que tinha sido um dos fatores determinantes da decadência do Vale do Paraíba.

A "abundância de terras férteis", presente nas explicações clássicas sobre o desenvolvimento da economia cafeeira não é, pois, um fato da natureza, ainda que as condições climáticas, morfológicas e pedológicas sem dúvida tenham desempenhado o seu papel (14). A "abundância de terras férteis" é, antes, uma criação do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho, que tornavam o empreendimento ferroviário um dos mais lucrativos do "Complexo Cafeeiro Capitalista". Participando da reprodução do capital investido no café tanto sob a forma de destino de capitais excedentes como sob a forma de origem de novos capitais, as companhias Mogiana e Paulista foram, desde o início, propriedade de grupos de proa da burguesia cafeeira (15).

Contudo, a "criação" de terras férteis em abundância desenvolveu-se concretamente como processo de valorização capitalista de terras devolutas, que constituíam a esmagadora maioria do estoque de terras disponíveis a oeste das cuestas. Ocupadas por índios e pequenos posseiros mestiçados com indígenas ou negros que praticavam uma agricultura primitiva de excedente, elas são açambarcadas para a lógica capitalista através da compra ou, mais frequentemente, da grilagem. Transformam-se em renda territorial capitalizada, equivalente de capital.

Esse processo de "liberação" de imensos estoques de terras para a acumulação capitalista teve como pressupostos a concomitante liberação de capitais antes imobilizados para a formação dos novos cafezais e a

garantia de fluxos de mão-de-obra capazes de viabilizar o crescimento da produção. Também, dependeu do desenvolvimento ferroviário como componente específico do "Complexo Cafeeiro Capitalista". Sob esses aspectos, cruciais, o surgimento da "abundância de terras férteis" aparece como um produto histórico das relações sociais específicas que marcaram a transição para o "Complexo Capitalista".

José de Souza Martins (1981: 67 e ss.) evidencia o papel desempenhado pela extinção da escravidão na liberação de imensos capitais imobilizados em escravaria. A imigração subvencionada pelo Estado, ao desobrigar os fazendeiros dos custos de transporte dos colonos europeus, representou efetivamente um subsídio à formação do capital cafeeiro, estimulando o processo de apropriação de terras e ampliação de cafezais. Nesse sentido, a instância política - a virtual captura do Estado pela burguesia cafeeira - é componente essencial dos mecanismos de acumulação na economia cafeeira.

O avanço da frente cafeeira, na década posterior a 1875, corresponde também a uma primeira mudança no patamar da imigração, agora subvencionada: entre 1875 e 1885 o saldo imigratório no estado de São Paulo eleva-se para alguns milhares por ano e, em seguida, salta para cerca de uma dezena de milhar em 1885-86 e três dezenas em 1886-87. A abolição da escravidão impulsiona nova mudança nesse patamar, de forma que o total acumulado de imigrantes passa de cerca de 85 mil em 1887 para mais de 240 mil em 1890 e mais de 860 mil em 1897 (18).

A abertura de novos cafezais em terras incorporadas à frente pioneira combinava o uso de força de trabalho nacional e imigrante, articulando no processo de formação de capital diferentes relações de trabalho.

A derrubada da mata geralmente ficava a cargo de trabalhadores nacionais, antigos posseiros provenientes da região decadente de Minas Gerais, caboclos e caipiras. Esse empreendimento inicial era remunerado por tarefa, mediante desembolso monetário do fazendeiro.

Normalmente, depois da plena constituição do complexo capitalista, as tarefas de formação do cafezal (plantio e cuidados com os arbustos) eram realizadas por colonos estrangeiros. O contrato de formação do cafezal previa a utilização das terras pelas famílias de colonos por um período variável, de quatro a seis anos. Nesse intervalo, o colono controlava o crescimento dos arbustos e plantava culturas intercalares. A comercialização dessa produção intercalar (e, às vezes, da primeira safra do cafezal) remunerava o "colono de formação", que entregava o cafezal formado e em produção para o fazendeiro. Esse sistema representava uma poderosa alavanca de multiplicação do capital do fazendeiro, que na realidade funcionava como rentista (\*). Entretanto, esse sistema eventualmente permitiu uma certa acumulação por parte do "colono de formação", abrindo a muitos deles a via da pequena propriedade que, como regra, ficou fechada para o colono tradicional.

=====

(\*) ...um proprietário podia duplicar o seu capital em quatro anos simplesmente formando novos cafezais, enquanto o mesmo dinheiro colocado a juros levaria uns 10 anos para duplicar. José de Souza Martins, op.cit., p. 72.



O colonato tradicional funcionava após a formação da fazenda, para o trato dos cafezais e a colheita. As regras contratuais singulares desse regime de produção, que combinava rendas monetárias e não-monetárias para as famílias de colonos, garantiam ao fazendeiro a coerção econômica da força de trabalho e uma vasta margem de flexibilidade para a aplicação do capital, em função das diferentes conjunturas de preços de comercialização do café.

A presença (e presença abundante) de colonos era então condição indispensável para o conjunto do circuito de acumulação cafeeira. A garantia dessa mão-de-obra, por outro lado, não dependia apenas dos fluxos imigratórios mas, também, do bloqueio eficiente das possibilidades de acesso à propriedade da terra por parte desses colonos. Em outras palavras: a garantia de mercados cativos de força de trabalho para os fazendeiros passava pelo monopólio das terras da burguesia cafeeira.

Mais uma vez, a instância política participa como elemento central do sistema, ao resguardar esse monopólio através da legislação de terras implantada em 1850 (Lei de Terras). Através dela, abortou-se desde o início qualquer possibilidade de uma marcha pioneira "de tipo americano", fundada na associação conflituosa do capital e do pequeno produtor familiar. Aqui, pelo contrário, a marcha pioneira foi exclusivamente burguesa, já que se apoiou na grande propriedade exportadora organizada em função das lógicas empresariais da rentabilidade capitalista.

## 2. Guariba na Economia Cafeeira

José de Souza Martins (1981: 23-34) desvenda os mecanismos propulsores da marcha pioneira capitalista na cafeicultura paulista ao revelar a metamorfose da renda capitalizada, cujo objeto de referência transita do escravo para a terra. Ao lançar luz sobre a singularidade histórica desse processo, o autor ultrapassa criticamente as modalidades tradicionais de explicação da marcha pioneira, centradas por vezes na mera "busca de terras férteis" (como se a fertilidade natural da terra fosse dotada de um metafísico determinismo, capaz de presidir um processo social e histórico) ou simplesmente na "mentalidade capitalista" que seria atributo dos "fazendeiros do oeste", por oposição aos "fazendeiros do vale" (como se diferentes atitudes diante da produção prescindissem de fundamentos sociais e econômicos).

Ao deslocar o objeto da renda capitalizada, o colapso do sistema escravista transformou o fazendeiro em "produtor de fazendas". Também transformou a terra em mercadoria e fonte de renda capitalizada. A segunda metade do século assistiu a essa transformação, que pode ser

descrita como criação de um mercado de terras, impulsionado pela Lei de Terras de 1850 e pela participação do Estado na manutenção de um fluxo permanente de força de trabalho através da imigração subsidiada (\*).

Liberto do tributo cobrado pelo traficante de escravos, o fazendeiro pode aplicar o capital antes imobilizado na escravaria para a apropriação de terras, realizada usualmente através dos grileiros, agentes diretos da expropriação dos caipiras, pequenos posseiros provenientes de São Paulo ou da região decadente das minas que protagonizaram uma ocupação esparsa e rala das terras a oeste da linha de cuestas.

Na fase inicial de constituição do Complexo Cafeeiro Capitalista, a formação de fazendas e cafezais - condição para apropriação do trabalho imigrante (e do subsídio estatal à formação de capital que ele materializava) - empregou precisamente essa população expropriada, em regime de empreitada. Esse sistema, fundado no arrendamento das terras pelo prazo de formação do cafezal contra a utilização das terras para plantio de gêneros de subsistência, viabilizou a produção não-capitalista do capital do fazendeiro.

=====

(\*) *O deslocamento do objeto da renda capitalizada e a constituição de um mercado de terras estão na base histórica do aparecimento do pequeno produtor de café no interior do complexo cafeeiro, fenômeno característico da fase capitalista da economia cafeeira. Nas áreas pioneiras do século XX, especialmente na Noroeste, Alta Paulista e Sorocabana, o pequeno produtor foi elemento decisivo, adquirindo terras comercializadas pelas companhias imobiliárias e formando a paisagem de sítios característica de tantas áreas do sudoeste paulista. Entretanto, mesmo nas regiões pioneiras do século XIX, como a Mogiana e a Paulista, onde a grande fazenda cafeeira dominava incontestavelmente a paisagem rural, o pequeno produtor esteve presente tanto como produtor de café como de alimentos.*

Essa dinâmica da acumulação originária do capital no Complexo Cafeeiro Capitalista realizou-se mediante o surto ferroviário paulista. A partir de 1867, as companhias ferroviárias passam a viabilizar a apropriação das terras mais distantes, dando acesso às vastas extensões de solos de terras-roxas do Planalto Ocidental.

As companhias ferroviárias aparecem como produto da rede de relações específica do Complexo Capitalista e como elemento definidor das formas que assumiu a dinâmica de terras da economia cafeeira a partir da década de 1870 . Avançando pelos espigões, os trilhos ferroviários definiam espaços dotados de acessibilidade para a economia cafeeira, forjavam localizações e geravam renda diferencial. A mercantilização dessas terras e a sua apropriação produtiva resultavam em rendas não apenas para o produtor direto como também para os demais agentes do complexo cafeeiro, entre os quais os exportadores e importadores, os proprietários de companhias ferroviárias, os banqueiros e emprestadores de dinheiro (\*).

O "encurtamento de distâncias" proporcionado pela extensão das linhas ferroviárias assumiu um papel decisivo nas transformações operadas nas zonas incluídas sucessivamente no macro-espaco cafeeiro em expansão. As novas zonas abrangidas pela influência ferroviária

=====

(\*) Os lucros das companhias ferroviárias procediam sobretudo da renda diferencial que elas incrementavam incluindo áreas inacessíveis dentro de um circuito de rentabilidade que tinha como referencial o porto de Santos. José de Souza Martins, op.cit., p. 34.

deixavam a fase pré-pioneira, integrando-se plenamente ao circuito internacionalizado da reprodução do capital cafeeiro. A ILUSTRAÇÃO 1 procura fixar esse processo para os divisores de águas dos rios Mogi-Guassú e Pardo, nas zonas abrangidas pela expansão das companhias Paulista e Mogiana entre 1872 e 1893.

A Cia. Paulista, instalada em 1868, iniciou a construção do trecho Jundiá-Campinas em 1870. Em 1876, atingia Rio Claro, completando uma primeira fase, restrita ainda ao espaço delimitado fisicamente pela linha de cuestas e economicamente pelo sistema cafeeiro da Região Central, onde se combinava escravismo e imigração. Tendo atingido Rio Claro, a Cia. Paulista inflete o traçado da ferrovia na direção do Mogi-Guassú, demandando Porto Ferreira a partir de Itirapina. Essa estratégia indicava um objetivo mais largo, voltado para a travessia do Mogi-Guassú e a incorporação da área de Ribeirão Preto ao circuito de influência da companhia. Contudo, o desenvolvimento da Cia. Mogiana terminaria por frustrar a estratégia da Cia. Paulista.

A Cia. Mogiana, inaugurada em 1872, iniciou a sua ferrovia em Campinas, fixando-se como estratégia a incorporação ao seu circuito de influência das terras situadas na margem direita do Mogi-Guassú. Numa primeira etapa, atingiu Casa Branca, alcançada pelos trilhos em 1878. No mesmo ano, a Cia. Paulista alcançava Pirassununga, abrindo-se então a disputa entre as duas companhias pelo eixo de desenvolvimento que apontava para Ribeirão Preto.

# DESENVOLVIMENTO FERROVIÁRIO - PAULISTA e MOGIANA, 1867/1893

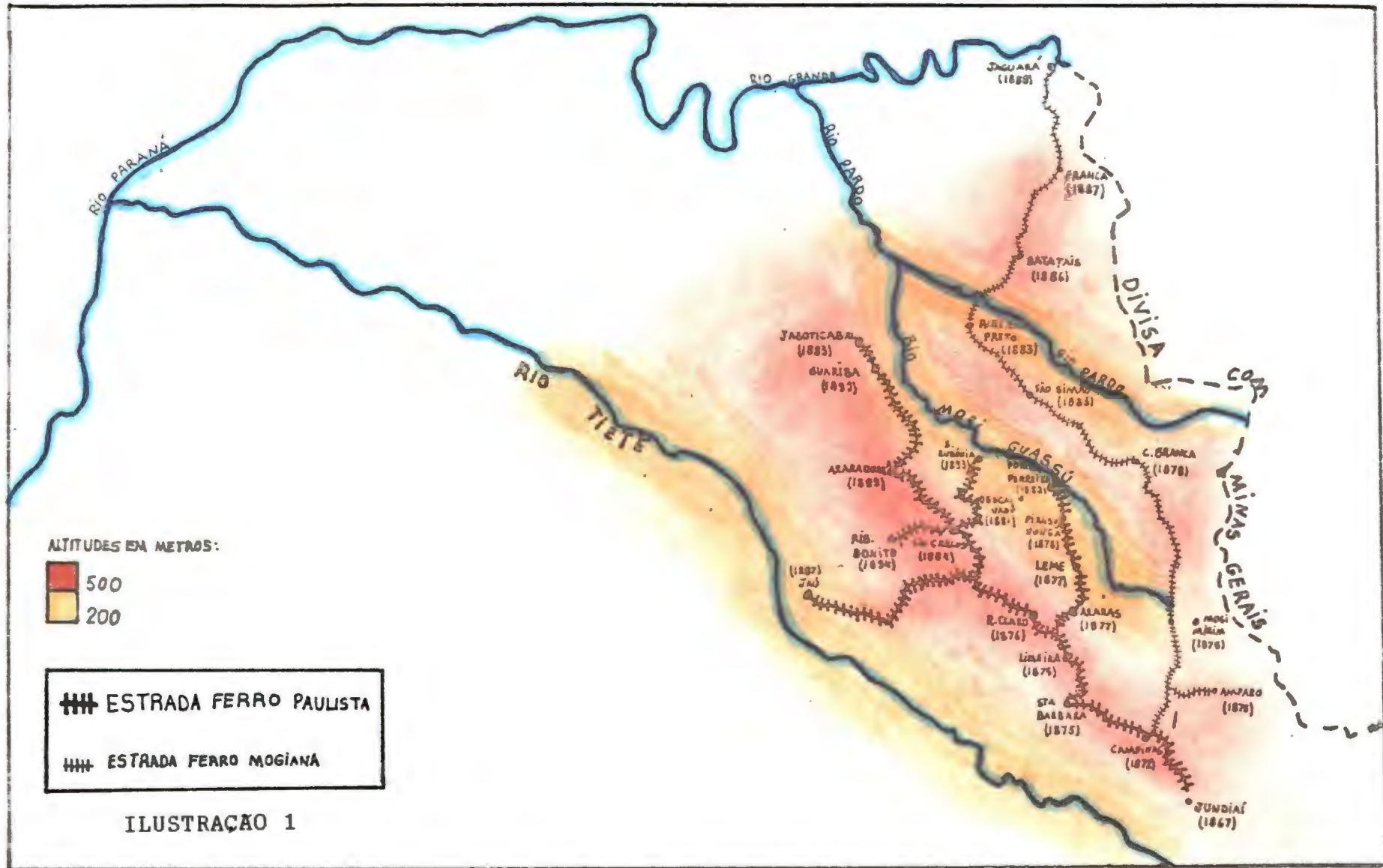


ILUSTRAÇÃO 1

FONTE: DEMÉTRIO/1990

Em 1880, contrariando expectativas baseadas na lógica das distâncias e dos próprios traçados das estradas, o governo de São Paulo resolveu a pendência a favor da Cia. Mogiana (\*). Em consequência, a ferrovia da Cia. Mogiana sofreria uma inflexão na direção do divisor Mogi/Pardo e, mais tarde, uma nova inflexão rumo a Franca e Jaguára, na extremidade noroeste do Estado. Ainda como consequência daquela decisão, a Cia. Paulista ingressaria num período de paralisia, desistindo do contrato firmado em 1879 para a construção do trecho ramal Rio Claro-São Carlos-Araraquara.

A desistência da Cia. Paulista abriu caminho para uma nova empresa, a Cia. Rio Claro, de propriedade de Antonio Carlos Arruda Botelho (Conde do Pinhal), personagem característico da grande burguesia cafeeira, com interesses em fazendas, bancos e indústrias. Em 1882 a Cia. Rio Claro consegue a concessão do trecho ferroviário Rio Claro-Araraquara. São Carlos é alcançado pelos trilhos em 1884, e Araraquara é atingida em 1885.

=====

(\*) *Sobre a disputa entre a Cia. Paulista e a Cia. Mogiana, e também sobre o posterior desenvolvimento da Cia. Paulista, ver o trabalho meticoloso de Adolpho Augusto Pinto (1977). Pierre Monbeig (1984: 175) observa que a disputa entre a Cia. Paulista e a Cia. Mogiana pela influência na margem direita do Mogi-Guassú prosseguiria na passagem do século, quando linhas da Cia. Paulista atravessaram o rio atingindo as fazendas Santa Veridiana e Guatapará, nas imediações de Ribeirão Preto, teoricamente zona de influência exclusiva da Cia. Mogiana.*

Dessa forma, as circunstâncias da disputa entre a Cia. Paulista e a Cia. Mogiana acabaram por resultar num desenvolvimento espacial inesperado dos trilhos ferroviários no lado esquerdo do rio Mogi-Guassú, configurando-se um triângulo em cujos vértices situavam-se Itirapina, Porto Ferreira e Araraquara. Perdendo em extensão linear para os trilhos da Cia. Mogiana, que do outro lado do Mogi-Guassú chegavam a Ribeirão Preto ainda em 1883, os trilhos combinados da Cia. Paulista e da Cia. Rio Claro ganhavam em espraiamento e abrangência, facultando um crescimento em leque das produções (e do preço das terras) em toda a área do triângulo servido pelas duas companhias.

Em função da alta lucratividade do trecho Rio Claro-Araraquara, uma empresa inglesa, a The Rio Claro São Paulo Railway Co., adquire do Conde do Pinhal a Cia. Rio Claro, em 1889, conseguindo em seguida o contrato para o prolongamento até Jaboticabal e para os ramais São Carlos-Santa Eudóxia e São Carlos-Ribeirão Bonito. Em 1892, finalmente refeita do longo período de crise e indecisão aberto doze anos antes, a Cia. Paulista compraria a empresa inglesa, transformando o trecho Rio Claro-Jaboticabal em tronco principal da ferrovia e em ramal secundário o antigo tronco Itirapina-Porto Ferreira. A estrada, cuja vocação inicial apontava para a travessia do rio Mogi-Guassú em direção a Ribeirão Preto, orientava-se definitivamente para a margem esquerda do Mogi-Guassú.



A tabela apresentada a seguir ajuda a compreender a decisão da Cia. Paulista de comprar a empresa inglesa, justificada pelo incremento excepcional nos transportes de mercadorias e passageiros proporcionados pelo desenvolvimento da estrada a oeste de Araraquara.

TABELA 4 - CIA.PAULISTA: EXTENSAO QUILOMETRICA E TRAFEGO

Ano	Km	Número de Passageiros	Toneladas Mercadorias
1872	38	33.531	26.150
1876	106	156.952	84.137
1878	185	157.944	93.843
1880	224	178.373	99.198
1886	244	197.790	176.665
1891	292	543.579	367.441
1892	667	809.040	412.414
1893	731	1.179.245	407.125
1895	791	1.372.035	556.691

Fonte: Adolpho Augusto Pinto (1977).

A chegada da Cia. Mogiana a Ribeirão Preto, no início dos anos oitenta, resultou na rápida transformação de frentes de expansão e frentes pré-pioneiras em frentes pioneiras, no lado direito do Mogi-Guassú. Ao mesmo tempo, o lado esquerdo do Mogi-Guassú, onde se situava a cidade de Jaboticabal, permanecia em estágio pré-pioneiro, já que bastante distante de Araraquara e também de Ribeirão Preto.

Jaboticabal é, provavelmente, o povoado mais antigo do alto sertão da Paulista, fundado em 1828 e elevado à condição de município

em 1868. Da sua imensa área original foram desmembrados inúmeros municípios, alguns ainda no século XIX (Barretos, em 1885; Taquaritinga, em 1892; Pitangueiras, em 1893; Rio Preto e Bebedouro, em 1894; Monte Alto, em 1895). Habitada originariamente pelos índios Caipós, a região tornou-se propriedade de João Pinto Ferreira, que comprou em 1816 uma enorme sesmaria pertencente a João Rodrigues de Lima. O povoado surgiu, como tantos outros, de patrimônio religioso oriundo da doação de uma gleba do proprietário a Nossa Senhora do Carmo, onde se edificou uma pequena igreja. No início, seu crescimento deveu-se ao afluxo de migrantes mineiros, que deixavam as regiões decadentes em direção às terras do oeste paulista (\*). Lá, separados por distâncias consideráveis e pela ausência de estradas da franja cafeeira em expansão, dedicaram-se à criação e à pequena agricultura de subsistência.

=====

(\*) *Pierre Monbeig (1984: 133-137) distingue no fluxo de migrantes mineiros aquela parcela que fixou-se nos municípios onde crescia a economia cafeeira e uma outra, que adiantou-se aos plantadores paulistas, abrindo estradas, fundando povoados e praticando a pecuária de bovinos e suínos:*

*Fixara-se a maioria desses imigrantes nos municípios onde o café já estava solidamente implantado; outros, porém, tinham procurado regiões mais longínquas, onde poderiam mais facilmente continuar a viver, conforme seus hábitos de criadores, acostumados aos grandes espaços, suficientemente à distância dos poderes constituídos. Encontravam tudo isso, além das escarpas da cuesta. Vê-se um homem de Minas fundar São Simão, antes de 1850: seus conterrâneos formavam quase toda a população da vila que devia tornar-se a cidade de Ribeirão Preto...* (p. 133). E, mais adiante:

*Permitia um terceiro caminho à gente de Mato Grosso e do Triângulo Mineiro ganhar Barretos, Jaboticabal e os rios navegáveis, como o rio Pardo, até Pirassununga...* (p. 137).

As estatísticas de 1854 não registram presença de café em Jaboticabal. Além do gado bovino e suíno, plantava-se algodão, cana, fumo, mandioca, batata, abóbora, milho, feijão e trigo <17>. Em 1881, o povoado, muito pequeno, contava poucas e estreitas ruas ainda sem nomes ou números. Contudo, a população total do município, essencialmente rural, muito dispersa e rala, contava já com mais de 20 mil habitantes. Em 1886, os levantamentos indicam uma pequena produção cafeeira, que apresentaria crescimento intenso logo depois. Provavelmente, a chegada da Cia. Mogiana em Ribeirão Preto e da Cia. Paulista em Araraquara impulsionavam o plantio de cafezais que apenas começavam a entrar em produção.

Esses anos, nos meados da década de 1880, parecem demarcar o ingresso da área em fase pré-pioneira. Em função da localização, mais próxima dos trilhos da Cia. Paulista que chegavam então a Rincão, é pertinente presumir que tais cafezais desenvolviam-se predominantemente nas terras que veriam nascer o povoado de Guariba, dezesseis quilômetros a sudeste de Jaboticabal.

A transformação da área de Jaboticabal em frente pioneira, resultado da onda de plantio intenso da segunda metade dos anos oitenta, realizou-se no interior das condições típicas do "Complexo Cafeeiro Capitalista" e no momento da sua afirmação definitiva, quando a Paulista e a Mogiana tornavam-se o eixo dinâmico da expansão cafeeira paulista. Guariba nasce precisamente nesse contexto, concentrando as características singulares do período de pioneirismo capitalista da economia cafeeira paulista.

O lugar onde nasceria o povoado de Guariba tinha se diferenciado na paisagem sertaneja como ponto de passagem dos desbravadores bandeirantes e, mais tarde, de tropeiros de Jaboticabal. Entre 1599 e 1722 existem indicações de que Porto Pinheiro (em terras do atual município de Guariba) era ponto de parada dos bandeirantes que desciam o rio Mogi-Guassú em direção aos rios Grande e Paranaíba, no caminho de Goiás. Porto Pinheiro localizava-se na antiga sesmaria de João Pinto Ferreira, chamada também "da Cachoeira", que se estendia de Jaboticabal até as divisas de Araraquara. Parte dessa sesmaria, na sua extremidade, ficou conhecida como "Sobra dos Pintos" à medida que foi sendo alienada, paulatinamente, entre 1825 e 1880, originando núcleos agrícolas.

A fazenda Macaúbas, um desses núcleos, ocupava a área que corresponde hoje à sede do município. Ela compunha-se de plantações de café, pastos e lavouras diversas em meio a uma vegetação de cerrado cortado pelo córrego de Guariba, cuja nascente situa-se na vertente do espigão de Jaboticabal. Após um percurso quase retilíneo de alguns quilômetros, o córrego de Guariba desaguava no Mogi-Guassú. Uma picada acompanhava o seu curso, passando próxima ao centro da atual cidade de Guariba. Porto Pinheiro era uma clareira aberta em meio à mata, às margens do Mogi-Guassú, onde uma balsa fazia a travessia do rio e onde veio a se instalar uma hospedaria para os viajantes. Nos meados do século passado, essa picada tornou-se rota muito transitada por tropeiros provenientes das fazendas da região de Jaboticabal que se dirigiam a Porto Pinheiro.

Em 1891 chegavam as turmas de trabalhadores da ferrovia, ainda pertencente à The Rio Claro São Paulo Railway Co., que ergueriam duas estações, a Guariba e a Hammond, esta última a seis quilômetros de distância, na direção de Araraquara. Um ano depois, começavam a correr os primeiros trens de passageiros e de cargas, já da Cia. Paulista, que acabava de adquirir a empresa inglesa. Ponto terminal, de onde saíam trolis levando passageiros e muares ou carros de bois transportando mercadorias para Jaboticabal, a estação Guariba foi imediatamente servida por uma pequena casa comercial que acumulava ainda as funções de pensão e locadora dos trolis.

O povoado de Guariba nasceu da decisão de abastados fazendeiros da região de construir uma vila em torno da estação. Ao contrário de Jaboticabal, e de tantos outros povoados sertanejos e cafeeiros, Guariba não surgiu de um típico patrimônio religioso. Embora as circunstâncias precisas que envolveram a decisão de fundação do povoado não sejam completamente claras, existem indícios de que ela decorreu da diferenciação de interesses dos fazendeiros de Jaboticabal. Ao mesmo tempo, a fundação do povoado representava um próspero negócio imobiliário.

Quaisquer que tenham sido as motivações precisas para a criação do povoado, é certo que as decisões nesse sentido foram tomadas em 1892, enquanto prosseguiam as obras das estações Guariba e Hammond e ultimavam-se as negociações entre a empresa inglesa e a Cia. Paulista. Nesse intervalo, os futuros fundadores do povoado reuniam-se na fazenda Bacuri e traçavam os planos da vila de Guariba.

O proprietário da Bacuri, Evaristo Vaz de Arruda, era o mais entusiasta do projeto. A sua volta, reuniam-se outros fazendeiros,

entre os quais seus cunhados Joaquim Mateus Correa e Rafael Correa da Silva Sobrinho (\*). Evaristo Vaz era natural de Tietê, onde possuía vastas extensões de terras. Deixou a cidade entre 1875 e 1880, estabelecendo-se em Jaboticabal, onde adquiriu diversas fazendas. Em 1910 vendeu a Bacuri, dirigindo-se para Glicério e Penápolis, comprando terras na área valorizada pelo avanço da estrada de ferro Noroeste. Os irmãos Joaquim Mateus e Rafael Correa eram naturais de Araraquara, onde criavam gado zebu. Anos após a fundação de Guariba, Joaquim Mateus mudou-se para São José do Rio Preto, onde adquirira terras. A criação de Guariba era um episódio desse espírito pioneiro que conduzia os fundadores rumo à extremidade oeste do estado.

=====

(\*) O livro de memórias de Orôncio Vaz de Arruda Filho (1987), neto de Evaristo Vaz de Arruda, narra alguns episódios da fundação da vila:

Na Bacuri fora alimentada a idéia e executados os planos para a fundação da vila de Guariba, sonho bandeirante de alguns fazendeiros, entre os quais meu avô e os seus cunhados...Vovó Mana não ficou infensa ao entusiasmo, chegando mesmo a assinar a ata comemorativa do início da construção da capela, celula mater da cidade aos 21 de abril de 1895... (p. 157) Nas discussões para a fundação de Guariba, já mencionadas, Joaquim Mateus prontifica-se a fornecer todo o material para a capela. Tia Belmira promete doar o altar-mor e mandar buscar na Europa uma imagem de São Mateus para apadrinhar a nascitura. Aos 21 de setembro de 1895, dia do aniversário de tio Mateus, a capelinha é sagrada pelo cônego Nuncio Greco - vigário de Jaboticabal - após discurso arrebatado de tio Rafael. Com isto, considerava-se fundada a povoação de Guariba. (p. 240).

As terras que constituiriam a vila foram adquiridas de Da. Constança Delphina da Conceição, proprietária da fazenda Macaúbas. Originalmente, foram compradas 600 braças quadradas à volta da estação, compondo quarenta quarteirões de 40 braças cada um. Em 1894, o povoado contava já com oitenta casas. No ano seguinte foi erguida a capela, em frente à estação, e construído um cemitério, em dois alqueires de terras ao sul da área arruada, em cota mais alta. Ali passariam a ser feitos os enterros, até então realizados em Jaboticabal, a dezesseis quilômetros de distância.

Em 1897 o governo do estado decidiu elevar o povoado de Guariba à condição de Distrito Policial, nomeando um subdelegado. Três anos depois foi criada a sua Paróquia, denominada São Mateus. Não constando existência de patrimônio, a Cúria exigiu um depósito no valor de um conto e oitocentos mil réis, para cobertura de gastos com o paroquiato. Uma subscrição popular adquiriu essa importância e a converteu em ações da Cia. Mogiana, depositando-as na secretaria do bispado. Em 1904 a vila convertia-se em Distrito de Paz. Em 1917, impulsionada pelo incremento populacional gerado pela economia cafeeira, era desmembrada de Jaboticabal, tornando-se município (18).

-----

Em 1892, começavam a rodar os trens da Cia. Paulista que transportavam o café a partir das estações de Guariba e Hammond. Em 1893 era inaugurada a estação de Jaboticabal e, nos anos seguintes, mais quatro estações viriam servir a área cafeeira de Jaboticabal. Entre Guariba e Jaboticabal foi implantada a estação Córrego Rico e

além de Jaboticabal, no caminho do sertão, as estações Graminha, Ibitirama e Taiúva.

A ferrovia impulsionou a produção cafeeira da área, que experimentou um incremento notável na década seguinte à inauguração da estação de Guariba. Cafeeiros plantados poucos anos antes, na expectativa da chegada dos trilhos, entravam sucessivamente em produção enquanto novos cafeeiros eram plantados.

A tabela seguinte reflete esse processo, que cristalizava o pioneirismo em toda a área:

TABELA 5a - TRANSPORTE DE CAFE NO MUNICIPIO DE JABOTICABAL, 1892-1903 (em arrobas)

Ano	Total Transportado	Crescimento (%)	Estações
1892	23.237	----	Hammond Guariba
1893	25.460	9,6	Guariba Jaboticabal
1894	74.224	191,5	Guariba Jaboticabal
1895	122.296	64,8	Guariba Córrego Rico Jaboticabal
1902	867.357	609,2	Hammond Guariba Córrego Rico Jaboticabal Graminha Ibitirama Taiúva
1903	997.863	15,0	Hammond Guariba Córrego Rico Jaboticabal Graminha Ibitirama Taiúva

Fonte: Relatórios Anuais da Diretoria da Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais, 1893, 1894, 1895, 1903.



A implantação de estações é fato técnico, ligado às necessidades de circulação das composições e reabastecimento de água e lenha para as locomotivas. A distância entre as estações apresenta pouca variação, com oscilações entre dez e quinze quilômetros. Contudo, a multiplicação das estações maximizava os lucros, diminuindo custos de transporte do café colhido nas fazendas até o ponto de embarque. A tabela seguinte revela a distribuição dos embarques de café no município de Jaboticabal nos últimos anos do século, período de intenso crescimento da produção:

TABELA 5b - TRANSPORTE DE CAFE POR ESTAÇÕES NO MUNICIPIO DE JABOTICABAL, 1892-1903 (em arrobas)

Ano	Estação						
	Hammond	Guariba	C.Rico	Jaboticabal	Graminha	Ibitirama	Taiúva
1892	184 (0,8%)	23053 (99,2%)	-----	-----	-----	-----	-----
1893	-----	18626 (73,2%)	-----	6834 (26,8%)	-----	-----	-----
1894	-----	55722 (75,1%)	-----	18502 (24,9%)	-----	-----	-----
1895	-----	71171 (58,2%)	34 (0,1%)	51091 (41,7%)	-----	-----	-----
1902	89154 (10,3%)	113596 (13,1%)	60278 (6,9%)	550482 (63,4%)	10382 (1,2%)	42705 (4,9%)	760 (0,2%)
1903	72503 (7,3%)	136947 (13,7%)	35720 (3,7%)	244846 (24,5%)	100047 (10,0%)	274860 (27,5%)	132940 (13,3%)

Fonte: Relatórios Anuais da Diretoria da Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais, 1893, 1894, 1895, 1903.

Entre 1892 e 1894 o café transportado pelas estações então existentes está, certamente, longe de refletir a produção do município de Jaboticabal, que atingira cerca de 40 mil arrobas ainda em 1886. A explicação para essa disparidade de dados parece residir no fato de que as áreas de produção mais antigas do imenso município provavelmente ainda utilizavam-se das rotas de transporte já cristalizadas, através da estação de Rincão, da estação de Araraquara, ou ainda através da estação de Ribeirão Preto da Cia. Mogiana, no caso das fazendas situadas a noroeste de Jaboticabal.

Os dados de 1895 parecem mais significativos, pois retratam o transporte cafeeiro num momento em que estavam implantadas quatro estações (Hammond, Guariba, Córrego Rico e Jaboticabal) e as linhas de transporte de carga já se encontravam completamente regularizadas (\*). O imenso incremento do transporte, de mais de 600%, entre 1895 e 1902/1903, atesta principalmente o "boom" da produção pioneira de toda a área, embora certamente incorpore também produções anteriormente existentes que transitavam por outros pontos

=====

(\*) A TABELA 5a mostra que o transporte de café no município de Jaboticabal saltou de 23.237 arrobas em 1892 para 122.296 arrobas em 1895. Claro que tal salto indica uma reorientação dos embarques de café das fazendas da região, que passam a se utilizar das novas estações, mais do que um aumento da produção, embora este certamente exista.

de embarque. Esse "boom" expressou-se tanto no incremento da produção das áreas polarizadas por Guariba (e pelas estações de Guariba e Hammond) como pelo avanço da franja pioneira para noroeste, ultrapassando Jaboticabal e atingindo Taiúva (\*).

Tudo indica que as terras onde surgiu o povoado de Guariba tenham constituído, a princípio, o pólo cafeeiro do município de Jaboticabal, na medida em que localizavam-se a leste do velho município sertanejo, no caminho de Rincão e Araraquara. A análise dos dados de 1895, que revela ainda o predomínio da estação de Guariba sobre a de Jaboticabal no transporte de café, mostra que essa situação deve ter perdurado até praticamente os últimos anos do século, quando as plantações de café se espraíam na direção do sertão, ultrapassando a sede do município de Jaboticabal.

A Estatística Agrícola e Zootécnica da Secretaria da Agricultura para o ano agrícola de 1904-1905, quando as plantações de café se estendiam ao longo do traçado da ferrovia Paulista para o sertão a noroeste de Jaboticabal, confirma a importância de Guariba como centro

=====

(\*) *A Estatística Agrícola e Zootécnica da Secretaria da Agricultura aponta, no ano agrícola de 1904-1905, uma produção de 1.011.950 arrobas de café para o município de Jaboticabal, o que é bastante consistente com os dados de transporte de café dos Relatórios Anuais da Diretoria da Cia. Paulista, que davam 997.869 arrobas embarcadas no município em 1903. Isso parece indicar que os dados relativos ao transporte de café pelos trens da Cia. Paulista refletem adequadamente o crescimento da produção da área, substituindo as estatísticas diretas, que apresentam lacunas para vários anos e, além do mais, encontram-se agregadas a nível de município, dificultando a discriminação da produção polarizada por Guariba até o ano de 1917.*

produtor destacado na área de influência de Jaboticabal. Entre as 25 fazendas do município com mais de 200 mil cafeeiros, pelo menos nove eram de propriedade de guaribenses (\*). Entre elas, as de Vespasiano Vaz, com 650 mil cafeeiros, de Affonso Botelho de Sampaio, com 480 mil cafeeiros, e as de Joaquim da Cunha Bueno Junior e José Bonifácio do Amaral, com 320 mil cafeeiros cada uma.

Dessa forma, Guariba como fato urbano parece espelhar o impacto da transformação da economia regional, que ingressava na etapa pioneira na última década do século. Embora os documentos existentes não permitam uma conclusão categórica, há indicações de que a sua origem e posterior autonomia municipal estejam ligados à iniciativa política de grandes cafeicultores pioneiros na região, que buscavam desvencilhar-se da esfera de interesses políticos de Jaboticabal, cujos fundamentos históricos assentavam-se numa etapa anterior, menos associada ao grande capital comercial e aos mercados cafeeiros (\*\*).

=====

(\*) *As nove fazendas aludidas tem como proprietários, segundo a Estatística Agrícola e Zootécnica para 1904-1905 da Secretaria da Agricultura do Estado, cafeicultores citados nominalmente na obra de Octavio Rangel (1929). Provavelmente várias outras grandes fazendas também pertenciam a guaribenses, mas a agregação dos dados a nível de município não permite isolá-las.*

(\*\*) *Sobre os detalhes da rivalidade entre Guariba e Jaboticabal e as disputas que envolveram a concessão de autonomia municipal a Guariba, consultar Octavio Rangel (1929: 26-39). É interessante observar que essa disputa custou ao novo município de Guariba a amputação de uma parcela do território que lhe pertencera, onde se localizava notadamente a fazenda São Martinho.*

Outra forma de comprovar o estatuto especificamente pioneiro de Guariba, em contraste com o município de Jaboticabal, é comparar a população estrangeira nos dois municípios. Os dados do Censo de 1920, especialmente cuidadoso no levantamento da participação do imigrante na população do país, fornecem interessantes indicações a esse respeito:

TABELA 6a - COMPARAÇÃO DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA DOS MUNICÍPIOS DE GUARIBA E JABOTICABAL, 1920

	Guariba	Jaboticabal
População Total	8.801	51.941
População Estrangeira	2.497	12.250
Estrangeiros na População Total	28,4%	23,6%

Fonte: Censo de 1920 (FIBGE)

TABELA 6b - ESTRUTURA ETARIA DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA DE GUARIBA E JABOTICABAL, 1920

Faixas Etárias	Guariba		Jaboticabal	
	número	%	número	%
0-19 anos	420	16,8	2576	21,0
20-59 anos	1824	73,1	8459	69,0
60 anos e mais	249	10,1	1215	10,0
Total	2497	100,0	12250	100,0

Fonte: Censo de 1920 (FIBGE)

Em 1920, a fase pioneira da economia cafeeira já tinha sido deixada para trás tanto por Guariba como por Jaboticabal. Mas, o fato de Jaboticabal ter origem pré-cafeeira - e, portanto, abrigar uma população quase exclusivamente nacional no período anterior à chegada do café - está refletido na porcentagem comparativamente menor de estrangeiros em 1920.

A pequena diferença percentual captada pelo Censo deve-se, obviamente, ao grande impacto causado pelo ingresso de estrangeiros tanto em Jaboticabal como em Guariba, que experimentaram um crescimento populacional explosivo na etapa do pioneirismo cafeeiro. Certamente, uma comparação como essa aplicada à primeira década do século - impossível pela ausência de dados censitários desagregados por distritos - mostraria uma diferença ainda maior na participação da população estrangeira.

Guariba conheceu o pioneirismo cafeeiro alguns anos antes de Jaboticabal. A TABELA 6b reflete indiretamente esse fato: em 1920, a população estrangeira de Guariba apresenta-se mais envelhecida que a de Jaboticabal, resultado do arrefecimento do ingresso de imigrantes após o surto pioneiro.

A economia cafeeira em Guariba provavelmente conheceu um surto muito intenso de desenvolvimento na última década do século, acompanhando a tendência geral daquela área, servida pelas ferrovias Paulista e Mogiana. Nos primeiros anos do século, as indicações disponíveis, indiretas e precárias, permitem avaliar em cerca de 2,5 milhões de cafeeiros o estoque produtivo das fazendas sob a influência imediata da vila de Guariba (\*). Eram, certamente,

=====

(\*) *Esta estimativa é feita a partir de inferências, tomando por base a Estatística Agrícola e Zootécnica para 1904-1905 da Secretaria da Agricultura do Estado referente ao município de Jaboticabal. Isolando-se as grandes fazendas pertencentes a guaribenses e cruzando dados relativos a áreas e densidade média de cafeeiros, não é difícil afirmar que o estoque total de cafeeiros em fazendas que viriam a pertencer ao município de Guariba ultrapassava largamente os dois milhões.*

cafeeiros jovens, de alta produtividade, resultantes de plantios recentes estimulados pela alta internacional dos preços e pela chegada da estrada de ferro.

Nas duas primeiras décadas do século a economia cafeeira paulista apresentou um panorama de crescimento contraditório e diferenciado. No plano da ocupação do espaço, as últimas manchas de terras-roxas são invadidas mas, essencialmente, são os espigões do oeste, em solos de arenitos, que conhecem o maior avanço da onda cafeeira.

A Alta Mogiana apresenta um progresso espantoso, responsável pela duplicação dos seus cafezais, que atingem os limites dos cerrados do Triângulo Mineiro. Na Alta Araraquarense, o café atinge Barretos e Olímpia, bem a oeste de Jaboticabal. Rio Preto, antigo ponto avançado no sertão pecuarista, torna-se destacado pólo cafeeiro.

Entretanto, ao sul do Tietê o café começava a delinear aquelas que seriam as novas franjas pioneiras nos anos que antecederam a grande crise cafeeira. Entre o Tietê e o Aguapeí/Feio, a rota da Noroeste, de Baurú a Araçatuba, indicava uma nova e importante direção de crescimento pioneiro, para onde se deslocou, como vimos, Evaristo Vaz de Arruda, um dos fundadores de Guariba. Entre o Aguapeí/Feio e o rio do Peixe, implantavam-se os primeiros cafezais da Alta Paulista.

Enquanto isso, a Paulista e a Mogiana transformavam-se em áreas cafeeiras consolidadas, apresentando já sinais de fadiga localizados, ao lado de pólos de crescimento intenso. Exemplos do primeiro caso são Ribeirão Preto e São Carlos; do segundo, Araraquara e Jaboticabal (18).

No plano das condições macro-econômicas que envolviam a produção cafeeira, essas duas décadas apresentaram crises sucessivas, apenas interrompidas por um curto ciclo de preços elevados, entre 1910 e 1913. Na primeira década, impostos sobre o plantio, coroados pelas restrições do Convênio de Taubaté (1906), procuravam reequilibrar os preços sufocando novos plantios. Depois do ciclo ascendente, a Primeira Guerra estabilizou um patamar de baixos preços e, logo a seguir, a imensa geada de 1918 destruiu um estoque considerável de cafeeiros que não foram integralmente repostos (20). As regiões consolidadas da Mogiana e Paulista responderam diferenciadamente a essas conjunturas críticas. Enquanto em Ribeirão Preto e São Carlos os cafezais envelhecidos recuavam em produtividade áreas até então apenas parcialmente ocupadas pelas culturas cafeeiras experimentavam um intenso crescimento. As áreas cafeeiras de Araraquara e Jaboticabal enquadravam-se nesse último caso.

As primeiras estatísticas diretas disponíveis sobre o município de Guariba são as fornecidas pelo Censo de 1920, que revela a presença de 2.951.200 pés de café ocupando uma área de 3.689 ha. em associação com culturas de milho e feijão. Tais dados, coerentes com notícias de jornais locais, permitem afirmar que Guariba viveu uma combinação das tendências contraditórias que se manifestavam em Jaboticabal e Ribeirão Preto durante esse período. A geada de 1918, especialmente intensa na região de Ribeirão Preto, atingiu também cafezais guaribenses, provavelmente destruindo parte importante do acréscimo do período anterior. Além disso, a expansão cafeeira captada por



Pierre Monbeig (1984: 185) em Jaboticabal corresponde, na verdade, à ocupação de áreas novas a noroeste da sede do município, na direção de Bebedouro e Barretos, muito mais que nas áreas pioneiras do século anterior, como a própria Guariba.

A década de 1920, nas vésperas de bruscas transformações em toda a economia cafeeira e mesmo nas relações do país com o mercado mundial, correspondeu a uma última onda de crescimento das plantações (\*). Entretanto, nessa fase, as zonas novas já são, nitidamente, as do sul do Tietê, onde se observam altas taxas de produtividade e forte incremento migratório. A Paulista e a Mogiana, ao menos se tomadas em conjunto, formavam então as zonas consolidadas, sujeitas a desgaste acentuado dos solos e bruscas quedas de produtividade. Esses problemas não impediram o plantio de novos cafezais, nas áreas de matas ainda remanescentes, aproveitando a conjuntura longa de altos preços internacionais. Dessa forma, para o conjunto do estado, ocorrem simultaneamente novos plantios (nas zonas novas e nas antigas), incremento constante dos cafeeiros em produção e uma certa estabilização da produção global (21).

Em Guariba, o ritmo de novos plantios é muito intenso:

=====

(\*) *Esta etapa de crescimento esteve ancorada em altas instáveis dos preços internacionais, quando consideradas as cotações em moeda nacional, fundamento da atividade dos produtores diretos e seus assalariados. A conjuntura é bem diversa quando se analisam as cotações em ouro ou libras esterlinas, que se valorizaram fortemente frente à moeda nacional na segunda metade da década.*

TABELA 7 - ESTOQUE DE CAFEEIROS DE GUARIBA, 1920-1928

Ano	Cafeeiros
1920	2.951.200
1923	4.247.500
1928	6.000.000
1932	5.839.500

Fontes: Censo de 1920 (FIBGE)

Relatório da Agricultura de 1923 (Sec.Agricultura)

Octavio Rangel (1929)

Estatística Agrícola e Zootécnica 1931/32 (Sec.Agricultura)

A tabela revela um crescimento considerável do estoque de cafeeiros do município na década de 1920, com a reversão do quadro de estagnação aparentemente existente nos dez ou quinze anos anteriores. Os novos plantios dos anos vinte não se limitaram a repor cafeeiros perdidos na grande geada de 1918, mas representaram a ocupação das áreas de matas remanescentes, configurando um ciclo de importante avanço sobre a "fronteira interna" dos estabelecimentos.

Apesar de não existirem estatísticas sobre as áreas de matas do município para o final da década de 1920 ou início da década de 1930, não é difícil inferir a magnitude da ocupação dessas áreas. Efetivamente, em 1920 o município apresentava ainda 6.237 ha. de matas no interior dos estabelecimentos, enquanto o café ocupava 3.689 ha.

Em 1932 a área ocupada pelo café era de 7.306 ha., com quase o mesmo número de cafeeiros de 1928. Isso indica que a lavoura cafeeira deve ter avançando sobre praticamente quatro mil hectares de matas durante os anos vinte. Essas avaliações, compatíveis com os dados do Censo de 1940 que revelavam a presença de 1.919 ha. de matas, ajudam a aquilatar o forte impulso de expansão da lavoura cafeeira no município pouco antes da grande crise de 1929.

### 3. *Especificidade do Urbano no Complexo Cafeeiro*

Francisco de Oliveira (1981) propõe uma conexão conceitual extremamente fértil entre as formas de reprodução do capital (e as relações de produção que correspondem a essas formas) e a presença de regiões econômicas e políticas que são criadas e recriadas por aquelas formas. Essa proposição teórica, de profundo interesse para a análise especificamente geográfica, ilumina metodologicamente a importante questão da territorialidade do capital e da singularidade de determinadas porções do espaço em função da sua apropriação pelo modo de produção (\*).

Precisamente no campo metodológico sugerido por essa proposição torna-se pertinente falar em um território cafeeiro paulista, constituído na segunda metade do século XIX sobre o fundamento das transformações que então se operavam na economia cafeeira.

=====

(\*) ...privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral (...). Tratando-se de espaços econômicos que nasceram ou foram inseridos na divisão internacional do trabalho do capitalismo mercantil como reservas e produtores de acumulação primitiva e que, posteriormente, continuaram subjugados à divisão internacional do trabalho do capitalismo imperialista, a existência de "regiões", no sentido aqui considerado, é de uma evidência histórica irrefutável. Francisco de Oliveira, Elegia para uma Re(li)gião, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981, pp. 27-28.

As formas de reprodução do capital singulares e características do Complexo Cafeeiro Capitalista presidem as modalidades do processo de acumulação, a estrutura social e o conteúdo dos conflitos nesse território particular. Assim, a subordinação do momento da produção ao momento da circulação - ou, dito de outra maneira, o domínio do capital comercial sobre o conjunto da esfera produtiva - está na base da estruturação do capital cafeeiro, que comanda a reprodução em todo o sistema.

O território cafeeiro constituído sob a dinâmica dessa forma de reprodução do capital precisa, entretanto, ser compreendido sob uma ótica mais ampla, que é a do mercado mundial capitalista. De fato, o território cafeeiro é um "espaço derivado" no sentido muito preciso de ter como pré-condição histórica uma determinada divisão internacional do trabalho que só se cristaliza plenamente em meados do século XIX (\*).

Embora as "formas de reprodução do capital" (fundamento concreto do território cafeeiro) não possam ser apreendidas estatisticamente, as suas manifestações certamente podem, o que contribui para evidenciar a existência de uma "região" no sentido proposto por Francisco de Oliveira (1981).

=====

(\*) Discutindo a expansão do espaço sobre o qual se desenvolve a produção capitalista do café, Sérgio Silva (1981: 75) precisa: ...é da transformação do capitalismo e da constiuição da economia mundial capitalista que resulta a questão da abundância de terras. É o desenvolvimento internacional do capitalismo e a divisão internacional do trabalho que "criam" as abundantes terras do Brasil e alhures, permitindo, por exemplo, a especialização de vastas regiões, antes praticamente desocupadas, em determinadas monoculturas.

Assim, na última fase do Complexo Cafeeiro Capitalista, o estado de São Paulo singularizou-se por realizar exportações para o exterior maiores e importações menores que o restante do país. Ao contrário do resto do Brasil (exclusive São Paulo), o estado manteve saldos comerciais permanentemente positivos com o exterior, pelo menos após 1910. Contudo, São Paulo manteve quase sempre saldos comerciais negativos com o restante do país, funcionando como importador de alimentos e matérias-primas do resto do país e exportador de manufaturados para o resto do país. Dessa maneira, o território cafeeiro manteve, nas suas relações com o restante do Brasil, uma estrutura comercial paralela àquela que o exterior manteve com o território cafeeiro. Naturalmente, esse conjunto de relações denunciam um movimento de acumulação de capital extremamente dinâmico no território cafeeiro, capaz de sustentar a decolagem do processo industrial nessa parte do país (22).

A cidade - tanto a grande cidade como o núcleo local - que se desenvolve no interior do território cafeeiro só pode ser entendida à luz das necessidades e limites postos pelas formas específicas de reprodução do capital vigentes nesse espaço singular.

### 3.1. Duplo Circuito da Economia Cafeeira

A atividade nuclear do Complexo Cafeeiro - a produção do café - tem por fundamento a existência e o crescimento dos mercados externos para os quais destina-se essa mercadoria. A expansão e consolidação desses mercados, nos meados do século XIX, gerou as condições prévias para a constituição do Complexo Cafeeiro Capitalista; a desorganização desses mercados, com a crise internacional deflagrada em 1929, determinou a dissolução do Complexo Cafeeiro Capitalista. Assim, em princípio, o ordenamento do espaço cafeeiro paulista responde a necessidades e exigências derivadas desse primeiro e básico condicionante.

Nessas condições, o espaço cafeeiro paulista está vertebrado por um circuito de reprodução do capital que liga a produção interna ao mercado externo, ou seja, um circuito internacionalizado de reprodução do capital que tem no café a mercadoria nuclear mas que organiza uma constelação de atividades de produção e circulação ligadas por nexos mais ou menos diretos à atividade nuclear.

Mas o circuito cafeeiro internacionalizado não é, apenas, uma abstração teórica ou simplesmente uma esquematização analítica: ele se corporifica em agentes sociais e econômicos que existem em função desse circuito e, por outro lado, intermediam concretamente as operações que esse circuito demanda. A tarefa de identificar esses agentes sociais e econômicos implica, previamente, a análise da estruturação do capital cafeeiro.

Diferentes autores mostraram como o capital cafeeiro estrutura-se sob o comando do capital comercial, que subordina o capital produtivo (23). É em torno do momento da circulação que se organiza o grande capital cafeeiro e a alta burguesia cafeeira (\*). Essa alta burguesia cafeeira está constituída não apenas por cafeicultores como ainda por intermediários comerciais (exportadores/importadores, comissários de café, companhias ferroviárias) e intermediários financeiros (novamente os comissários de café, banqueiros e, muito particularmente, o poder público). Já a média burguesia cafeeira está definida pelo momento da produção, guardando estreita dependência de sua base fundiária, aparecendo à primeira vista como uma casta de grandes proprietários fundiários (\*\*).

=====

(\*) O processo de transformação das plantações de café é também o processo de formação da burguesia cafeeira. O desenvolvimento da economia cafeeira é o desenvolvimento do capital cafeeiro. Mas a economia e o capital cafeeiros ultrapassam largamente as plantações. Sérgio Silva, Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, Alfa-Omega, São Paulo, 1981, pp. 58-59.

(\*\*) ...o desenvolvimento do capital cafeeiro desde essa fase (segunda metade do século XIX) conduziu à sua divisão em duas frações, que podem ser entendidas, em uma primeira aproximação, como uma divisão entre grandes capitais e capitais médios. A sua base, contudo, encontra-se a estrutura do capital cafeeiro. Os grandes capitais - isto é, a camada superior da burguesia cafeeira - definiam fundamentalmente uma burguesia comercial. Os médios capitais - isto é, a camada inferior da burguesia cafeeira - definiam sobretudo uma burguesia agrária, cuja fraqueza (resultante do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível de produção) a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra...O capital cafeeiro representa a unidade dos dois, sob a dominação do primeiro. Sérgio Silva, op.cit., p. 61.



O circuito cafeeiro internacionalizado é aquele diretamente afeto à alta burguesia cafeeira. A segmentação complexa desse setor social é de forte interesse para a compreensão da espacialidade específica do Complexo Cafeeiro.

Enfocando a estrutura do comércio de exportação de café, Wilson Cano (1977: 70) alinha os agentes do processo estritamente comercial: A) fazendeiro; B) comissário; C) ensacador; D) corretor; E) exportador. Se adicionamos a intermediação financeira (centralmente, o financiamento da produção), teremos mais um agente atuando na ponta A do processo, constituído pelos bancos (\*). Se adicionamos ainda o transporte da mercadoria, teremos outro agente atuando entre A e B, constituído pelas companhias ferroviárias, que via de regra tinham grandes cafeicultores no seu comando (\*\*).

Mesmo uma análise esquemática da segmentação do circuito cafeeiro internacionalizado está proibida de omitir, entre os agentes que nele operam, o poder público e o capital comercial/financeiro estrangeiro.

=====  
(\* ) *Essa atividade foi realizada pioneiramente pelos próprios intermediários comerciais (os comissários), que continuaram seus agentes básicos até a Primeira Guerra. Depois dela, com a sofisticação do crédito bancário, verdadeiros banqueiros (que eram, usualmente, grandes cafeicultores) passaram a predominar. Veja Wilson Cano (1977: 71-72).*

(\*\*) *Essas companhias - entre as quais destacaram-se a Paulista, a Sorocabana e a Mogiana - foram organizadas pelo capital cafeeiro brasileiro. Seus principais acionistas eram os próprios grandes fazendeiros. No caso da Paulista, os fazendeiros de Campinas, Rio Claro, Limeira e Araras. Um outro exemplo, o principal acionista da Mogiana era o rei do café de Mogi-Mirim, Queiroz Telles. Sérgio Silva, op.cit., p. 57.*

O poder público participou ativamente do Complexo Cafeeiro Capitalista, já no momento da sua constituição, através de toda a política imigratória. Entretanto, o auge da sua participação ocorre com a "política de valorização" (Convênio de Taubaté, 1906). Sérgio Silva (1981: 66-70) considera que a "política de valorização" coincidiu com o zênite da época cafeeira, potencializando a acumulação de capital da alta burguesia cafeeira ligada aos bancos e casas de exportação. A biografia de praticamente todos os grandes fazendeiros do café revela a estreita ligação entre a alta burguesia cafeeira e o poder público, sedimentada não apenas na política federal como ainda nos níveis estadual e municipal e na variada gama de órgãos direta ou indiretamente afetos aos negócios do café (\*).

O capital comercial/financeiro estrangeiro participou tanto da atividade de exportação/importação como da atividade de transporte, atuando notadamente na implantação da E.F. Santos-Jundiaí (São Paulo Railway Co. Ltd., capitais britânicos). Entretanto, precisamente a "política de valorização" parece ter aberto aos capitais estrangeiros a atividade bancária e financeira, além de viabilizar a conquista de uma posição dominante na comercialização do café (24).

=====  
(\*). Entre tantos exemplos que se poderia citar, os casos de Antonio Prado e Toledo Piza são ilustrativos precisamente dessa disseminação da participação de cafeicultores na selva de organismos públicos ligados ao café. O primeiro, cafeicultor em Piraçununga e Sertãozinho, foi um dos principais dirigentes do Ofício de Imigração. O segundo, fazendeiro e exportador, foi em diferentes oportunidades Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo.

Finalmente, cabe fazer referência ao desenvolvimento de indústrias ligadas diretamente à mercadoria nuclear. O setor fornecedor de sacarias de juta para a embalagem da mercadoria está definido pelas necessidades da circulação, devendo ser compreendido no interior do circuito internacionalizado. As coisas não são tão claras no que concerne ao setor industrial fornecedor das máquinas de beneficiamento do café e, com maior razão, às pequenas indústrias fornecedoras de instrumentos de trabalho agrícolas (\*). Nesse caso, o impulso de crescimento vem de necessidades postas pelo momento da produção e, conseqüentemente, ao circuito local. Analisando esses dois setores industriais, Wilson Cano (1977: 81) estima em pelo menos 9% a sua participação no capital total da indústria paulista, em mais de 12% no valor da produção e em mais de 10% na geração de empregos fabris (25).

O circuito cafeeiro internacionalizado originou uma espacialidade específica, característica do território paulista na época do Complexo Cafeeiro Capitalista. Essa espacialidade singular fundou-se na constituição de uma rede urbana complexa e interligada, hierarquizada a partir do papel que passa a exercer a capital do estado.

=====

(\*) *As secadeiras mecânicas para o beneficiamento foram introduzidas nas fazendas depois de 1870, substituindo os aparelhos de madeira movidos pela água corrente dos riachos. Essa inovação implicou em consideráveis investimentos das fazendas em capital constante, distinguindo a grande propriedade cafeeira da pequena. Também, estreitou os laços entre fazendeiros e exportadores, já que os primeiros frequentemente dependeram dos segundos para o financiamento desse maquinário.*

A cidade de São Paulo projetou-se como metrópole precisamente a partir da constituição da economia cafeeira. Saltou de 31,4 mil habitantes em 1872 para 64,9 mil em 1890, 239,8 mil em 1900 e 579 mil em 1920. Na última década do século XIX, o espantoso crescimento populacional de cerca de 270% refletiu a conjuntura posterior à Abolição, marcada pela vigorosa expansão da fronteira cafeeira que foi acompanhada pelo maior pico histórico atingido pela imigração estrangeira.

Localizada na extremidade oriental do planalto, a capital paulista transformou-se no nexo intermediário básico entre as zonas da produção cafeeira (no interior do estado) e os mercados consumidores

e x t e r n o s

Essa condição da capital do estado, no estágio inicial do processo, esteve vinculada aos constrangimentos singulares impostos à rede de transportes ferroviários pela presença da Serra do Mar. Determinando a junção na parte de cima do planalto do leque de ferrovias que se abria para o interior, a Serra do Mar representou antes de tudo um obstáculo para que Santos desempenhasse o papel principal que outras aglomerações portuárias desempenharam em economias de arquipélago (28). "Porto seco" do café, São Paulo

UNIVERSIDADE DE SAO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIENCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Dissertação de Mestrado

AGROINDUSTRIA E URBANIZAÇÃO - O CASO DE GUARIBA (SP)

Autor: Denétrio Magnoli

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pedro Perides

*RESUMO*

O propósito do trabalho é investigar o significado do urbano numa pequena cidade interiorana paulista submetida à modernização capitalista das relações de trabalho e de produção agrícola. Por significado do urbano entende-se aqui não apenas a sua natureza objetiva mas também as formas de que se revestiu a estruturação do espaço urbano, manifestação material do conteúdo histórico das citadas transformações.

O núcleo urbano de Guariba (SP) foi escolhido como suporte empírico de pesquisa em função do seu característico modelo de expansão do espaço urbano, indissolivelmente ligado às funções que cumpre no conjunto da estrutura de produção agroindustrial da área. Originado da expansão dos trilhos da ferrovia Paulista, na última década do século passado, o município desenvolveu-se na área mais próspera do complexo cafeeiro paulista em sua fase já nitidamente capitalista. Hoje, o município situa-se no centro da principal área canavieira e num foco de concentração de usinas de açúcar e álcool.

Uma primeira preocupação orientadora da pesquisa dirigiu-se para o desvendamento das funções desempenhadas por Guariba em momentos diversos da sua história e da história da economia regional envolvente. Esse fundamento permitiu investigar, num segundo momento, a produção do urbano no interior do município de Guariba.

*PALAVRAS-CHAVE:* URBANO, URBANIZAÇÃO, AGROINDUSTRIA CANAVIEIRA, TERRITORIO CAFEIRO, TRABALHADOR RURAL.

funcionou mais intensa e diversificadamente que Santos como nó de ligação entre o "dentro" e o "fora", subordinando a cidade portuária e formando com ela um eixo comercial-exportador em cujo núcleo encontrava-se a cidade do planalto. Daí resultou a sua arrancada inicial de crescimento (\*).

No interior do território cafeeiro, o eixo São Paulo-Santos desempenhou uma função específica e crucial, definidora das relações de comando que manteve com o conjunto do espaço cafeeiro em expansão: a função de sede do capital comercial e financeiro e de "locus" geográfico do seu agente econômico, a alta burguesia cafeeira. Foi precisamente essa função que garantiu a São Paulo a posição de centro dinâmico da expansão cafeeira (\*\*).

=====

(\*) *Comentando as reações suscitadas pela abertura da linha férrea Santos-Jundiaí, Richard M. Morse (1970 :207) escreve:*

Alguns contemporâneos não se aperceberam logo da nova fase de atividade e expansão que a Capital podia esperar graças à posição estratégica nessa linha tronco e como centro para numerosas outras projetadas. Codman achava que "quando a estrada fôr aberta, como logo será, no rico distrito de Campinas, este lugar <São Paulo> perderá a sua importância comercial". E Godoy, comentando o declínio do vale do Paraíba (1869) e a necessidade de ligá-lo à linha São Paulo-Santos por meio de um ramal, atribuiu a Santos um futuro que, na verdade, coube à Capital...

(\*\*) Em sua forma atual, a "marcha para o Oeste" é essencialmente paulista e continua a sê-lo, mesmo ao penetrar territórios de outros Estados, porque não somente o impulso é dado por São Paulo, como a maior parte dos homens provêm desse Estado e as relações econômicas se fazem sobretudo com São Paulo e Santos. Nem sempre foi assim. Pierre Monbeig, *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, Hucitec-Polis, São Paulo, 1984, p. 23.

Na capital e na cidade portuária instalaram-se as atividades básicas de comercialização e financiamento da economia cafeeira, como os bancos e casas exportadoras-importadoras, as sedes das companhias ferroviárias, companhias de terras e todo o aparato complementar de serviços demandado por tais atividades. A concentração maior das atividades do circuito cafeeiro internacionalizado na capital do estado determinou, um certo estreitamento das funções de Santos que teve que contentar-se com um papel subsidiário.

Essa definição nítida das funções de São Paulo foi acompanhada pela implantação física da alta burguesia cafeeira na cidade. Sem desligar-se da propriedade fundiária, ela assumiu a condição de uma burguesia urbana, referenciada pelas práticas financeiro-comerciais e por um cosmopolitismo ideológico ilustrado e sofisticado (\*).

Essa circunstância transformou a cidade num importante centro financeiro e bancário já nos momentos iniciais da sua arrancada de

=====

(\*) Não se deve crer, entretanto, que estivesse surgindo uma estrita dicotomia entre uma burguesia da cidade e um patriciado rural, tal como aconteceu nos tempos coloniais entre os negociantes portugueses e os barões do açúcar no Norte do Brasil. Pois com as estradas de ferro, os fazendeiros de café, acostumados a morar nas suas propriedades ou nas cidades pequenas das redondezas, podiam agora gozar de uma vida mais confortável e mais animada na Capital, continuando em estreito contato com suas fazendas. Como moradores da cidade possuidores de riqueza, prestígio social e instrução de nível superior, muitos deles ingressaram em atividades econômicas urbanas - como diretores de estradas de ferro, pioneiros da indústria, banqueiro etc. - ou em profissões com que estavam familiarizados desde os tempos de estudantes, tais como as lides forenses, a política ou o jornalismo. Richard M. Morse, *Formação Histórica de São Paulo*, Difel, São Paulo, 1970, p. 233.

crescimento populacional (\*). Tanto o crescimento econômico da cidade de São Paulo como a sua expansão física e remodelação arquitetônica guardam estreita relação com as suas funções de comando do território cafeeiro (27).

Entretanto, pelo menos como primeira aproximação, é possível traçar um paralelo entre as funções desempenhadas pela capital do estado à frente do território cafeeiro e a situação de outras cidades (brasileiras ou não) chamadas a desempenhar o papel de centros comercial-financeiros em economias exportadoras de arquipélago. Na realidade, dentro dos estreitos limites do raciocínio analógico, é pertinente inclusive postular a existência de um padrão histórico de constituição de metrópoles fundadas nesse estilo de intermediação entre a produção interna e os mercados exteriores (aliás, reside justamente nesse raciocínio analógico a origem da expressão "porto seco do café" tantas vezes aplicada a São Paulo).

A fraqueza desse tipo de abordagem está não tanto naquilo que ela ressalta, mas no que camufla: a especificidade do território cafeeiro no que concerne ao seu padrão urbano. Isso porque, diferentemente de outras economias exportadoras de arquipélago, o território cafeeiro paulista dinamizou a constituição de uma rede complexa e diversificada de cidades, estruturada com base em hierarquias funcionais claramente definidas.

=====  
(\*) Em 1889 a Capital possuía uma Bôlsa Livre e orgulhava-se de cinco casas bancárias e quatro filiais. Nessa época apenas em sete províncias brasileiras existiam bancos. Richard M. Morse, *op. cit.*, p. 232.



Pierre Monbeig (1984) cartografa momentos diferentes da constituição do território cafeeiro e da rede urbana que o vertebrou. A hierarquia urbana precária e pouco nítida que se organizou nesse território foi condicionada essencialmente pelos eixos ferroviários, na medida em que o crescimento maior ou menor dos centros urbanos era uma função direta do tipo de inserção no interior do espaço cafeeiro. As cidades que experimentaram um crescimento maior - como Ribeirão Preto, São Carlos e Araraquara, num primeiro momento - devem esse crescimento a fatores próprios à expansão cafeeira e ferroviária. O aumento da complexidade da economia cafeeira acabou por transformá-las em pólos regionais comerciais e financeiros, onde também se reuniam as ramificações ferroviárias que se abriam para oeste. Começavam a se configurar verdadeiras capitais ou centros regionais (\*).

Mas a fronteira de expansão é, nitidamente, uma fronteira urbana e urbanizadora, ainda que a atividade nuclear que a dinamiza seja uma

=====

(\*) As cidades que, desde os inícios dos transportes rodoviários, já eram estações terminais de vias férreas e bocas de sertão, não são despojadas de sua clientela pela criação de novos patrimônios... Evoluiu a função, mas a antiga cidade pioneira, relegada doravante, em uma zona de povoamento estabilizado, continua necessária à vida regional. Organiza-se uma hierarquia urbana: as aglomerações mais jovens e menos povoadas situam-se no oeste, mas as do leste, a despeito da idade, são as mais importantes. Então, continuam sendo as comunicações a melhor garantia da vida urbana. São antes de mais nada nós de comunicação os velhos centros, nascidos no século passado, Ribeirão Preto, Araraquara, Jaboticabal, Jaú, Botucatu, Bauru. Reúnem-se neles as ramificações do leque ferroviário que serve aos planaltos setentrionais e ocidentais de São Paulo. Pierre Monbeig, op.cit., p. 352.  
As cidades médias do interior parecem ter desenvolvido ainda funções financeiras de alguma importância. José de Souza Martins (1981: 111-112) assinala a existência de sete bancos em cidades do interior em 1902 e Wilson Cano (1977: 74) registra a existência, em 1910, de dezenas de bancos denominados "Banco de Crédito Rural" sediados em municípios interioranos.

atividade agrícola. Assim, o avanço ferroviário promoveu o aparecimento de incontáveis aglomerações urbanas. Essas pequenas aglomerações tiveram origens singulares, em momentos e estágios diversos da evolução da franja pioneira. Também, conheceram diferentes desenvolvimentos e destinos, umas crescendo e fixando-se como núcleos locais ou até mesmo capitais regionais, outras estagnando na condição de povoados. Entretanto, a multiplicação dos pequenos centros urbanos caracterizou o conjunto do território cafeeiro: esse território constituiu-se, antes de tudo, como espaço da vida de relações especificamente urbana.

A dinâmica urbanizadora do território cafeeiro não pode ser explicada pelas demandas do circuito internacionalizado. Na realidade, essas demandas - ligadas economicamente ao capital comercial e socialmente à alta burguesia cafeeira - poderiam ser teoricamente satisfeitas sobre a base de uma rede urbana pobre, vertebrada por São Paulo e Santos, de um lado, e por poucas e importantes capitais regionais das zonas de produção cafeeira. Tanto a dinâmica de crescimento das cidades médias do interior como a formação de uma rede densa de pequenos núcleos urbanos reclamam um outro fundamento, que singulariza o território cafeeiro em meio aos diversos casos de economias exportadoras de arquipélago.

Este fundamento radica na existência de um circuito local de reprodução do capital, que se desenvolve à sombra do circuito cafeeiro internacionalizado mas que não pode ser visto simplesmente como sua extensão local. Esse circuito local de reprodução do capital deveria ser descrito também como um circuito cafeeiro, no sentido preciso de que a sua existência prende-se às condições gerais

de funcionamento da economia do café. Contudo, ele corporifica justamente a complexidade da economia cafeeira, que foi uma formação geradora de mercados locais e diferenciação social (\*).

A grande fazenda de café clássica é um empreendimento de características essencialmente autárquicas. A magnitude dos investimentos que ela carregava e as singulares relações de produção nela vigentes determinavam essa tendência à autonomia, tanto no que se refere às atividades diretamente relacionadas à produção de café (como o beneficiamento, as instalações de reparo do maquinário e o transporte do produto até as estações ferroviárias) como no que concerne à produção dos gêneros alimentícios de auto-consumo. Sob esse

=====

(\*) Analisando a urbanização da área cafeeira de Jaú, Pedro Paulo Perides (1981: 233-234) assinalava:

Além do conjunto de atividades vinculadas ao grande capital cafeeiro, representadas basicamente pela comercialização, financiamento e transporte (ferroviário) da produção cafeeira... podemos também distinguir...um segundo conjunto de atividades, representadas por aquelas necessárias ao funcionamento da economia cafeeira no nível regional, o que, em princípio, define o âmbito regional de sua atuação. (...)

Essas atividades não representaram "facetas" do grande capital cafeeiro, ou funções por ele integradas, pois constituíram-se independentemente dele. Essas diferentes atividades foram representadas pela pequena e média burguesia urbana (comercial, industrial, etc.) que se definiam como frações de classes relativamente autônomas do grande capital cafeeiro. Contudo essas atividades eram componentes do capital cafeeiro considerado como um todo. (...)

...consideramos esse segundo conjunto de atividades como o responsável direto pelo processo de urbanização durante a fase pioneira da expansão cafeeira, papel que as atividades ligadas ao grande capital cafeeiro não conseguiram desempenhar diretamente de modo tão intenso. O que quer dizer que foram as atividades de nível regional que se comportaram como os agentes diretos da urbanização, e não tanto aquelas de âmbito extra-regional, representadas pela comercialização, financiamento e transporte do café, ainda que fundamentais para o desempenho das de nível regional.

segundo aspecto, o sistema do colonato, que combinava engenhosamente a produção da mercadoria nuclear à produção alimentar de auto-consumo, viabilizou a implantação de unidades de produção de café pioneiras em áreas que não conheciam um mercado de trabalho estruturado ou produção significativa de alimentos (\*).

Entretanto, a lógica do Complexo Cafeeiro Capitalista gerava mecanismos de diferenciação social suficientemente poderosos para permitir o desenvolvimento de demandas locais que transbordavam os limites da grande fazenda cafeeira. Ou seja: para além dos estreitos limites do sistema de produção e consumo da grande fazenda, configurava-se um mercado local e, conseqüentemente, um conjunto de atividades produtivas, comerciais e de serviços voltadas para o atendimento desse mercado.

A diferenciação social e a constituição de mercados locais no Complexo Cafeeiro Capitalista prende-se, em primeiro lugar, à segmentação da própria burguesia cafeeira, que determinou o aparecimento de setores inferiores dessa burguesia, definidos pela

=====  
(\*). Como em outras regiões em que uma agricultura comercial implanta-se em terras virgens ou pouco exploradas, o capitalismo teve que transportar consigo os pressupostos de seu funcionamento. Se a infra-estrutura necessária à própria produção e à sua comercialização desenvolvia-se na mesma proporção em que se estendiam as plantações, as dificuldades maiores decorreriam da inexistência prévia de um mercado de trabalho local, dado o escasso povoamento da área. Esse mercado de trabalho exigiria não só a presença, em número necessário, de trabalhadores mobilizáveis para as plantações, como também a existência de um setor de produção dedicado a proporcionar-lhes os bens necessários à subsistência... Vinicius Caldeira Brant, Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocobana de Assis, Estudos CEBRAP 19, São Paulo, 1977, p. 50.

incapacidade de ultrapassarem o âmbito econômico da produção do café e as fronteiras do espaço regional ou local. Ao contrário da alta burguesia cafeeira, cujas relações com a fazenda eram mediadas por administradores e que praticamente não mantinha relações com os núcleos urbanos locais, a burguesia cafeeira inferior aproximava-se de uma classe de proprietários fundiários e monopolizava o aparato político-institucional dos núcleos urbanos locais.

Mas os mecanismos de diferenciação agiam também na base da pirâmide social, entre os trabalhadores do café. Diferentemente da rígida sociedade cafeeira da fase escravista, praticamente destituída de mobilidade social vertical, a estruturação social do complexo capitalista produzia e reproduzia diferenciações entre os colonos do café, já que a monetização (parcial) da remuneração introduzia a possibilidade de alguma acumulação.

Verena Stolcke (1986: 78-86) resenha a polêmica pouco conclusiva estabelecida entre os pesquisadores a respeito da magnitude do acesso de colonos à propriedade fundiária e também a respeito dos períodos históricos que teriam aberto o caminho da pequena propriedade ao trabalhador do café. José de Souza Martins (1981: 117-142) forma entre os "pessimistas" quanto às efetivas possibilidades de acesso do colono à terra, pelo menos no período anterior à crise de 1929. Mas, paradoxalmente, o melhor fundamento teórico para tese da mobilidade ascendente do colono encontra-se na análise que esse autor faz da transição do objeto da renda capitalizada da escravaria para a propriedade fundiária no momento da eliminação do trabalho cativo no território cafeeiro (2<sup>o</sup>). De fato, a constituição de um mercado de

terras capitalista (isto é, autônomo face à disponibilidade ou não de força de trabalho) abre - pelo menos em algum grau - o acesso à propriedade da terra a qualquer agente econômico detentor de determinado nível de reservas monetárias (\*).

De qualquer forma, a presença mais ou menos significativa da pequena propriedade em áreas cafeeiras é fato constatável, não só nas zonas pioneiras novas da década de 1920 - onde o sítio é um elemento marcante na paisagem cafeeira - como inclusive nas velhas zonas cafeeiras constituídas no século XIX, onde o domínio da grande propriedade é muito mais marcante mas nem por isso exclusivo (\*\*).

Além disso, embora o colonato represente uma limitação para a expansão do mercado local (na medida em que os trabalhadores rurais abastecem-se predominantemente nas fazendas cafeeiras), a monetização de uma parcela dos rendimentos dos trabalhadores e também a existência de um universo de empregados que não têm acesso à produção de gêneros

=====

(\*) *Estudando essa questão aplicada à área cafeeira de Jaú, Pedro Paulo Perides (1981: 147-151) sugere que os chamados "colonos de formação" - aquela parcela de colonos empregada na formação do cafezal mediante contratos de quatro ou seis anos remunerados eventualmente por pés de café formados e sempre através da comercialização de gêneros de subsistência e da(s) primeira(s) colheita(s) do cafezal - tiveram possibilidades de acumulação muito superiores aos chamados "colonos de sustentação". Mas o autor sugere ainda que estes últimos poderiam eventualmente ter alcançado a posição de pequenos proprietários durante os inúmeros períodos de crise cafeeira ocorridos entre 1898 e 1929.*

(\*\*) *Na ocasião de sua viagem a São Paulo <entre 1909 e 1910>, Pierre Denis visitara pequenas propriedades agrícolas em mãos de italianos enriquecidos. A maior parte encontrava-se em Campinas e Araras, municípios já estabilizados; mas outras ficavam nos arredores de Ribeirão Preto (Cooperativa Orlando, bairro Morro do Cipó). Pierre Monbeig, op.cit., 1984, p. 183.*

de subsistência geram um mercado local formado por trabalhadores rurais. Esse mercado realiza parte das suas demandas na pequena cidade, em particular aquelas ligadas ao vestuário e à complementação alimentar (28).

O circuito cafeeiro local - a sua magnitude e o seu desenvolvimento - está em função das características do mercado local gerado pela crescente diferenciação interna da sociedade cafeeira e pela monetização de parte dos rendimentos dos trabalhadores rurais. Contudo, a existência desse circuito local dinamiza novas diferenciações sociais, originadas pelo efeito multiplicador da constituição de atividades urbanas comerciais, industriais e de serviços. Assim, a pequena cidade cafeeira não apenas responde a necessidades objetivas do complexo capitalista (sendo, por isso, um elemento constitutivo desse complexo) como responde ainda às necessidades próprias da vida urbana. Estimulada por esse conjunto de demandas, desenvolve atividades comerciais (voltadas para a distribuição de mercadorias de consumo individual ou de consumo produtivo das explorações agrícolas), atividades industriais para consumo individual ou produtivo (como "trolis" e carroças, instrumentos de ferro e couro, etc.) e ainda atividades de prestação de serviços administrativos, ideológicos, religiosos e econômicos.

Assim, a compreensão das funções desempenhadas pela pequena cidade no território cafeeiro exige não só a distinção entre os dois circuitos de reprodução do capital que vertebram esse território como

também uma análise mais cuidadosa do circuito local, cuja lógica condiciona o desenvolvimento da pequena cidade (\*).

### 3.2. O Circuito Local e a Pequena Cidade

A análise do crescimento demográfico de Guariba nas décadas iniciais da sua existência desvenda a mobilidade da fronteira cafeeira. Essa mobilidade espacial transformava centros que se tinham comportado como núcleos pioneiros há apenas dez ou quinze anos em pontos de partida ou passagem para novos fluxos populacionais demandando os núcleos pioneiros adventícios.

=====

(\*) Richard M. Morse (1970: 231-232) cita uma passagem escrita por Pierre Denis em 1909 ou 1910 que enfoca de maneira percuciente as funções de abastecimento do mercado local desempenhadas pelas cidades do interior, ressaltando a distinção entre essas funções e o funcionamento do circuito cafeeiro internacionalizado:

...ne sont et n'ont jamais été des marchés caféiers. Le seuls marchés du café sont à Saint-Paul et à Santos, et les négociants de Saint-Paul et les commissionnaires de la place de Santos sont en relation directe avec les fazendeiros. Les villes de l'intérieur n'ont pas pour fonction de concentrer la récolte, mais elles assurent la distribution, dans les cantons agricoles des marchandises importées...Chaque ville contient les magasins de quincaillerie, de tissus et d'épicerie ou s'approvisionnent les boutiques des fazendas. Elles vivent aussi du commerce de l'argent. Les fazendeiros y trouvent crédit auprès de petites banques locales, qui sont soutenues de loin par des banques plus puissantes établies à Saint-Paul.



TABELA 8 - GUARIBA: CRESCIMENTO DEMOGRAFICO, 1907-1928

Ano	População	Natalidade	Mortalidade	C.Vegetativo	Taxa C.Veget.
1907 (+)	6.400	312	148	160	2,5%
1920	8.800	353	131	222	2,5%
1928	10.500	436	199	237	2,3%

(+) Dados para o Distrito de Guariba.

Fontes: Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo (FIBGE)  
 Censo de 1920 (FIBGE)  
 Octavio Rangel (1929)

Aplicando a taxa de crescimento vegetativo de 2,5% para o período 1907-1920, teríamos em 1920 uma população de 8.823 habitantes, praticamente a que realmente foi registrada pelo censo. Aplicando a taxa de crescimento vegetativo de 2,4% para o período 1920-28, teríamos em 1928 uma população de 10.650 habitantes, um pouco superior à efetivamente registrada. Se considerarmos a intensidade do afluxo de imigrantes estrangeiros para Guariba durante essas décadas, torna-se evidente que o município apresentou importantes índices de emigração, provavelmente em direção às novas áreas pioneiras que iam se abrindo mais para o oeste.

Os dados relativos à imigração são incompletos, a ponto de proibirem conclusões categóricas. Restringem-se aos anos posteriores à transformação de Guariba em município, e apresentam lacunas para

vários anos. Entretanto, é razoável supor que o período de maior afluxo tenha correspondido à década seguinte à criação do povoado, quando aquela área vivia a sua fase especificamente pioneira (\*). Mesmo assim, o afluxo imigratório foi significativo ainda durante os anos vinte, atingindo até 5% da população em anos excepcionais como 1921 mas girando em torno dos 2% ao ano na média do período (\*\*).

Em função da própria época de entrada da maioria dos imigrantes, entre 1890 e 1900 - período em que a imigração italiana para o estado de São Paulo predominou largamente sobre todos os demais grupos nacionais - os italianos constituíram, de longe, o principal contingente do município, seguidos pelos espanhóis e portugueses. Na

=====

(\*) Entre 1939 e 1952 todos os estrangeiros de Guariba (que incluía o Distrito de Pradópolis) foram cadastrados. Esses cadastros encontram-se no Museu Histórico da cidade. De um total de 888 imigrantes cadastrados, 235 (cerca de 26%) declararam chegada anterior a 1900 e 180 (cerca de 20%) declararam chegada entre 1901 e 1910. Considerando a época de realização do Cadastro, desfavorável para os imigrantes mais antigos, trata-se de um sólido apoio para a hipótese proposta.

(\*\*) Os dados existentes permitem conhecer a entrada de imigrantes em vários anos do intervalo 1918-1928:

MUNICIPIO DE GUARIBA: ENTRADA DE IMIGRANTES, 1918-1928

Ano	Imigrantes entrados	Ano	Imigrantes entrados
1918	60	1924	256
1919	46	1925	93
1921	439	1927	264
1923	140	1928	181

Fontes: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 1919 (FIBGE)  
Relatórios da Agricultura (Sec. Agricultura do Estado)

realidade, o contingente italiano parece ter sido quase absoluto até o início do século, decrescendo relativamente a partir daí com a chegada de espanhóis e portugueses (\*). Certamente, até os primeiros anos do século, os italianos representaram cerca de metade de toda a população do então Distrito de Guariba. A importância dos italianos na sociedade local cristalizou-se com a criação de uma sociedade de mútuo socorro (Societa Mutuo Socorsi Italiani Unitti), num casarão que abrigou bailes e festas da cidade, transformando-se em 1964 em Biblioteca Pública Municipal.

A compreensão do crescimento demográfico geral do município e da

=====

(\* *Os Anuários Estatísticos de São Paulo não trazem dados diretos sobre os estrangeiros presentes em Guariba, mas indicam o nascimento de 242 filhos de estrangeiros no município em 1905, sendo 188 (quase 78%) filhos de italianos. Para 1907, dos 247 filhos de estrangeiros, 157 (quase 64%) têm pais italianos. O Censo de 1920 traz os seguintes dados:*

*ESTRANGEIROS NO MUNICIPIO DE GUARIBA - 1920*

<i>Universo</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
<i>Total de estrangeiros</i>	<i>2497</i>	<i>100,0</i>
<i>Italianos</i>	<i>1436</i>	<i>57,5</i>
<i>Espanhóis</i>	<i>649</i>	<i>26,0</i>
<i>Portugueses</i>	<i>238</i>	<i>9,5</i>

*Fonte: Censo de 1920 (FIBGE)*

*Já o Cadastro guardado no Museu Histórico registrava 366 italianos (41,2%), 193 espanhóis (21,7%) e 117 portugueses (13,2%).*

*Este Cadastro contém registros de 116 japoneses, enquanto o Recenseamento Demográfico, Escolar e Agrícola-Zootécnico de 1934 aponta a presença de 496 japoneses no município. Entretanto, uma parcela considerável desses japoneses pertencia à colônia de Guatapará, no município de Ribeirão Preto, tendo sido incorretamente computados no município de Guariba.*

dinâmica de crescimento do seu componente urbano dependem de uma análise mais pormenorizada da força de trabalho mobilizada pela atividade nuclear - a produção de café - e, em geral, das diferenciações existentes no segmento rural de Guariba.

Em 1928, às vésperas da crise cafeeira, a população de Guariba encontrava-se assim repartida entre os segmentos rural e urbano:

TABELA 9 - GUARIBA: POPULAÇÃO RURAL E URBANA, 1928

População Total	10.500	100,0%
População Urbana	2.100	20,0%
População Rural	8.400	80,0%

Fonte: Octavio Rangel (1929)

Indiscutivelmente, a absorção da população rural dependia, centralmente, das grandes fazendas de café que dominavam a produção agrícola do município (\*).

A forma de absorção da força de trabalho na fazenda de café estava mediada pelo colonato. O contrato de colonato vulgarizado na área de Guariba estabelecia três formas de remuneração distintas: um pagamento monetário fixo pelo tratamento dos cafeeiros, um pagamento monetário variável pela colheita do café e um pagamento em produto através do direito de plantio de gêneros de subsistência entre as ruas

=====  
(\* ) Octavio Rangel (1929) lista as quinze grandes fazendas do município, que possuíam cada uma entre cem mil e seiscentos mil cafeeiros em produção. Tomadas em conjunto, elas respondiam por 4.213.000 cafeeiros, ou cerca de 70% do estoque total de cafeeiros, calculado em cerca de seis milhões.

do cafezal ou em cafezais abandonados (\*).

As particularidades do colonato determinaram um padrão de absorção da força de trabalho nas fazendas de café rigidamente condicionado pela quantidade de pés de café. Esse padrão assume extraordinária importância pois, ao definir idealmente a magnitude da oferta de empregos na atividade nuclear, gera a matriz do conjunto da oferta de empregos estruturada em uma área cafeeira singular.

Aparentemente, esse padrão pode ser determinado com grande precisão, pois experimentou pequena variação de uma área cafeeira para outra, dentro do mesmo estágio histórico do Complexo Cafeeiro Capitalista.

Enfocando o importante problema da produtividade do trabalho na economia cafeeira, Verena Stolcke (1986: 36-46) compara o número de pés de café tratados por família e por trabalhador individual em função da proporção consumidores/produtores da família nos sistemas da

=====  
(\* *Um típico contrato de colonato da área foi publicado pela Fazenda São Martinho na Gazeta de Guariba do dia 1/8/1931 visando contratar trabalhadores para o ano agrícola de 1931-32. As passagens principais relativas à remuneração estabelecem:*  
Tratamento de Cafeeiros - A Fazenda pagará 170\$000 (cento e setenta mil réis) por mil pés pelo tratamento durante o ano, em 6 pagamentos de 25\$000 (vinte e cinco mil réis), ficando 20\$000 (vinte mil réis) como garantia do debito de Pharmacia, Medico, Luz e Carretos. Colheita de Café - A Fazenda pagará 1\$000 por 50 litros de café bem limpo e \$500 réis quando o café for derricado por turmas, e neste caso o colono só terá que levanta-lo, ensaca-lo e medir no carreador... Plantação na lavoura - Lavoura velha e formada: plantarão uma cóva de milho, no vão de 4 pés, não podendo exceder de 4 a 5 pés em cada cova. Cafeeiros novos de 1 para 2 annos: plantarão duas carreiras de milho "contra as aguas"... Cafeeiros novos de 2 para 3 annos: plantarão duas cóvas de milho no vão de 2 plantas "contra as aguas"... Duas carreiras de feijão das aguas "contra as aguas". Uma carreira de feijão da secca... Cafeeiros novos com mais de 5 annos: plantarão duas carreiras de feijão das aguas e uma carreira de feijão da secca...  
*Além dessas detalhadas disposições sobre a forma de remuneração, o contrato dispunha: O colono não poderá tratar mais de 2.500 pés por pessoa maior de 15 annos.*

locação de serviços (utilizado basicamente entre 1857 e 1880) e do colonato (utilizado principalmente depois de 1880). Utilizando dados empíricos relativos à Fazenda Martírios em 1869, que contratava por locação de serviços, o autor constrói tabelas que indicam uma média geralmente inferior a 800 pés de café tratados por trabalhador (\*). Contudo, para o colonato, o mesmo autor constata uma produtividade de dois mil a três mil cafeeiros por adulto já no final da década de 1880. Dados empíricos de 1922 para famílias com diferentes tamanhos e proporções consumidores/produtores tendem a confirmar aquela média, que parece ter sido mais ou menos constante no sistema do colonato.

Supondo que oito décimos dos trabalhadores empregados na agricultura fossem colonos (o que é aceitável como base de cálculos aproximativos) pode-se calcular a produtividade por trabalhador na área de Guariba:

TABELA 10 - JABOTICABAL E GUARIBA: PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA FAZENDA DE CAFE

Ano	Cafeeiros	Colonos	Cafeeiros por colono
1904 (+)	17.422.800	6.787	2.567
1920 (++)	2.951.200	1.565	1.886
1931 (++)	5.831.500	1.984	2.939

(+) Dados para o município de Jaboticabal.

(++) Dados para o município de Guariba.

Fontes: Estatística Agrícola e Zootécnica 1904/1905 e 1931/32  
(Sec. Agricultura)  
Censo de 1920 (FIBGE)

(\*) O número médio de cafeeiros cultivados por um trabalhador variava de 566 a 813 pés. Quanto maior a capacidade produtiva da família... menor o número de pés tratados por cada trabalhador na família. A produtividade no café por trabalhador era baixa... as famílias que dispunham de uma capacidade produtiva comparativamente maior eram as que menos se empenhavam no cultivo do café. Verena Stolcke, Cafeicultura - Homens, Mulheres e Capital (1850-1980), Brasiliense, São Paulo, 1986, p. 35.

O crescimento da produtividade entre 1920 e 1931 é explicável pela conjuntura de novos plantios da década de 1920, que deve ter levado os fazendeiros a aumentar as remunerações monetárias pelo tratamento do cafezal e colheita em detrimento dos estímulos para o plantio de gêneros de subsistência (\*). De qualquer forma, as médias grosseiramente calculadas para Guariba ajustam-se perfeitamente aos padrões observados por Verena Stolcke (1986) para o colonato.

Esses padrões constituem a matriz da dinâmica de crescimento populacional do segmento rural das áreas cafeeiras. Aparentemente, eles originam limites bastante nítidos para a absorção da força de trabalho que devem girar em torno de intervalos de oscilação derivados das diferenças de produtividade de uma área para outra (estando essas diferenças em função do tamanho médio das famílias de colonos e da relação entre os rendimentos monetários e não-monetários) e da estrutura fundiária e produtiva específica de cada área (proporção entre estabelecimentos grandes, médios e pequenos e ainda entre estabelecimentos cafeeiros e não-cafeeiros).

Indiscutivelmente, a produção cafeeira de Guariba estruturou-se sob o predomínio quantitativo da grande exploração. Contudo, vale a pena observar a importância das explorações intermediárias, já que o

=====  
(\*). *Essa hipótese é reforçada pelo aumento da relação área de café/área de milho+feijão entre 1920 e 1931. De fato, em 1920 essa relação era de 1,21 em 1920, passando para 1,63 em 1931.*

grau de autonomia que elas mantêm face ao segmento urbano é, evidentemente, muito menor (30). Igualmente, é importante captar a presença e os contornos quantitativos da pequena exploração (cafeicultora ou não), pois ela representa uma matriz de consumidores capaz de dinamizar o segmento urbano (\*).

O Censo de 1920 ajuda a distinguir a grande exploração dos estabelecimentos intermediários:

TABELA 11 - GUARIBA: CLASSES DIMENSIONAIS DOS ESTABELECEMENTOS RURAIS, 1920

Classes de área	Estabelec.	Area Média dos Estabelec.
menos de 41 ha.	22	17 ha.
41 a 100 ha.	9	57 ha.
101 a 200 ha.	10	132 ha.
201 a 400 ha.	4	261 ha.
401 a 1000 ha.	9	678 ha.
1001 a 2000 ha.	3	1448 ha.
2001 a 5000 ha.	2	2652 ha.
mais de 5000 ha.	1	7260 ha.
-----		
Total de estabelecimentos cafeicultores - 37		
-----		

Fonte: Censo de 1920 (FIBGE)

=====  
 (\*) Pierre Monbeig insiste na influência dinamizadora dos centros urbanos cafeeiros representada pela difusão da pequena exploração rural:

Devem estas <as cidades pioneiras> infinitamente mais aos pequenos proprietários que, cada vez mais numerosos, provocam um desenvolvimento da função comercial e industrial tanto das capitais regionais quanto dos novos patrimônios. Pierre Monbeig, op.cit, pp. 346-347.



O mesmo censo informa a existência de 17 estabelecimentos com máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, dos quais 13 possuíam máquinas de beneficiamento de café e 10 tinham máquinas de moagem de cereais. A partir desses dados, e supondo que as explorações não-cafeicultoras são as 23 menores, é razoável classificar como fazendas de café intermediárias as 14 compreendidas entre 101 ha. e 400 ha. e ainda cerca de cinco dos 9 estabelecimentos compreendidos entre 401 ha. e 1000 ha. Num cálculo aproximativo, fundado nesses pressupostos e numa distribuição dos cafeeiros e da força de trabalho proporcional às áreas, é possível propor a seguinte estruturação da produção cafeeira de Guariba:

TABELA 12 - GUARIBA: MAGNITUDE DAS EXPLORAÇÕES CAFEEIRAS, 1920

	Estabelec.	Estoque de Cafeeiros	Colonos
Grandes Fazendas	10	2.239.961 75,9%	1337 75,9%
Fazendas Médias	19	658.117 22,3%	393 22,3%

Fonte: Censo de 1920 (FIBGE)

A pequena exploração (cafeeira ou não) sempre esteve presente na área de Guariba, ainda que sua expressão pareça bastante reduzida.

A Estatística Agrícola e Zootécnica de 1904-1905 apontava a existência de 105 estabelecimentos com menos de 10 alqueires e 128

estabelecimentos na faixa compreendida entre 10 e 25 alqueires entre os 532 estabelecimentos rurais do imenso município de Jaboticabal. Registrava também a existência de 189 estabelecimentos dirigidos por estrangeiros, dos quais 150 por italianos. Os estrangeiros, responsáveis quase sempre por estabelecimentos pequenos e às vezes por estabelecimentos médios, controlavam 5.539,50 alqueires, ou cerca de 12% da área dos estabelecimentos. Os estabelecimentos de estrangeiros tinham, em média 29 alqueires, ou apenas cerca de 70 ha.

Naquela altura, a área de Jaboticabal já tinha sido parcialmente transformada em zona cafeeira, com as lavouras de café dominando 8.978 alqueires, ou quase 79% da área cultivada dos estabelecimentos e 20% da área total dos estabelecimentos (que envolviam ainda amplas áreas de pastagens e de matas). Embora seja impossível determinar os estabelecimentos contidos no então Distrito de Guariba, um exame daquele detalhado levantamento revela a existência de pequenos estabelecimentos cafeicultores, mistos ou não-cafeicultores, boa parte dos quais pertencentes a estrangeiros (em geral italianos).

Em 1920, o censo apontava para o município de Guariba a existência de 22 estabelecimentos com menos de 41 ha. e área média de 17 ha., além de 9 estabelecimentos compreendidos entre 41 ha. e 100 ha., com área média de 57 ha. Assim, essas duas classes dimensionais somam 31 estabelecimentos e cerca de 887 ha. (3,4% da área dos estabelecimentos). O Relatório da Agricultura de 1923 não informa a estrutura fundiária, mas revela que responsáveis estrangeiros detinham 36 dos 56 estabelecimentos de Guariba e 870.500 cafeeiros, ou 20,4% do estoque total. Os italianos tinham 28 estabelecimentos e 647.000 cafeeiros. Naturalmente, devem estar incluídos nesse bloco

estabelecimentos pequenos e médios, mas a participação da pequena exploração (inclusive na produção de café) fica patente.

Mas a melhor radiografia da presença do pequeno estabelecimento (e da sua participação na economia cafeeira) encontra-se na Estatística Agrícola e Zootécnica de 1931/32:

TABELA 13 - GUARIBA: CLASSES DIMENSIONAIS DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, 1931

Classes de área (alqueires)	Estabelecimentos
até 10	17
11 - 25	11
26 - 50	10
51 - 100	9
101 - 250	7
251 - 500	7
501 -1000	3
mais de 1000	2
Total	66

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica 1931/32 (Sec.Agricultura)

A diferença de base estatística entre esta Estatística e o Censo de 1920 torna precária qualquer comparação, mas a presença do pequeno

estabelecimento parece ter se mantido mais ou menos no mesmo patamar durante a década de 1920. Efetivamente, os 31 estabelecimentos menores que 100 ha. de 1920 parecem corresponder grosseiramente aos mais de 28 e menos de 38 estabelecimentos que estão em classe dimensional similar em 1931. Repete-se também a participação de estrangeiros como responsáveis por estabelecimentos registrada em 1923. Agora, 37 dos 66 estabelecimentos têm responsáveis estrangeiros, dos quais 27 são italianos. A área média dos estabelecimentos de estrangeiros é de 72 alqueires (ou 174 ha.), o que revela a acumulação realizada por uma parcela desses estrangeiros, que tornaram-se detentores de estabelecimentos médios.

Mas a grande alteração da década de 1920 reside em outro lugar: nesse intervalo a expansão cafeeira adicionou os pequenos estabelecimentos à produção de café, a tal ponto que em 1931 todos os 66 estabelecimentos são (ao menos em parte) estabelecimentos cafeicultores:

TABELA 14 - GUARIBA: ESTABELECEMENTOS POR GRUPOS DE CAFFEEIROS, 1931

Grupos de Cafeeiros	Estabelecimentos
até 5.000	11
5.000 a 10.000	22
10.000 a 20.000	8
20.000 a 50.000	5
50.000 a 100.000	6
100.000 a 250.000	4
250.000 a 500.000	8
500.000 a 1.000.000	2
<b>Total</b>	<b>66</b>

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica 1931/32 (Sec. Agricultura)

O envolvimento dos pequenos estabelecimentos pela economia cafeeira evidentemente representou também uma subordinação muito mais

profunda desses produtores à lógica do mercado e, conseqüentemente, à divisão do trabalho. Provavelmente, redundou num aumento das demandas desse grupo de consumidores efetivadas através da mediação do segmento urbano. Aliás, é razoável supor que a expansão notável da lavoura cafeeira em Guariba nos anos vinte tenha representado um impulso dinamizador importante para o segmento urbano do município, contribuindo para um desenvolvimento mais intenso do circuito local de reprodução do capital.

-----

O segmento urbano do município de Guariba englobava, em 1928, um quinto da população total. Essa proporção parece nada ter de acidental: antes, deve representar também um padrão mais ou menos necessário definido basicamente pelas demandas locais geradas pela atividade nuclear.

Essa hipótese encontra apoio no estudo de Pedro Paulo Perides (1981: 263-283), que enfoca a dinâmica de crescimento das pequenas cidades cafeeiras em termos das funções básicas de nível micro-regional que desempenham (\*).

=====  
(\*). ...as funções urbanas de nível regional estavam basicamente vinculadas com as relações do tipo cidade-campo, onde cada cidade tentava centralizar em si mesma aquelas relações necessárias às áreas rurais próximas, que se organizavam em áreas cafeeicultoras (...). Definiam-se assim laços regionais que não se desenvolviam basicamente de um centro organizador, isto é, de "cima para baixo", característica de uma fase de desenvolvimento capitalista mais avançado, mas de vinculações que foram estabelecidas principalmente de "baixo para cima", caracterizando o papel das cidades como um componente básico da economia cafeeira... Pedro Paulo Perides, Um Exemplo de Processo de Organização Territorial: A Sub-Região de Jaú (1830-1930), Tese, Mimeo., FFLCH-USP, 1981, pp. 264-265.

Trabalhando com dados de 1934, este autor constata uma proporção de população urbana para os municípios da área de Jaú que oscila dos 20% aos 30% ou um pouco mais, ficando a maioria dos municípios no patamar inferior desse intervalo. Em 1934, a população urbana de Guariba já não representava um quinto do total municipal, tendo se reduzido consideravelmente em termos absolutos e sofrendo inclusive alguma redução relativa. Mas, tomando dados de municípios localizados nas proximidades de Guariba e Jaboticabal, transparece um determinado padrão:

TABELA 15 - POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE MUNICIPIOS SELECIONADOS, 1934

Município	Pop.Total	Pop.Rural	Pop.Urbana	% Pop.Urbana
Jaboticabal	62.962	51.731	11.231	17,8
Guariba	9.685	8.087	1.598	16,5
Taquaritinga	41.488	34.123	7.365	17,8
Monte Alto	36.893	33.803	3.090	8,4
Pitangueiras	13.809	11.502	2.307	16,7
Matão	31.821	28.815	3.006	9,4
Sertãozinho	31.039	26.222	4.817	15,5

Fonte: Censo Demográfico de 1934 (GESP)

E interessante observar como municípios muito maiores que Guariba, como ocorre por exemplo com Jaboticabal ou Taquaritinga aparentemente comportam-se de maneira similar: o seu componente urbano parece não ter desenvolvido funções de tipo hierarquicamente superior aos dos pequenos municípios, denotando um grau excessivamente incipiente de definição de hierarquias urbanas (31).

A análise do segmento urbano do município de Guariba revela a forte ligação da cidade com as demandas do segmento rural ou, dito de outra forma, a presença ainda muito precária de dinâmicas especificamente urbanas de crescimento econômico.

O Censo de 1920 traz dados sobre a estrutura profissional da população do município. Da população municipal de 8.800 habitantes, 2.372 (26,9%) são classificados como ativos, que estão assim subdivididos:

TABELA 16a - GUARIBA: ESTRUTURA OCUPACIONAL, 1920

	População Ativa	Participação (%)
Setor Primário	2.001	84,4
Setor Secundário	193	8,1
Setor Terciário	121	5,1
Outros e Não-definidos	57	2,4
Total	2.372	100,0

Fonte: Censo de 1920 (FIBGE)

Excluindo-se a população empregada no setor primário, que reflete o peso dominante do segmento rural, teríamos uma participação na absorção da força de trabalho urbana de 52,0% para o setor secundário contra apenas 32,6% para o setor terciário. Ainda que a superficialidade de dados desse tipo limite em muito o valor de qualquer conclusão, é obrigatório observar o peso específico muito elevado das atividades manufatureiras e artesanais face às atividades terciárias.

A explicação para isso parece residir na existência absolutamente incipiente das atividades de serviços públicos e pessoais e na quase ausência de divisão de trabalho entre a produção (artesanal) e a comercialização. A análise desagregada das profissões componentes do setor terciário ajuda a compreender esses fenômenos:

TABELA 16b - GUARIBA: EMPREGADOS NO SETOR TERCIARIO, 1920

	Empregados	Participação (%)
Transportes	56	46,3
Administração Pública	3	2,5
Correios	7	5,8
Força Pública	4	3,3
Profissionais Liberais	25	20,7
Administração Particular	10	8,3
Serviço Doméstico	16	13,1
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo de 1920 (FIBGE)



Apesar da dificuldade de trabalhar dados de estrutura profissional desligados de um recenseamento econômico, parece razoável subdividir as ocupações terciárias arroladas em três grupos: Transportes (46,3%), Serviços Públicos (11,6%) e Serviços Pessoais e Profissionais (42,1%).

O peso dos Transportes evidencia a importância do circuito internacionalizado nas atividades terciárias de Guariba. Uma parcela ponderável desses empregados deve estar ligada às duas estações ferroviárias do município (a Estação Guariba, na cidade, e a Estação Hammond, na Fazenda Barreiro). Além disso, existiam serviços de transporte ligando Guariba a municípios vizinhos.

Os Serviços Públicos parecem subestimados pela forma de organização dos dados utilizada pelo censo, já que deveriam ser adicionados aos empregados arrolados as professoras das cinco escolas rurais e do Grupo Escolar da cidade, além dos empregados da Companhia Telefônica, da Companhia Brasileira de Eletricidade, das coletorias de tributos federal e estadual e da junta de alistamento militar.

Os Serviços Pessoais e Profissionais incluem atividades diversificadas, com distintos significados econômicos, alguns atinentes às necessidades pessoais de saúde e higiene e outros às necessidades econômicas da produção municipal.

De qualquer forma, fica evidenciada a debilidade das atividades tipicamente terciárias ligadas ao circuito local e, especialmente, a demandas especificamente urbanas.

A análise desagregada das profissões ligadas ao setor secundário patentearia certas funções básicas desempenhadas pelo segmento urbano no circuito local:

TABELA 16c - GUARIBA: EMPREGADOS NO SETOR SECUNDARIO, 1920

	Empregados	Participação (%)
Vestuário	66	34,2
Alimentos	10	5,2
Madeira e Mobiliário	3	1,6
Cerâmica	10	5,2
Metalurgia	18	9,3
Transportes	5	2,6
Químicas	1	0,6
Produção Forças Físicas	8	4,1
Ciências, Letras e Artes	5	2,6
Edificação	55	28,5
Outras	2	1,1
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo de 1920 (FIBGE)

A listagem sublinha a diversidade da atividade secundária do pequeno núcleo, sintoma da fraqueza das relações externas e, portanto, da pequena especialização do município na divisão territorial do trabalho. De fato, o abastecimento básico de não-duráveis (alimentos, vestuário, bebidas...) parece se realizar, em grande parte, no âmbito

municipal. O mesmo parece ocorrer com inúmeros produtos da metalurgia primária, bem como de cerâmica. Até mesmo a fabricação de pequenos veículos, atividade relativamente sofisticada, realiza-se no nível municipal.

Evidentemente, essas atividades aproximam-se muito mais do artesanato que da manufatura propriamente dita. Isso explica a inexistência de dados censitários sobre profissionais empregados no comércio: tudo leva a crer que a distribuição das mercadorias produzidas no município (e mesmo de mercadorias importadas) realizava-se em grande parte através dos próprios estabelecimentos manufatureiros ou artesanais.

Como é óbvio, a listagem das atividades secundárias não permite distinguir com nitidez o mercado consumidor a que se vinculam as diferentes atividades. Contudo, não é difícil observar a presença de atividades voltadas para o consumo produtivo (Metalurgia, Transportes, Produção de Forças Físicas), ao lado de outras destinadas ao consumo pessoal (Vestuário, Alimentos, Ciências Letras e Artes). Naturalmente, parcela ponderável das primeiras atende ao consumo produtivo do segmento rural e parcela ponderável das segundas atende ao consumo pessoal do segmento rural.

Octavio Rangel (1929: 92-109) traz uma listagem aparentemente completa das atividades manufatureiras, comerciais e de serviços do município em 1928. Ela representa um manancial rico de informações sobre as funções desempenhadas pela cidade, ainda que não tragam dados sobre a absorção da força de trabalho realizada por tais atividades.

Uma tentativa de classificação pela quantidade de atividades em cada ramo da economia é apresentada na tabela seguinte:

TABELA 17a - GUARIBA: ATIVIDADES SECUNDARIAS E TERCIARIAS, 1928

Tipos de Atividade	Empreendimentos	Participação (%)
Café: Circuito Internacionalizado	80	16,3
Outros produtos: Comércio Externo	38	7,8
Manufaturas: Alimentos e Bebidas	60	12,3
Manufaturas: Outras	51	10,4
Comércio: Alimentos	114	23,3
Comércio: Vestuário	16	3,3
Comércio: Outros	41	8,4
Serviços	69	14,1
Serviços Públicos e Religiosos	20	4,1
Total	489	100,0

Fonte: Octavio Rangel (1929)

A tabela ressalta um enclave na economia municipal ligado aos mercados exteriores, representado pelas atividades do circuito internacionalizado de café e pela exportação de outros produtos (gado, laticínios, carne seca, etc.).

O circuito internacionalizado de café expressa-se no interior do município através de 4 representantes de bancos (Banco do Comércio e Indústria, Banco Commercial do Estado de S.Paulo, Banco de S.Paulo e Banco Italo-Brasileiro), 58 representantes de exportadores de café, 16 unidades de beneficiamento de café e as duas estações ferroviárias.

Quanto ao circuito local, fica reforçada a hipótese sugerida pelo recenseamento profissional de 1920: a importância das atividades manufatureiras e artesanais (e de certas modalidades de comércio) expressa a submissão do segmento urbano às demandas do segmento rural, tanto quanto a fraqueza dos serviços revela a quase ausência de dinâmicas especificamente urbanas de crescimento econômico.

Vale a pena analisar mais de perto as atividades secundárias. Entre as fábricas de alimentos aparecem 35 moagens de milho, 6 engenhos de aguardente, 3 xarqueados de carne seca e 2 beneficiadoras de arroz - todas provavelmente situadas no segmento rural, no interior das fazendas grandes e médias. Entre as manufaturas de alimentos, aquelas especificamente urbanas parecem se limitar a algumas fábricas de biscoitos, bombons e doces, três salsicharias, uma fábrica de bebidas e uma de massas alimentares. Mesmo assim, fica patente uma certa diversificação e mesmo alguma auto-suficiência municipal quanto aos alimentos industrializados.

Mas a presença marcante do segmento urbano aparece em outras atividades secundárias, detalhadas a seguir:

TABELA 17b - GUARIBA: MANUFATURAS NAO-ALIMENTARES, 1928

Tipo	Número	Tipo	Número
Calçados	4	Construtores	5
Colchoaria	2	Carpinteiros/Marceneiros	7
Móveis	4	Serrarias	4
Tipografia	2	Olarias	5
Vassouras	1	Ferreiros/Serralheiros	3
Sabão	2	Funileiro	1
Gelo	1	Fab.Veículos	3
Ourives/Relógios	2	Armeiro	1
Curtumes	2	Selarias	2

Fonte: Octavio Rangel (1929)

Predominam largamente as atividades artesanais voltadas para o reparo ou produção de bens duráveis simples, mas aparecem também manufaturas diversificadas, destinadas ao atendimento das demandas de bens não-duráveis.

Entre as atividades comerciais, destacam-se as destinadas ao consumo pessoal. É o caso dos numerosos estabelecimentos de distribuição de alimentos (secos e molhados, açougues, padarias, bares, etc.) mas também dos 11 armazinhos, 2 bazares e 3 lojas de calçados, além de farmácias, loja de móveis, acessórios para automóveis, joalherias e até duas livrarias. Vinte e oito

estabelecimentos comerciais de ferrajens, louças e tintas indicam ainda uma certa importância do segmento urbano na distribuição de mercadorias de consumo produtivo. O conjunto dessas atividades comerciais supre as demandas permanentes e banais, mas não demandas mais sofisticadas, restritas ao grupo de médios e grandes proprietários que provavelmente se abastecem com alguma frequência em centros exteriores de importância (como Ribeirão Preto ou Araraquara, ou ainda São Paulo).

A fraqueza do setor de serviços surge mais nitidamente desagregando e classificando as atividades a ele atinentes:

TABELA 17c - GUARIBA: TIPOS DE SERVIÇOS, 1928

Tipo de Serviço	Empreendimentos	Participação (%)
Higiene e Saúde	23	33,3
Lazer	7	10,1
Vestuário	20	29,0
Serviços Profissionais	4	5,9
Hotéis/Pensões	4	5,9
Outros	11	15,8
Total	69	100,0

Fonte: Octavio Rangel (1929)

Além das atividades básicas de higiene e saúde (dentistas, médicos, parteiras, barbeiros), fundamentais tanto para o segmento urbano como para o rural, as demais atividades ressaltam a submissão do segmento urbano ao rural, pois revelam a presença muito incipiente das modalidades de consumo de serviços tipicamente urbanos. As atividades de lazer (cinema, bilhares) tanto quanto as de vestuário (alfaiates, modistas, costureiros) provavelmente estão restritas a um mercado muito limitado de proprietários rurais ou profissionais urbanos. Tudo indica que as atividades de lazer destinadas à massa de trabalhadores rurais concentravam-se basicamente na Sociedade Italiana.

Além dessas funções manufatureiras, comerciais e de serviços, a cidade desempenhava ainda a função de local de residência de uma parcela dos proprietários rurais, constituída essencialmente pelos médios proprietários.

Ao contrário dos grandes fazendeiros - ligados a São Paulo ou às capitais regionais mais importantes, como Ribeirão Preto - e dos pequenos sítiantes - que habitavam o segmento rural - a burguesia cafeeira local tinha por norma a duplicação da residência, na fazenda e no núcleo urbano. Precisamente esta camada de proprietários rurais forneceu os quadros político-administrativos da cidade nessa fase da sua história, além de ter impulsionado publicações como o jornal A GAZETA DE GUARIBA que, fundado em 1923, expressava as posições dessa burguesia cafeeira de âmbito local.



Essa função definia uma paisagem urbana marcada por definições estilísticas razoavelmente sofisticadas e por exemplos variados de padrões arquitetônicos de qualidade. O desenho das ruas definia-se essencialmente pela volumetria das casas, geralmente térreas, que determinavam o alinhamento das calçadas. A uniformidade arquitetônica era notável, mas não excluía exemplos de inovações de implantação como aberturas laterais para ventilação e iluminação e o uso de varandas de acesso à entrada principal. As residências de melhor nível apresentavam vidraças por fora, platibandas, bandeiras nas portas e até mesmo balcões. Eventualmente, encontram-se exemplos de estilos arquitetônicos típicos das velhas fazendas ou cidades do Vale do Paraíba (\*).

=====  
(\* ) Escolhemos um exemplo arquitetônico cuja implantação e fachada denotam elementos com reminiscências neo-clássicas, como atestam as pilastras que ladeiam a fachada, o frontão triangular com óculo, as cornijas e losangos encimando as envazaduras. Esta residência estava ainda vinculada ao estilo que predominou na Corte durante o século XIX e que foi largamente difundido pelo Vale do Paraíba no apogeu do café, tendo imigrado com este na procura de novas terras, no caso o oeste do estado. Ramez Atique, Caderno de Guariba, Museu Histórico Jorge Nogueira de Carvalho, Guariba, 1980.

*II*

*DESAGREGAÇÃO DO COMPLEXO CAFEEIRO*

*(1932 - 1948)*

## 1. *A Crise Cafeeira e as Transformações na Economia Rural*

O crack da Bolsa de Nova Iorque e a depressão internacional que o sucedeu desorganizaram o mercado mundial, gerando rupturas mais ou menos duradouras nos fluxos internacionais de capitais e mercadorias. Efetivamente, a nova crise semeava o terreno para a instauração, bem mais tarde, de padrões de acumulação diferentes daqueles que tinham sido criados na segunda metade do século XIX e que, bem ou mal, atravessaram estruturalmente incólumes até mesmo a guerra de 1914-18 (\*).

O impacto da desaceleração das trocas internacionais sobre o complexo econômico cafeeiro determinou alterações significativas em todo o espaço econômico tributário. A crise cafeeira combinou-se com as mudanças políticas impulsionadas pela coalizão de classes que reorganizou o gerenciamento do Estado, depois de 1930, impondo modelos diferentes de desenvolvimento econômico. A macro-estrutura econômica, expressa pelas relações entre a agricultura e a indústria e entre o

=====

(\*) *Diferentes escolas de pensamento abrigam, atrás de linguagens e métodos de análise distintos, interpretações notavelmente similares das consequências da depressão dos anos trinta na estruturação de novos padrões internacionais de acumulação. Compare-se, a título de ilustração, as obras de W.W.Rostow (1978) e Harry Magdoff (1970).*

campo e a cidade, reorienta-se no sentido da potencialização da acumulação urbana e industrial (\*).

Nesta fase, crucial para o desenvolvimento geral do complexo urbano e industrial no país, o processo de industrialização fundamentou-se essencialmente na ruptura do dinamismo da agricultura de exportação, associada à desaceleração das importações de bens de consumo, e não no engendramento de relações orgânicas e auto-sustentadas de crescimento envolvendo o conjunto do sistema econômico. Antônio Barros de Castro (1972: 77-146) mostra como o processo de industrialização, nessa etapa, praticamente prescindiu da colaboração ativa do setor agrícola, que permaneceu operando em patamares muito baixos de produtividade e capitalização, reiterando o desenvolvimento de tipo extensivo que vinha apresentando antes da depressão.

=====  
(\*). Entre 1940 e 1960 a população urbana brasileira apresenta um incremento de 148%, contra 37,5% da população rural. Mesmo considerando-se que a indústria partia de um patamar excessivamente baixo, são impressionantes as suas taxas de crescimento, comparativamente ao setor agrícola:

*TAXAS MEDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO*

	<i>Agricultura</i>	<i>Indústria</i>	<i>PIB</i>
<i>1930-39</i>	<i>2,2</i>	<i>5,6</i>	<i>3,5</i>
<i>1940-46</i>	<i>4,8</i>	<i>6,9</i>	<i>5,6</i>
<i>1947-61</i>	<i>4,6</i>	<i>9,6</i>	<i>6,1</i>

*Fonte: Antônio Barros de Castro (1972: 102)*

Esse padrão de crescimento e diversificação do complexo urbano-industrial, próprio de espaços derivados no interior do mercado mundial, originou desníveis muito grandes de produtividade e capitalização na cidade e no campo. A aceleração demográfica, de um lado, e a oferta elástica de terras de outro foram as condições de base necessárias para esse "descolamento" entre os dois setores (\*). Contudo, o mecanismo estrutural que condicionava esse processo residia na alteração dos padrões gerais da acumulação no país, que transitava da subordinação ao capital comercial exportador/importador para o capital industrial. A formação de um mercado interno dinâmico constituiu uma dimensão crucial dessa transição, que envolveu importantes fluxos migratórios inter-regionais e rurais-urbanos.

O impacto da crise de 1929 acarretou a desagregação do Complexo Cafeeiro, entendido como sistema econômico dotado de dinâmica específica e constituído por uma constelação de agentes subordinados à reprodução do grande capital cafeeiro. A dissolução do Complexo Cafeeiro, por outro lado, não impediu que as exportações de café continuassem por mais de três décadas representando a fatia mais

=====  
(\*). Barros de Castro (1972: 113) ilustra esse ponto notando como a população ativa agrícola, crescendo "apenas" 1,5% a.a. no período 1940-1960, ainda cresceu mais, em termos absolutos, que a população ativa no secundário. Por outro lado, ele não nega as "contribuições" do setor agrícola ao processo de industrialização - representadas por fluxos de mão de obra e por transferências de capital diretas, como no caso do setor imobiliário, ou indiretas, através do confisco cambial - mas insiste no caráter passivo dessas "contribuições", compatíveis com a defasagem de produtividade e capitalização apontada.

importante do comércio exterior do país. Apenas, colocou a produção cafeeira num contexto inteiramente diverso daquele no interior do qual ela se desenvolveu desde os meados do século XIX até a terceira década do século XX.

A crise cafeeira dos anos trinta gerou um conjunto de mitos teóricos, unificados pela idéia de uma diversificação e democratização da agricultura nas áreas incorporadas ao mercado pela marcha pioneira do café. Efetivamente, contudo, nem uma coisa nem a outra caracterizaram o comportamento das áreas cafeeiras atingidas pela crise. Bem ao contrário, as décadas seguintes ao crack da Bolsa conheceram a reiteração da estrutura fundiária concentradora e da subordinação da produção agrícola ao grande capital, através da reorganização das relações de trabalho e de produção.

Estudando analiticamente a evolução da agricultura paulista nos anos que se seguiram à grande crise cafeeira, Angela Kageyama (1979) desvenda a persistência dos grandes traços da estrutura de propriedade da terra.

A decantada democratização da propriedade fundiária parece pertencer, essencialmente, ao universo da mitologia. Embora se constate um aumento moderado da participação da pequena propriedade e muitas fazendas cafeeiras tenham sido vendidas e fracionadas em propriedades menores, as mudanças principais ocorrem no nível do estabelecimento e não da propriedade. A grande propriedade, precisamente para se preservar durante o período de queda da rentabilidade, fraciona-se em estabelecimentos menores. Esse processo realiza-se através da difusão de relações de trabalho e de produção

como a parceria e o arrendamento, que em larga medida tomam o lugar do colonato como eixo organizador das relações entre o capital, a propriedade fundiária e a produção agrícola.

Assim, a crise cafeeira pouca relação mantém com uma suposta democratização do acesso à terra. Unicamente, ao provocar a desorganização das estruturas constitutivas do Complexo Cafeeiro, ela implica no início de um lento processo de dissolução do colonato, que só conheceria o seu termo na década de 1960. Nas fimbrias do colonato em dissolução introduziram-se modalidades de relações de trabalho e produção que envolviam o acesso precário e temporário à terra. A multiplicação de tais relações, associada à expansão do algodão e das pastagens, revela estratégias de crise dos fazendeiros, destinadas a defender a renda capitalizada objetivada na propriedade fundiária (\*).

=====

(\*) *Essa análise geral do comportamento da estrutura de propriedade fundiária no estado de São Paulo precisa ser relativizada. Ela expressa com grande nitidez a evolução da estrutura fundiária nos macro-espacos cafeeiros consolidados da Paulista, Mogiana e Alta Araraquarense mas tende a distorcer a evolução tanto dos macro-espacos antigos do Vale do Paraíba como dos recentes, onde a fronteira cafeeira se achava em expansão nos anos anteriores à crise, na Alta Paulista, na Noroeste e na Sorocabana. No Vale do Paraíba, a subdivisão da terra e a formação de sítios foi intensa, como produto da maior fragilidade da grande propriedade. Nas zonas novas do sul do estado, parece ter se intensificado a exploração da terra em pequenas propriedades. Contudo, nesse caso, a tendência é anterior à própria crise cafeeira, já que, como observou Pierre Monbeig (1984: 195-204), fazendeiros e sitiantes protagonizaram juntos a ocupação desses espacos pioneiros.*

-----

A grande crise de 1929, cuja dimensão crucial foi a retração geral e a desorganização dos fluxos comerciais internacionais, derrubou duradouramente as cotações do café, que permaneceram em níveis excessivamente baixos por toda a década de 1930.

TABELA 18 - COTAÇÕES DA SACA DE CAFÉ, 1929-1937  
(em libras esterlinas)

Ano	Cotação Média
1929	4,71
1933	1,80
1937	1,28

Fonte: Clóvis Melo (1969: 133)

Os altos preços da saca nos anos imediatamente anteriores à crise, bem como a relativa estabilidade dos mercados na segunda metade dos anos vinte, tinham gerado grande confiança entre os plantadores. Nas zonas novas do oeste, o café se expandia tanto nos solos mais apropriados como em outros, de fertilidade menor. Nas zonas consolidadas, novos plantios ocupavam as reservas de matas ainda existentes, num último ciclo de expansão.

A grande onda de plantios verificada às vésperas da crise, responsável por consideráveis incrementos nas colheitas nos primeiros anos da década de trinta, contribuiria para agravar as proporções da catástrofe. A crise atingiu a economia cafeeira precisamente no



momento em que se registravam as maiores safras de toda a história. A produção exportável atingiu o seu máximo histórico em 1933, declinando rapidamente mas permanecendo ainda em 1939 em níveis superiores aos registrados em meados da década anterior:

TABELA 19 - BRASIL: PRODUÇÃO EXPORTÁVEL DE CAFÉ, 1925-1939  
(em milhões de sacas)

Ano	Produção Exportável
1925/1926	21,3
1931/1932	27,7
1933/1934	44,0
1938/1939	23,2

Fonte: Clóvis Melo (1969: 132)

Dessa forma, a conjuntura longa de depressão dos mercados internacionais combinou-se com uma superprodução de café, potencializando a tendência de baixa dos preços da saca exportável. O resultado foi uma queda não apenas absoluta das cotações do produto (medidas em moedas fortes) como também uma acentuada queda relativa dos preços do café (frente a outros produtos agrícolas exportáveis ou não):

TABELA 20 - PREÇOS RELATIVOS DO CAFÉ, 1940  
(1929: relação café/outros produtos = 100)

Café/Algodão	=	59
Café/Açúcar	=	50
Café/Milho	=	55

Fonte: Antônio Barros de Castro (1972: 136)

Entre 1931 e 1938 cerca de 65 milhões de sacas de café destinadas à exportação foram destruídas, queimadas ou lançadas ao mar. Contudo, a produção, ainda que em queda, continuava excessivamente elevada em virtude da inelasticidade inerente às culturas permanentes, que representam capital imobilizado.

Os efeitos da crise sobre a produção fazem-se sentir diferenciadamente nas distintas regiões do estado de São Paulo. As duas maiores macro-regiões produtoras, as zonas consolidadas da Paulista e Mogiana e as zonas novas do oeste, responsáveis por mais de 90% de toda a produção do estado, evoluem de maneira muito diversa, em função das tendências de desenvolvimento que apresentavam antes da crise.

As zonas pioneiras da década de vinte, no oeste, experimentam ainda um considerável crescimento até 1936, em decorrência tanto da enorme quantidade de cafeeiros jovens como do diferencial positivo de produtividade face às zonas consolidadas. Já estas últimas, constrangidas a conviver com reduções drásticas de produtividade no período pré-crise, atingem as maiores produções em 1932, experimentando em seguida um brusco declínio. É interessante observar como essa evolução pós-crise inverte as posições dessas duas macro-regiões, transformando as zonas novas do oeste na principal macro-região cafeeira do estado ainda em meados da década:

TABELA 21a - ESTADO DE SÃO PAULO: PRODUÇÃO DE CAFE NAS DUAS PRINCIPAIS MACRO-REGIOES CAFEIRAS, 1930-1938 (em toneladas)

Zonas	1930	1932	1934	1936	1938	Varição no período
Consolidada	403.823	526.215	340.820	330.922	334.429	- 17,2%
% total	52,1%	48,0%	41,6%	34,8%	37,8%	- 14,3%
Nova	318.796	493.275	427.267	573.594	522.246	+ 63,8%
% total	41,2%	45,0%	52,2%	60,3%	58,9%	+ 17,7%
Total Estado	774.527	1.095.688	819.514	950.773	885.450	+ 14,3%
	100%	100%	100%	100%	100%	

Fonte: Angela Kageyama (1979: 103)



Entretanto, a análise dos cafeeiros novos elucida o impacto profundo da queda das cotações no mercado internacional. Se em 1931 o estado de São Paulo contava com 323 milhões de cafeeiros novos e em 1933 o estoque de pés novos ainda atingia cerca de 205 milhões, em 1935 já se registram menos de 50 milhões de pés novos e um ano depois menos de 20 milhões.

Sob esse aspecto, a crise transparece tanto nas zonas consolidadas como nas novas, com um intervalo de apenas dois ou três anos. A diferença é que as zonas novas chegavam ao ponto de inflexão com um estoque largamente superior de novos pés, plantados exatamente às vésperas da crise.

TABELA 21b - ESTADO DE SÃO PAULO: QUANTIDADE DE CAFEEIROS NOVOS NAS DUAS PRINCIPAIS MACRO-REGIÕES CAFEIIRAS, 1931-1936 (mil pés)

Zonas	1931	1932	1933	1935	1936
Consolidada	79.532	45.818	23.013	7.795	2.930
Nova	229.056	182.106	173.999	36.735	14.022
Estado	323.447	240.399	205.511	48.236	17.865

Fonte: Angela Kageyama (1979: 109)

As décadas de 1930 e 1940 registram a dramática decadência da produção cafeeira em Guariba. O plantio foi muito intenso durante a década de 1920, e particularmente na segunda metade da década, quando a relativa estabilidade de preços estimulou os plantadores a aumentarem a produção. Assim, a crise colhe Guariba no auge da sua capacidade produtiva. A magnitude da decadência pode ser observada através da TABELA 22:

TABELA 22a - PRODUÇÃO CAFEEIRA DE GUARIBA, 1920-1950

Ano	Produção (ton)	Area (ha)	Cafeeiros
1920	1.548,3	3.689	2.951.200
1928	(++)	(++)	6.000.000
1940 (+)	1.783	4.028	2.480.963
1950 (+)	551	1.963	1.071.800

(+) As estatísticas incluem o Distrito de Pradópolis.

(++) Não existem dados.

Fontes: Censos de 1920, 1940 e 1950 (FIBGE)

Octavio Rangel (1929)

Estatística Agrícola e Zootécnica 1939/40 (Sec.Agricultura)

Em 1940, a produção e o estoque de cafeeiros haviam praticamente retornado aos níveis de 1920, antes do grande surto de plantio dos anos vinte. Contudo, a analogia é apenas aparente, já que o Censo de 1920 fotografava um momento de uma curva ascendente enquanto o Censo de 1940 captava a curva descendente. Assim, este último não registrava nenhum cafeeiro novo no município, antecipando a continuidade da decadência na década seguinte. Além disso, os dados para 1940 já incluem o distrito de Pradópolis, desmembrado de Sertãozinho e incorporado a Guariba dois anos antes:

TABELA 22b - PRODUÇÃO CAFEEIRA EM GUARIBA, 1932-1940

Ano	Area Ocupada (ha)	Cafeeiros em Produção	Cafeeiros Eliminados/Abandonados	Produção (arrobas)
1932	7.306	5.831.500	8.000	291.788
1933	6.465	5.361.000	187.000	206.481
1935	5.967	4.242.116	262.000	206.420
1936	4.218	3.518.000	694.320	181.724
1938	3.761	2.932.000	310.000	121.694
1940 (+)	4.028	2.480.963	(++)	99.958

(+) As estatísticas incluem o Distrito de Pradópolis.

(++) Não existem dados.

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica 1931/32-39/40 (Sec. Agricultura)

Se a década de trinta conheceu uma regressão de mais de três milhões de cafeeiros (mais de metade do estoque existente nas vésperas da crise), a década seguinte conheceu uma drástica diminuição de quase dois milhões de cafeeiros. Mesmo a recuperação dos preços depois de 1941 foi incapaz de conter a tendência de substituição do uso cafeeiro por usos alternativos do solo. O Censo de 1950, que registrava a quantia ínfima de 14.100 novos cafeeiros, sinalizava o encerramento definitivo do período cafeeiro em Guariba.

A crise de 1929 não parece ter apavorado o município. Em 17 de novembro de 1929 o jornal Gazeta de Guariba reproduzia editorial de O Combate, de Jaboticabal, que analisava a crise cafeeira como crise comercial e não como crise agrícola, atacava a associação dos grandes exportadores e cafeicultores com o governo e deplorava a vida "nababesca" que levavam. Otimista, o editorial concluía com a perspectiva de aumento das exportações, provocado pela queda dos preços, e diminuição dos preços dos gêneros de subsistência, forçada pela ampliação da produção de alimentos. O jornal exprimia, evidentemente, uma mistura dos sentimentos pouco amistosos dos médios cafeicultores da região frente aos comissários e exportadores de Santos e São Paulo com a revolta que se generalizava contra a corrupção dos governos da República Velha.

Contudo, em 1931 e 1932, quando os reflexos da crise sobre os preços da saca de café já estavam claros, inúmeras matérias publicadas na Gazeta de Guariba sinalizavam a desorientação geral. Em 20 de julho de 1930 aparecia comentário sobre as boas perspectivas da cultura de algodão. Um mês depois, no fim de agosto, a salvação achava-se no trigo. Em 27 de setembro de 1931 o jornal voltava-se esperançoso para a soja, assinalando que tal produto não estava arriscado a sofrer crises de superprodução. Em dezembro de 1932 um editorial tinha o título apocalíptico "Finis Coffea?". O pânico se apossava do município.

Nos anos que se seguiram à grande crise de 1929 a situação dos fazendeiros de Guariba parece ter sido alarmante. A súbita derrocada dos preços do café atingia-os duplamente. Os ingressos revelavam-se insuficientes para a retomada do ciclo produtivo, tornando proibitiva a renovação das plantações cansadas e dificultando mesmo os indispensáveis cuidados que o cafezal tradicionalmente exigia. Além disso, a desvalorização do café depreciava parte do próprio capital do fazendeiro, cristalizado nas plantações.

Uma das estratégias seguidas pelos cafeicultores face à crise consistiu na mera venda de propriedades. A Gazeta de Guariba registrava, com alguma frequência, anúncios de fazendas de café postas à venda. Em junho de 1931, parcelas da grande Fazenda Santa Izabel, em Santa Ernestina, eram fragmentadas em sítios. Em fevereiro de 1933 a importante fazenda de café de Francisco Grieco era anunciada.

Muitas das fazendas postas à venda foram adquiridas por comerciantes, enriquecidos no período anterior, que se aproveitavam da depreciação das terras para tornarem-se proprietários fundiários. A



família Laurentiz constitui exemplo paradigmático desse processo: filhos de imigrantes que trabalharam como colonos, estabelecidos na cidade como celeiros e açougueiros, os irmãos Laurentiz adquiriram nos anos da crise as fazendas São Joaquim, Santa Maria e Capinzal. A Fazenda Boavista foi adquirida pelos Morello, advogados estabelecidos em Jaboticabal. A Fazenda São José, já nos anos quarenta, foi comprada pelos Guzzo, comissários de café estabelecidos em Santos (\*). A média burguesia cafeeira dissolvia-se junto com a desagregação do Complexo Cafeeiro, enquanto a propriedade fundiária transferia-se, ao menos em parte, para capitais adventícios, oriundos frequentemente de atividades urbanas.

-----

A crise cafeeira teve um impacto importante sobre a estrutura fundiária do município, provocando subdivisão de estabelecimentos, que pode ser observada nos dados censitários de 1940. Contudo, os dados para 1950 revelam considerável reagrupamento dos estabelecimentos agrícolas:

=====

(\*) *Informações prestadas ao Autor pelo sr. Ramez Atique, antigo morador, fundador do museu histórico municipal e filho de prestigiado comerciante e fazendeiro guaribense e por José Rodrigues Fabrício Jr., arquiteto da Prefeitura de Guariba e neto de fazendeiro e comerciante local.*

TABELA 23a - ESTRUTURA FUNDIARIA DE GUARIBA, 1920-1950

Tipos de Estabelec.	1920		1940		1950	
	Número	Area	Número	Area	Número	Area
Pequeno (0-100ha)	31	887 ha	122	3518 ha	59	1976 ha
Médio (101-1000ha)	23	8466 ha	31	12172 ha	27	11067 ha
Grande (1001ha e mais)	6	16908 ha	6	8787 ha	8	18824 ha
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>26261 ha</b>	<b>159</b>	<b>24477 ha</b>	<b>94</b>	<b>31867 ha</b>

Fonte: Censos (FIBGE)

TABELA 23b - ESTRUTURA FUNDIARIA DE GUARIBA, 1920-1950

Tipos de Estabelec.	Participação na Area Total dos Estabelecimentos (%)		
	1920	1940	1950
Pequeno (0-100ha)	3,4	14,4	6,2
Médio (101-1000ha)	32,2	49,7	34,7
Grande (1001ha e mais)	64,4	35,9	59,1

Fonte: Censos (FIBGE)

Antes de analisar as tabelas, é indispensável fazer uma série de observações que relativizam e condicionam todos os dados expostos.

Um primeiro fator de deformação dos resultados reside na

alteração dos limites municipais entre 1920 e 1940, ou mais precisamente em 1938, quando Guariba incorpora o distrito de Pradópolis. Certamente, a maior parte do aumento numérico dos estabelecimentos verificado entre 1920 e 1940 deve-se a este fato. Ainda que os critérios da Estatística Agrícola e Zootécnica não coincidam inteiramente com os dos Censos, a comparação dos dados relativos ao número de estabelecimentos informados pela Estatística de 1937/38 (77 estabelecimentos) e pela de 1939/40 (137 estabelecimentos) deixa nítida a influência desse fator de deformação (\*).

Contudo, há um segundo fator de deformação, que reside nas diferenças de metodologia dos recenseamentos, que produziram universos de pesquisa também diferentes. Em 1920 e 1950, a conceituação de estabelecimento rural do Censo Agrícola excluía todas as explorações destinadas exclusivamente ao auto-consumo, enquanto em 1940 as instruções do Censo Agrícolas são claras ao incluir todas as explorações, sem exceção, no conceito de

=====

(\*) A inclusão de Pradópolis poderia ainda gerar dúvidas sobre a evolução da área total dos estabelecimentos, que decresceu entre 1920 e 1940, quando seria razoável esperar comportamento oposto. Contudo, as variações da área total registradas nos Censos respondem muito mais aos critérios técnicos do próprio recenseamento que às características da área recenseada. Isso porque são incluídos no município apenas os estabelecimentos inteiramente localizados no interior dos limites municipais ou que tenham a sua sede nesses limites ou ainda que tenham a maior parte das suas terras nesses limites (na falta de sede claramente estabelecida). Tal critério, comum a todos os Censos entre 1920 e 1980, provoca ilusões estatísticas frequentes no item área total dos estabelecimentos.

estabelecimento rural (\*). Como resultado, o universo recenseado em 1940 é maior do que o universo recenseado nos levantamentos anterior e posterior.

Esse fator deformador permite que se duvide da multiplicação intensa de pequenos estabelecimentos aparentemente indicada pela TABELA 23a para 1940. Também, e por consequência, é de se duvidar da grande ampliação da área ocupada por esses estabelecimentos em 1940 e do enorme aumento da participação deles na área total dos estabelecimentos.

Contudo, se analisamos a evolução do comportamento dos grandes estabelecimentos, na outra ponta da tabela, constatamos realmente a existência de um processo de subdivisão de explorações agrícolas entre 1920 e 1940 (e um reagrupamento notável entre 1940 e 1950).

Assim, os estabelecimentos com mais de mil hectares ocupavam quase 17.000 ha. em 1920, refletindo o predomínio absoluto de seis

=====

(\*) O Censo de 1920 instrui: Não devem, porém, ser considerados estabelecimentos rurais...os pequenos sítios da zona rural, desde que a produção delles se destine ao consumo doméstico, ou seja, de pequeno valor, não constituindo verdadeiro e especial ramo de negócio. (Volume III, 1 Parte - Agricultura, p. VIII).

O Censo de 1950 repete, mais sinteticamente: Excluíram-se as explorações exclusivamente destinadas ao consumo doméstico. (Volume XXV, Tomo 2, p. XIII).

O Censo de 1940 instrui coisa diametralmente oposta: Como estabelecimentos agropecuários foram recenseados, sem limitação de área nem do valor da produção, todos os que se destinam à exploração direta do solo, com objetivo comercial e, por extensão, os que, sem essa finalidade imediata, como as chácaras e os sítios, se ocupam com a mesma exploração para custeio e consumo do estabelecimento. (Parte XVII, Tomo 3, p. XIV).

A partir de 1960, a conceituação abrangente do Censo de 1940 se transforma em norma. O Censo de 1960 diz: Considerou-se como estabelecimento todo o terreno...onde se processava uma exploração agropecuária. (Censo Agropecuário, Volume 2, Tomo XI, p. XV). Essa formulação é retomada, em termos idênticos, nos censos de 1970, 1975 e 1980.

grandes fazendas sobre as terras do município. Já em 1940, as seis explorações com mais de mil hectares ocupam área que é praticamente a metade daquela ocupada vinte anos antes. Tais dados indicam uma fragmentação das explorações, compatível com o processo de decomposição gradual do colonato, sistema de relações de trabalho que deu fundamento à existência da grande fazenda cafeeira. Simultaneamente, disseminavam-se novas relações de trabalho e produção, como a parceria e o pequeno arrendamento, reordenando radicalmente as formas de alocação dos fatores de produção.

Os únicos dados estatísticos que formam uma série histórica detalhada da subdivisão de estabelecimentos em Guariba nos anos trinta são os da Estatística Agrícola e Zootécnica da Secretaria da Agricultura do Estado. Embora apresentem certa discrepância do Censo de 1940 (pois não computam os estabelecimentos voltados exclusivamente para o auto-consumo) e não informem a área ocupada pelos grupos de área dos estabelecimentos, conseguem captar os contornos desse processo de fragmentação:

TABELA 24a - GUARIBA: ESTABELECEMENTOS POR GRUPOS DE AREA (alqueires), 1932-1940

Grupos de área	1932		1933		1935		1936		1938		1940	
	Est.	%	Est.	%	Est.	%	Est.	%	Est.	%	Est.	%
Até 10	17	25,8	27	35,5	20	26,0	28	36,8	25	32,5	61	44,5
11-50	21	31,8	25	32,9	30	39,0	23	30,2	28	36,4	47	34,3
51-500	23	34,8	20	26,4	23	29,9	21	27,6	20	26,0	24	17,5
+ de 500	5	7,5	4	5,2	4	5,2	4	5,2	4	5,2	5	3,6
Total	66		76		77		76		77		137 (+)	

(+) Os dados incluem o Distrito de Pradópolis.

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica 1931/32-1939/40 (Sec. Agricultura)

Os dados são especialmente significativos entre 1932 e 1938, quando registram uma área constante, antes da incorporação do Distrito de Pradópolis (\*). Nesse intervalo, há um crescimento importante da participação dos estabelecimentos pequenos e muito pequenos que, em conjunto, passam de 57,6% para 68,9% do total dos estabelecimentos. De outro lado, os estabelecimentos médios experimentam um retrocesso bastante significativo na sua participação relativa e mesmo um retrocesso em seu número absoluto.

Contudo, o fato mais importante está no retrocesso, em números absolutos, dos maiores estabelecimentos, que aparece se desagregamos os dados relativos aos estabelecimentos de mais de 250 alqueires, ou seja, daqueles cuja área supera os 600 ha.:

TABELA 24b - GUARIBA: EVOLUÇÃO NUMÉRICA DOS  
MAIORES ESTABELECEMENTOS, 1932-1938

Anos	Grupos de Área (alqueires)		
	251 a 500	501 a 1000	mais de 1000
1932	7	3	2
1933	4	3	1
1935	8	2	2
1936	6	2	2
1938	6	2	2

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica 1931/32-1937/38  
(Sec. Agricultura)

(\*) Parece claro que a incorporação de Pradópolis contribui para enfatizar o processo em tela, pois aquele Distrito coincidia com uma área onde eram proporcionalmente mais numerosos os estabelecimentos muito pequenos.

A diminuição do número dos maiores estabelecimentos indica aquele que é o primeiro e principal efeito da grande crise cafeeira dos anos trinta: a dissolução dos fundamentos econômicos e sociais do Complexo Cafeeiro, que tinha como atividade nuclear a grande exploração cafeeicultora. A fragmentação, total ou parcial, de algumas grandes fazendas provocou o aumento geral no número de estabelecimentos agrícolas de Guariba.

Isso não significa que a estrutura fundiária do município sofreu uma desconcentração significativa, ou que o acesso à terra foi democratizado. Pelo contrário: todas as indicações apontam para uma reiteração do sistema de grandes propriedades e de exploração capitalista do solo, nas décadas que se seguiram à crise cafeeira. Mas a subdivisão de grandes fazendas representou a decomposição de uma estrutura fundada no predomínio incontrastável da grande exploração cafeeicultora e do universo de relações que ela engendrava.

Um dos sinais mais característicos do golpe sofrido pela atividade nuclear do Complexo Cafeeiro aparece na tabela seguinte, que reflete o enfraquecimento da atividade cafeeira nas grandes

explorações agrícolas (\*):

TABELA 25 - GUARIBA: NUMERO DE ESTABELECIMENTOS POR  
CAFEIROS EM PRODUÇÃO, 1932-1938

Cafeeiros	1932	1933	1935	1936	1938
Até 20 mil	43	43	40	41	47
20 a 100 mil	11	19	23	13	11
100 a 250 mil	4	4	5	5	4
250 a 500 mil	8	5	4	5	4
Mais de 500 mil	2	1	1	-	-
Total	66	72	73	64	66

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica 1931/32-1937/38  
(Sec.Agricultura)

Precisamente no enfraquecimento da atividade cafeicultora na grande fazenda, representada na tabela pelos dois últimos grupos, reside o impulso que dinamiza as transformações na economia rural do

=====

(\*) *Angela Kageyama (1979: 105-111) desenvolve um conjunto de argumentos buscando analisar as formas que assumiu a decadência da produção cafeeira nas zonas consolidadas da Paulista e da Mogiana. Entre outros aspectos, ela constata uma queda acentuada no número médio de cafeeiros por estabelecimento, fato nítido em Guariba:*

ESTABELECIMENTOS COM CAFE EM GUARIBA, 1932-1940

Anos	Número de estabelecimentos	Pés de café por estabelecimento
1932	66	88.356
1935	73	58.111
1940	64	38.765

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica 1931/32-1939/40  
(Sec.Agricultura)



município. Golpeada a atividade nuclear do Complexo Cafeeiro, é o conjunto das relações que a viabilizavam que começa a se decompor (\*).

A TABELA 23, que revela um processo de reagrupamento dos estabelecimentos agrícolas no intervalo 1940-50, sugere uma analogia entre a estrutura fundiária do município em 1920 (antes da crise cafeeira) e em 1950 (muito depois da crise cafeeira). A analogia aparente é reforçada quando se tem em conta a identidade das metodologias de conceituação do estabelecimento empregadas por esses dois censos.

Efetivamente, em 1920 os seis estabelecimentos de mais de mil hectares monopolizavam 64,4% da área total, enquanto em 1950 os oito estabelecimentos com mais de mil hectares controlavam 59,1% da área total. Esses oito maiores estabelecimentos detinham em 1950 mais de 18.000 ha., o que representa um acréscimo de cerca de dez mil hectares para as maiores explorações entre 1940 e 1950 (\*\*).

Contudo, as analogias sugeridas por aquela tabela se esgotam no nível da aparência. Atrás da "ilusão estatística" proporcionada pela

=====  
(\* ) O jornal GAZETA DE GUARIBA trazia, na sua edição de 4 de junho de 1933, um anúncio da célebre Fazenda São Martinho (localizada no Distrito de Pradópolis, vizinho do município de Guariba) propondo aos colonos a compra de lotes de 5 alqueires desembrados da fazenda, com 10 mil pés de café cada um. O pagamento poderia ser feito em produção, através da entrega de 60% da colheita anual durante doze anos.

(\*\*) A principal diferença aparente entre os dois levantamentos reside na importância maior dos pequenos estabelecimentos em 1950, e também no número globalmente maior de estabelecimentos (94 em 1950 contra 60 em 1920). Mas, no plano de uma análise meramente quantitativa, tais diferenças poderiam ser razoavelmente atribuídas à diferença da base de dados, já que em 1950 o município engloba o Distrito de Pradópolis, o que não ocorria em 1920.

comparação formal da estrutura dos estabelecimentos nessas duas datas-base existem conteúdos sociais e econômicos profundamente diferentes, pois o grande estabelecimento de 1950 não é o grande estabelecimento de 1920. O monopólio da terra pela grande exploração, que é tão claro em 1950 como em 1920, deixou de ser um monopólio exercido pela grande fazenda de café, o que faz toda a diferença.

-----

A análise da evolução do uso da terra em Guariba nas décadas seguintes à grande crise cafeeira traz elementos elucidativos e ajuda a compreender as transformações essenciais que se desenrolam sob o manto da subdivisão e reagrupamento das explorações agropecuárias:

TABELA 26 - GUARIBA: USO DA TERRA, 1920-1950

Utilização	1920		1940		1950	
	ha.	%	ha.	%	ha.	%
Area estabelec.	26.261	100,0	24.477	100,0	31.867	100,0
Area de matas	6.237	23,8	1.919	7,8	2.079	6,6
Area inexplor.	7.038	26,8	4.767	19,5	5.191	16,6
Pastagens	6.233	23,7	9.456	38,6	14.299	45,7
Lavouras	6.753	25,7	8.335	34,1	9.705	31,1

Obs: a) dados de área inexplorada e pastagens para 1920 são presumidos (\*).

b) O Censo de 1940 desagrega as áreas inexploradas nas categorias áreas inexploradas e áreas improdutivas. Aqui, elas foram reagregadas.

-----  
Fonte: Censos (FIBGE)

=====  
(\* ) O Censo de 1920 não informa área de pastos. Contudo, informa o número de cabeças de gado, que era 4220. Considerando a densidade média de cabeças por hectare em 1940 (6402 cabeças, com 0,68 cabeças/ha.), muito similar à de 1950, presumiu-se densidade idêntica para 1920, resultando numa área de pastos de 6233 ha.

A análise da tabela revela um retrocesso muito grande da área de matas, nitidamente anterior a 1940. Como observamos anteriormente, ainda que não existam dados para 1930 é razoável supor que a derrubada de mais de quatro mil hectares de matas tenha se dado quase que totalmente antes da crise cafeeira, como resultado da grande onda de plantio dos anos vinte. No intervalo 1940-50 a derrubada estancou, o que é provavelmente verdadeiro também para o intervalo 1930-40.

A ampliação da área de lavouras no período 1920-40 certamente não se refere à etapa posterior à crise cafeeira, na medida em que a magnitude dessa ampliação é inteiramente coberta pelo simples aumento da quantidade de cafeeiros registrado nos anos vinte (vide TABELA 22a). Não é absurdo imaginar, inclusive, que a área de lavouras tenha experimentado alguma redução na década de 1930, o que é sugerido pelos dados (incompletos) da Estatística Agrícola para o período 1932-40.

Assim, as alterações verdadeiramente importantes na década de 1930 estiveram relacionadas com a ampliação da área de pastagens e, de outro lado, com a redução das áreas inexploradas. Não é demais observar que o aumento das pastagens no intervalo 1920-40, de 3.223 ha., é coberto em 70% pela diminuição das áreas inexploradas, que retrocederam 2.271 ha. O avanço das pastagens sobre áreas inexploradas atesta o fato de que a crise cafeeira não significou redução mas alteração dos mecanismos de mercantilização da terra e da produção agrícola (\*).

=====

(\*). Os dados da Estatística Agrícola confirmam indiretamente que o aumento da área de pastagens é fenômeno da década de 1930, quando o rebanho bovino saltou de cerca de quatro mil cabeças (1933) para bem mais de seis mil cabeças (1940).

O intervalo 1940-50 reflete o avanço ainda maior das áreas de pastagens, com uma certa estabilização dos demais usos. O aumento (muito pequeno) da área inexplorada é proporcionalmente menor que o aumento geral da área ocupada pelos estabelecimentos. O mesmo ocorre com as lavouras. Por outro lado, a ampliação de quase cinco mil hectares das pastagens quase consumiu toda a ampliação da área global dos estabelecimentos. Claramente, um novo padrão de mercantilização da terra está se consolidando, com a sedimentação de novas relações entre o capital e a propriedade fundiária.

TABELA 27 - GUARIBA: REBANHO BOVINO, 1920-1950

	1920	1940	1950
Total de Animais	4.220	6.402	9.974
Estabelecimentos	41	89	64

Fonte: Censos (FIBGE)

Contudo, esse processo só pode ser compreendido à luz de uma análise mais detalhada das formas assumidas pelo uso do solo no município nessas décadas de decomposição das relações oriundas do Complexo Cafeeiro:

TABELA 28 - GUARIBA: SUPERFICIE CULTIVADA  
PARA OS PRINCIPAIS PRODUTOS (ha.)

Produtos	1920	1932	1940 (+)	1950 (+)
Café	3.689	7.306	4.029	1.963
Milho	1.908	2.802	953	1.320
Feijão	1.132	1.687	745	107
Algodão	785	75	2.618	607
Arroz	308	1.043	266	786
Cana	11	(++)	685	2.150
Laranja	(++)	(++)	181	494

(+) Os dados incluem o Distrito de Pradópolis.

(++) Não existem dados.

Fontes: Censos de 1920 e 1950 (FIBGE)

Estatística Agrícola e Zootécnica 1931/32 e 1939/40  
(Sec.Agricultura)

Simultaneamente ao aumento das pastagens, observado anteriormente, a década de 1930 pode ser adequadamente caracterizada através da focalização de dois processos: a) a dissolução do agrupamento de culturas característico da época cafeeira e, b) a penetração da cultura algodoeira.

O Complexo Cafeeiro impulsiona um conjunto de culturas desenvolvidas por pequenos produtores, dentro ou fora da grande propriedade cafeeira. São culturas intercalares desenvolvidas por colonos ou cultivos de alimentos, associados ou não com o café, de sitiantes e pequenos proprietários. Em todos esses diferentes casos, porém, essas culturas constituem respostas a necessidades específicas forjadas pelo Complexo Cafeeiro. Esse agrupamento de produções se desenvolve como materialização da peculiar autarquização das áreas cafeeiras, que se comportam com significativo grau de autonomia frente aos espaços inclusivos no que toca a um conjunto apreciável de necessidades elementares.

A retração muito grande das culturas de feijão e milho - típicos cultivos de pequenos produtores no interior do Complexo Cafeeiro - é um dos sinais da desagregação dos fundamentos da economia cafeeira tradicional na área. Essa retração acompanha a decadência da produção cafeeira e do regime do colonato, durante a década de 1930. Efetivamente, a evolução da economia rural de Guariba no período representa, sob este particular, uma confirmação dos estudos que criticam a tese de um suposto alavancamento da policultura de alimentos pela crise cafeeira (32). A tabela seguinte registra esse processo de retração das culturas alimentares nos anos da decadência cafeeira, acompanhado do rápido crescimento algodoeiro posterior a 1934:

TABELA 29 - GUARIBA: SUPERFICIE CULTIVADA PARA PRODUTOS SELECIONADOS  
(ha), 1932-1938

Anos	Milho	Feijão	Arroz	Algodão	Café
1932	2.802	1.687	1.116	75	7.306
1933	789	211	283	339	6.484
1935	673	353	629	1.716	5.965
1936	816	237	288	2.812	4.218
1938	774	61	276	1.972	3.761
1940 (+)	853	745	266	2.618	4.029

(+) Dados incluem o Distrito de Pradópolis.

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica 1931/32-1937/38  
(Sec. Agricultura)

O impacto da crise é fulminante, no ano de 1932, provocando uma brusca desorganização das fazendas de café, que se reflete na desagregação imediata da produção das culturas secundárias típicas do Complexo Cafeeiro. Após esse choque, certamente acompanhado por um retrocesso geral do colonato no município, as culturas em apreço estabilizam-se em níveis muito inferiores aos do período anterior. Observe-se ainda que a "recuperação" observada em 1940 pelo milho e pelo feijão (assim como pelo café) é ilusória, já que deriva da incorporação de Pradópolis.

A penetração da cultura algodoeira acompanha tendências mais gerais que se manifestaram como um verdadeiro "surto algodoeiro"

entre 1934 e os primeiros anos da década de 1940 (33). Embora as principais áreas produtoras no estado estivessem localizadas a oeste, na Alta Paulista, Noroeste e Alta Sorocabana, as áreas tradicionais da Paulista e da Mogiana chegaram a representar mais de um terço da produção estadual (34).

A produção algodoeira, nessa etapa, ligou-se profundamente ao pequeno produtor (35). Cultura de ciclo curto que não imobiliza capital, o algodão viabilizou o processo de subdivisão de grandes estabelecimentos através de relações de trabalho (como, notadamente, o pequeno arrendamento e a parceria) responsáveis por modalidades de acesso precário à terra.

Em Guariba, as evidências são conclusivas quanto à vinculação entre o algodão e a pequena produção: dados do Censo de 1940 revelam a presença de 79 estabelecimentos (de um total de 159) com produção algodoeira no município, o que significa que a imensa maioria desses estabelecimentos têm menos de 100 ha. (veja a TABELA 23a). Essa situação encontra confirmação na Estatística Agrícola e Zootécnica de 1939/40, que registra, através de critérios mais restritivos, 73 estabelecimentos com produção de algodão (de um total de 137 estabelecimentos).

O conjunto de transformações gerado pela crise da grande exploração cafeeira apresenta uma dimensão crucial que é a progressiva dissolução do colonato e a disseminação de relações de trabalho que,



cada vez mais, tendem a excluir a produção direta dos meios de subsistência pelo trabalhador agrícola.

O método de apresentação dos dados acerca das relações de trabalho utilizado pelos censos - que se funda em critérios classificatórios meramente formais e, nessa medida, incapazes de iluminar os vínculos reais entre o trabalhador, a terra e o capital - dificulta sobremaneira a avaliação da força de trabalho empregada na agricultura. Contudo, não impede que se realize uma aproximação imprecisa da crise do colonato.

TABELA 30 - GUARIBA: FORÇA DE TRABALHO AGRÍCOLA, 1940

	Responsáveis e Familiares	Empregados		Total
		Colonos e Permanentes	Temporários	
Número	732	1751	37	2520
Participação	29,0%	69,5%	1,5%	100%

Fonte: Censo (FIBGE)

Embora à primeira vista o colonato sobreviva como fundamento da força de trabalho agrícola do município, é um colonato em crise que sobrevive. De fato, ainda que não existam dados relativos ao número de colonos presentes dez anos antes, algumas pistas revelam o decréscimo acentuado desse número. De fato, a Estatística Agrícola e Zootécnica de 1939/40 indica a existência, ao lado de 593 famílias de colonos,

de 363 camaradas. Assim, se isolamos da categoria "colonos e permanentes" os camaradas, teremos na melhor das hipóteses 1388 colonos, ou 55% da força de trabalho. Por outro lado, a presença em 1940 de 1897 residências de colonos no interior dos estabelecimentos revela a magnitude da diminuição do contingente de colonos, que pode ter sido quase três vezes maior antes da crise cafeeira.

O Censo não revela maiores detalhes acerca dos trabalhadores enquadrados na genérica classificação "responsáveis e familiares". É de se supor que a maior parte constitui-se de pequenos proprietários e seus familiares, mas é razoável imaginar que uma parcela tem acesso precário à terra. Utilizando dados da Estatística Agrícola e Zootécnica de 1939/40 descobre-se a presença de 218 trabalhadores atuando na condição de pequenos arrendatários familiares, dos quais 67 pagam renda em dinheiro e 151 pagam renda em produto. Provavelmente, tais trabalhadores foram enquadrados pelo Censo na mesma categoria dos pequenos proprietários. Nessa hipótese, seria possível subdividir os "responsáveis e familiares" num grupo de "pequenos proprietários", com 514 trabalhadores (20,4%) e num outro grupo de "rendeiros", com 218 trabalhadores (8,6%). Provavelmente essa subdivisão ainda exagera os pequenos proprietários mas deve se aproximar consideravelmente da realidade.

Nessa fase, portanto, a crise do colonato parece encontrar duas

expressões. Uma, na redução absoluta muito intensa do contingente de colonos das fazendas, que acompanhou o retrocesso da cultura cafeeira e das culturas secundárias ligadas ao café e cuja realidade se revela na paisagem das colônias abandonadas. Outra, em relações de trabalho como o pequeno arrendamento ou a parceria (pois dificilmente os dados da Estatística Agrícola e Zootécnica terão deixado de misturar essas duas modalidades), que parecem ainda ter expressão relativamente reduzida mas que certamente foram fundamentais na expansão da cultura algodoeira.

A década 1940-50 assinala a cristalização das novas condições que envolvem a economia rural, com a continuidade da retração cafeeira (que, como não podia deixar de ser, assinala a eliminação de outro grande continente de colonos). Entretanto, ao mesmo tempo, o intervalo em questão assiste ao rápido declínio do surto algodoeiro e, com ele, da importância da pequena produção, característica da década anterior.

Um dos eixos em torno do qual se redefine a economia rural do município é a grande exploração pecuarista, que frequentemente associa a criação de gado à culturas comerciais de cereais. É a afirmação dessa modalidade de exploração em grande escala que impede a ampliação das terras controladas pelos grandes estabelecimentos. Esse processo, que pode ser vislumbrado na TABELA 23, merece ser detalhado:

TABELA 31 - GUARIBA: ESTABELECEMENTOS POR GRUPOS DE AREA, 1940-50

Grupos de área (ha.)	Estabelecimentos	
	1940	1950
menos de 50	100	45
51 a 100	22	14
101 a 200	10	9
201 a 500	12	11
501 a 1000	9	7
1001 a 2000	6	5
2001 a 5000	-	2
mais de 5000	-	1
<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>94</b>

Fonte: Censos (FIBGE)

Com exceção dos estabelecimentos muito pequenos, onde a análise comparativa fica prejudicada pela diferença de critério dos censos, o cotejo é revelador. De fato, diminui o número de estabelecimentos para todas os grupos de área no período considerado, com exceção dos dois maiores grupos: nesses, ocorre formação de três imensos estabelecimentos, responsável pelo controle de parcela ponderável das terras do município.

Evidentemente, tais estabelecimentos estão ligados, pelo menos parcialmente, à ampliação da área de pastagens registrada nesse período (veja a TABELA 26).

Entretanto, a grande exploração que se forma nesse período combina pecuária e agricultura comercial, como mostra a tabela seguinte:

TABELA 32 - GUARIBA: MODALIDADES E ESCALAS  
DAS EXPLORAÇÕES RURAIS, 1940-1950

	1940		1950	
	Estabelec.	Area (ha)	Estabelec.	Area (ha)
<b>Agricultura</b>	54	6.955	54	4.324
grande escala			25	3.886
pequena escala			29	438
<b>Agropecuária</b>	77	12.689	27	25.091
grande escala			19	24.637
pequena escala			8	454
<b>Pecuária</b>	19	4.647	8	2.413
grande escala			4	1.825
pequena escala			5	588
<b>Total</b>	150	24.291	80	31.828
grande escala			48	30.348
pequena escala			42	1.480

Fonte: Censos (FIBGE)

Lamentavelmente, diferenças de conceituação entre os censos impedem uma comparação das escalas da exploração, de forma que foram omitidos os dados relativos a esse aspecto para 1940. Contudo, existem fenômenos marcantes que a tabela anterior desvenda.

A combinação agricultura/pecuária, que já era importante em 1940, tornou-se absolutamente dominante em 1950, controlando 25.091 ha., ou 78,8% da área total. No interior dessa modalidade de estabelecimentos, dominam inteiramente as explorações em grande escala, com 24.637 ha. ou 77,4% da área total (\*).

Tais explorações combinaram caracteristicamente a pecuária a cultivos cerealíferos, com destaque para o milho e o arroz (veja a TABELA 28), utilizando frequentemente de contratos de parceria para o desenvolvimento das culturas (\*\*). Nessas condições, o crescimento

=====

(\*) *A conceituação utilizada para definir as escalas das explorações foi pouco restritiva, reduzindo exigências do censo anterior para o enquadramento na categoria "grande escala". Assim, grosso modo, agricultura em grande escala foi definida como a que apresentava área de colheita igual ou superior a 20 ha. e pecuária em grande escala como a que apresentava rebanho bovino igual ou superior a 200 cabeças. A agropecuária em grande escala ficou definida como a que satisfizesse simultaneamente às duas exigências. Tal metodologia naturalmente determinou o agrupamento de médios e grandes produtores na categoria de exploração em grande escala.*

(\*\*) *A laranja, com destaque menor, apresentou crescimento significativo no período. Tal crescimento deve-se às experiências com o cultivo comercial de laranja e com a industrialização de cítricos em grande escala na Fazenda Bacuri, que tinham se iniciado ainda nos anos trinta e que acabariam sendo abandonadas pouco tempo depois. Esse fracasso provavelmente fechou a Guariba um desenvolvimento similar ao de municípios próximos (como Jaboticabal, Monte Alto e Pitangueiras) que começavam na mesma época experiências com o cultivo de laranja e que se tornariam grandes produtores nos anos setenta e oitenta.*

da área cultivada para esses dois produtos, longe de significar uma retomada de padrões típicos da fase cafeeira como uma análise apressada poderia sugerir, representa um afastamento ainda maior daquele padrão. Trata-se, na verdade, de uma integração crescente da economia rural de Guariba aos mercados inclusivos, para os quais se destinam essas produções. É a lógica desses mercados que disciplina e orienta tais produções, absolutamente inseridas num contexto de mercantilização geral dos fatores de produção, ao contrário da lógica vigente na fase cafeeira (que combinava a produção comercial do café à produção direta dos gêneros de subsistência).

Paralelamente ao grande estabelecimento agropecuário, o outro eixo organizador da economia rural do município passa a ser, cada vez mais destacadamente, o estabelecimento que tem na cana o seu produto principal.

Se a TABELA 28 já registrava um expressivo crescimento da área canavieira nos anos trinta, é nos anos quarenta que esse produto se inscreve como a cultura isoladamente mais importante do município. Na década de 1930, o crescimento da produção canavieira tinha sido impulsionado por um engenho de açúcar batido localizado na Fazenda Bonfim. No início da década de 1940, a implantação, na Fazenda São Carlos do município vizinho de Jaboticabal, de uma usina açucareira que utilizava maquinaria trazida de uma velha usina nordestina, deu extraordinário impulso à produção canavieira dos dois

municípios. Contudo, o aumento brutal da área de cana registrado pelo Censo de 1950 é fenômeno dos últimos anos da década de 1940, ligado à implantação de três usinas modernas nos arredores de Guariba, uma das quais nasceu da transformação do engenho da Fazenda Bonfim.

A análise da composição da força de trabalho agrícola de Guariba no final dos anos cinquenta atesta a quase completa dissolução do colonato, e também a constituição progressiva de um moderno proletariado rural:

TABELA 33 - GUARIBA: FORÇA DE TRABALHO AGRÍCOLA, 1950

	Responsáveis e Familiares	Empregados		Total
		Permanentes	Temporários	
Número	411	652	934	1997
Participação	20,6%	32,6%	46,8%	100%

Fonte: Censo (FIBGE)

As transformações, face aos dados do Censo de 1940, são absolutamente radicais, e começam pela redução do número global de trabalhadores ocupados, que diminui em 523. Essa redução é explicada pela decomposição acelerada do colonato, enquanto a cultura cafeeira torna-se cada vez menos importante. Assim, ainda que se pudesse



considerar como colonos todos os 652 empregados permanentes (o que naturalmente não é verdadeiro), teríamos uma queda de mais de 700 no número de colonos (\*). Relativamente, isso implica numa diminuição da participação dos empregados permanentes na força de trabalho de 69,5% em 1940 para apenas 32,6% em 1950.

Outro grupo que apresenta diminuição (absoluta e relativa) é o dos responsáveis e familiares, que passa a representar 20,6% da força de trabalho contra os 29% de 1940. Tal redução certamente está exagerada pelas diferenças de conceituação do estabelecimento entre os dois censos, mas evidentemente existe e se vincula à reconcentração fundiária verificada no período e também à retração da cultura algodoeira.

A forma de apresentação dos dados do Censo de 1950 ajuda a analisar um pouco melhor esse contingente da força de trabalho. Na realidade, o Censo classifica apenas 179 trabalhadores como "responsáveis e familiares", e classifica separadamente 232 parceiros, dos quais 116 residiam nos estabelecimentos e 116 residiam fora dos estabelecimentos. Assim, embora os dados sejam insuficientes, é possível supor que os parceiros não-residentes (ou pelo menos uma fração deles) sejam simultaneamente parceiros e pequenos

=====

(\*) A decadência do colonato é fenômeno tão generalizado que produz inclusive reflexos na terminologia empregada pelos censos. Assim, se o Censo de 1940 referia-se a "colonos e empregados" para designar os empregados permanentes, o Censo de 1950 refere-se simplesmente a "empregados permanentes", omitindo o tradicional termo "colono".

proprietários. Essa hipótese ajudaria a minimizar a redução (excessivamente brusca, em termos absolutos) do número de pequenos proprietários e seus familiares entre 1940 e 1950. Por outro lado, acentuaria a redução geral da força de trabalho agrícola, na medida em que evidenciaria uma dupla contagem de parte dos trabalhadores rurais.

De uma forma ou de outra, esse contingente de parceiros (que representa 11,7% do conjunto da força de trabalho) parece se vincular às culturas cerealíferas desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários, hipótese que é confirmada por informações de antigos moradores do município. Essas mesmas informações sugerem que a parcela mais considerável desses trabalhadores foi constituída por antigos colonos, cujo estatuto tradicional dissolveu-se com a retração cafeeira.

Mas o dado central na composição da força de trabalho agrícola em 1950 reside no virtual surgimento de uma categoria que praticamente não existia em 1940: os empregados temporários. Ainda que os critérios censitários sejam bastante confusos acerca dessa classificação, ela revela basicamente o assalariamento, puro ou combinado com diferentes modalidades de contrato que admitem acesso precário à terra, por prazos não superiores a um ano. Esse contingente, que representa 46,8% da força de trabalho rural em 1950, está ligado principalmente às culturas comerciais de cana e laranja e, em menor escala, à criação de gado. Certamente, parte apreciável desses trabalhadores catalogados como "empregados temporários" constitui um proletariado rural essencialmente desvinculado dos meios de produção e em vias de urbanização.

## 2. *A Pequena Cidade em Transição*

A pequena cidade no interior do território cafeeiro elaborou zonas de influência de amplitude limitada mas fortemente integradas: o pequeno núcleo urbano exerceu uma intensa polarização sobre a sua hinterlândia imediata.

Esse forte domínio da pequena cidade sobre a sua zona de influência apoiava-se nas especificidades da estrutura de produção e circulação do Complexo Cafeeiro.

O momento da produção - organizado em torno da fazenda de café e do universo de relações do colonato - elaborava um circuito local cujas demandas eram, em parte, supridas pelo núcleo urbano. Cumprindo funções de produção e distribuição de bens e serviços para esse mercado, ele comportou-se como elemento necessário ao circuito local de reprodução do capital.

O momento da circulação - organizado em torno do grande capital comercial e dos mercados exteriores - elaborava um circuito internacionalizado cujas necessidades eram satisfeitas, fundamentalmente, pelas funções exercidas pelo eixo São Paulo - Santos e por algumas importantes capitais regionais. Ainda que atividades

vinculadas a esse circuito estivessem cristalizadas na pequena cidade pela presença de representantes de bancos ou de exportadores, ele desempenhava um papel de escassa importância na dinâmica do núcleo urbano local.

O funcionamento desse duplo circuito da economia cafeeira não estimulava o desenvolvimento de hierarquias urbanas nitidamente definidas ou, pelo menos, de relações hierárquicas sofisticadas: entre as escassas e importantes capitais regionais cafeeiras e os núcleos locais praticamente não se interpunham instâncias urbanas intermediárias. Assim, definia-se um espaço de relações marcado pela justaposição de zonas de influência locais de características marcadamente autárquicas (pelo menos no que se refere às demandas cotidianas), que se reproduzia extensivamente em função dos eixos de transportes e comunicações (\*).

Como observamos (Capítulo III.3) esse sistema local cidade-campo esteve caracterizado por uma forte concentração da população no segmento rural (em função da natureza das relações de produção vigentes) e por um segmento urbano proporcionalmente pequeno, ainda que funcionalmente muito importante.

=====  
(\*). ...o processo de criação de novos centros urbanos, que foi relativamente intenso, possibilitou que as áreas produtoras rurais fossem sendo decompostas em áreas de influência dominadas por esses mesmos centros urbanos, localizados ao longo dos eixos ferroviários, definindo assim um embrionário espaço funcional. Pedro Paulo Perides, Um Exemplo de Processo de Organização Territorial: A Sub-Região de Jaú (1830-1930), Tese, Mimeo., FFLCH-USP, 1981, p. 263.

A dissolução do Complexo Cafeeiro representou também a dissolução dessa específica espacialidade que cristalizava as condições gerais para a sua reprodução. A evolução demográfica de Guariba nas décadas seguintes à crise cafeeira configura um caso singular desse processo:

TABELA 34 - GUARIBA: DINAMICA DEMOGRAFICA, 1928-1950

Ano	Pop. Rural	%	Pop. Urbana	%	Pop. Total
1928	8.400	80,0	2.100	20,0	10.500
1934	8.087	83,5	1.598	16,5	9.685
1940 (+)	5.240	73,9	1.845	26,1	7.085
1950 (+)	4.171	66,4	2.109	33,6	6.280

(+) Dados excluem o Distrito de Pradópolis, incorporado em 1939.

Fontes: Octavio Rangel (1929)  
 Censo Demographico de 1934 (GESP)  
 Censos de 1940 e 1950 (FIBGE)

A população municipal experimentou um retrocesso prolongado e intenso. Entre 1928 e 1940 ela decresce em 32,5%. Na década de 1940 o retrocesso se desacelera, mas ainda assim atinge cerca de 11,4%.

Nessas décadas, Guariba transformou-se em área de repulsão demográfica. Os excedentes populacionais dirigiram-se predominantemente para a nova fronteira do norte do Paraná, onde se

desenvolviam áreas cafeeiras pioneiras, constituídas sob um universo de relações marcadamente diferenciado daquele característico das zonas decadentes de São Paulo.

Desde a década de 1920, guaribenses participavam desse fluxo pioneiro para as áreas de matas do norte paranaense, que representava um transbordamento da economia paulista. O loteamento de Cornélio Procópio tinha sido iniciativa de um importante fazendeiro de Guariba, Francisco Junqueira, proprietário da Fazenda Boavista, com mais de 300 mil pés de café. Em 1924, ele recebera em doação do seu tio, o coronel Cornélio Procópio (de Ribeirão Preto) uma vasta gleba, que foi dividida em "datas" e vendida. Pela mesma época nascia o povoado de Sertanópolis, que receberia migrantes guaribenses ainda antes de ser elevado a município, em 1929. Mesmo da criação do povoado de Londrina, em 1929, participaram migrantes oriundos de Guariba.

Mas a crise cafeeira acelerou notavelmente os fluxos de paulistas na direção dos novos povoados e cidades do norte paranaense, que cresciam em ritmo vertiginoso. Logo depois da crise, muitos guaribenses dirigiram-se para esses povoados pioneiros, e ainda ajudaram a criar Assaí em 1932 e Uraí em 1936. Depois, o fluxo de guaribenses prosseguiu até a década de 1950, em direção aos loteamentos de Ricardo Lunardelli (Florestópolis e Porecatu), a novos núcleos na área de Cornélio Procópio, como Sertaneja, e ainda aos loteamentos da Companhia de Terras do Norte do Paraná, que originaram em 1950 os povoados de Cianorte e Goio-Erê.

Entretanto, a regressão acentuada da população municipal não é uma regressão linear: os contingentes populacionais rural e urbano comportam-se diferenciadamente, traduzindo alterações qualitativas no significado e na natureza da pequena cidade.

-----

A fazenda cafeeira constitui o fundamento último do duplo circuito de reprodução do capital do Complexo Cafeeiro. As formas de organização dessa célula produtiva essencial da economia cafeeira ajudam a compreender o caráter fortemente autárquico dos municípios das zonas cafeeiras, especialmente naquelas áreas de predomínio muito acentuado da grande propriedade.

São Martinho, localizada no Distrito de Pradópolis, foi a maior fazenda da área de Guariba. Seus quase 34 mil hectares estendiam-se ao longo do ramal da ferrovia, na margem direita do rio Mogi-Guassú, envolvendo os trilhos numa extensão de 36 quilômetros. Implantada em 1889, atingia já em 1905 mais de dois milhões de cafeeiros, mas ainda restavam amplas reservas de matas virgens no seu interior. Desde 1903, o transporte do café abandonara a via fluvial do rio Mogi-Guassú que a Companhia Paulista utilizava para fazer a conexão com a estação de Porto Ferreira, sendo embarcado na estação Martinho Prado, a dois quilômetros da sede. Mesmo esse percurso era feito por via férrea, já que a fazenda abrira um ramal particular que ligava a sede à citada estação.

O plantio de novos cafezais fazia-se por sistema de empreitadas de quatro anos, recebendo o empreiteiro uma remuneração monetária por pé de café e o direito de cultivar milho nas ruas do cafezal durante os dois primeiros anos. A colheita empregava em 1905 cerca de 250 famílias de colonos. O transporte do café para os terreiros era feito por 30 veículos puxados por animais, utilizando-se 100 muares e 160 bois carreiros. Cerca de quarenta carroceiros participavam da operação.

Nos terreiros de secagem empregavam-se de 60 a 120 pessoas, dependendo da safra. As águas do Córrego das Antas, que corre em frente à sede, serviam para a lavagem e despolpagem. Vagonetes sobre trilhos conduziam o café seco para as tulhas. Perto da tulha geral ficavam as casas de máquinas, integradas por um desbrugador, quatro ventiladores, dois descascadores, quatro separadores, três catadores, um aspirador e uma imensa beneficiadora.

Esse arcabouço produtivo apoiava-se num conjunto de aparatos complementares, cuja presença denotava simultaneamente o alto investimento em capital fixo e infra-estruturas representado pela fazenda e o seu caráter autárquico, função do fraco desenvolvimento da divisão territorial do trabalho no que concerne ao momento da produção cafeeira.

A força de trabalho residia em sete colônias, sendo três junto à sede e quatro dispersas pelo espaço de cafezais, num total de 318



casas (\*). Nessa época, não se permitia na São Martinho o plantio de milho e feijão nas ruas do cafezal formado, mas os colonos recebiam terrenos limpos fora do cafezal para essas culturas. Além disso, a fazenda fornecia áreas de pastos para os animais de criação dos colonos.

Um conjunto diferenciado de demandas dos colonos encontrava realização no interior da própria fazenda, que mantinha farmácia, armazém de secos e molhados, loja de ferragens e armarinho, sapataria, alfaiataria, restaurante, açougue, padaria, selaria, barbearia, cervejaria, fábrica de macarrão e até teatro. Um clínico habilitado para pequenas cirurgias residia permanentemente na fazenda (\*\*).

O aparato de administração geral, reparo e manutenção do maquinário e conservação das infra-estruturas envolvia a administração e o escritório central, habitações do pessoal empregado na administração e camaradas, depósitos de materiais, moinhos, olarias, barracões e armazéns, além de uma serraria de grandes proporções situada na colônia central de São Sebastião. A população total somava cerca de 2100 pessoas em 1905, das quais cerca de 1700 entre colonos e os seus familiares, sendo os demais camaradas ou funcionários da administração.

=====

(\*) *A fragmentação espacial das colônias é um dos sinais distintivos mais marcantes entre a velha fazenda escravista do Vale ou da região de Campinas e a fazenda pioneira do Oeste. Pierre Monbéig (1984: 177-179) observa agudamente o contraste entre o padrão espacial da fazenda escravista, que aproxima fisicamente as cabanas dos escravos à mansão senhorial, e da fazenda pioneira, que traduz na sua espacialidade fragmentária o funcionamento de mecanismos econômicos de coerção do trabalho.*

(\*\*) *Não existia ainda escola na São Martinho em 1905. Contudo, ela seria implantada na década seguinte. Em Guariba, existiam 17 escolas rurais em 1934, sendo 15 núcleos com 40 crianças ou mais e 2 núcleos com 25 a 39 crianças.*

Evidentemente, a São Martinho representava um caso extremo de auto-suficiência, em função do seu porte. A fazenda média e mesmo grandes fazendas possuíam aparatos complementares consideravelmente mais reduzidos. Contudo, em todos os casos, o processo de rápida ocupação pioneira de um território indiferenciado, visando a produção da mercadoria exportável, impunha uma forte diversificação de atividades e um elevado grau de auto-suficiência nos estabelecimentos cafeicultores de certo porte.

A dissolução do Complexo Cafeeiro significou a progressiva decomposição da célula cafeeira autárquica.

De um lado, esse processo resultou em rápida diminuição da população rural, com o estreitamento da matriz de absorção da força de trabalho na agricultura. As proporções entre a população rural e a população urbana típicas da época cafeeira são subvertidas na direção de uma concentração relativamente maior de habitantes no segmento urbano.

De outro lado, a divisão do trabalho entre cidade e campo conheceu um aprofundamento e sofisticação, em decorrência da ruptura da autarquia das grandes fazendas cafeeiras. Atividades secundárias e terciárias localizadas na fazenda cafeeira desapareceram com o retrocesso da população rural ou transferiram-se para os núcleos urbanos. Em alguma medida - e especialmente nas antigas áreas cafeeiras, marcadas pelo predomínio da grande propriedade - esse processo terá contribuído para acelerar uma definição mais nítida de

áreas de influência urbanas e hierarquias regionais, tendência inscrita na configuração progressiva de um mercado interno nacional e macro-regional.

Um dos elementos cruciais desse processo de transformação do antigo território cafeeiro foi a decadência da auto-suficiência alimentar.

O sistema do colonato supunha uma importante produção de alimentos, pois estava fundamentado na unidade familiar de trabalho e na combinação singular de remunerações monetárias e não-monetárias que geravam uma larga margem de flexibilidade para a organização dos dispêndios do fazendeiro com a força de trabalho. Longe de constituir uma monocultura típica, a economia cafeeira deflagrou uma dinâmica de crescimento simultâneo da produção da mercadoria nuclear (integrada ao circuito internacionalizado) e dos produtos secundários de subsistência (integrados ao circuito local) (\*).

Contudo, a combinação de culturas típica do Complexo Cafeeiro não deveria ser abordada unicamente sob a ótica das relações de trabalho e produção sedimentadas no colonato. Isso porque a produção de gêneros de subsistência nas áreas cafeeiras constituía uma condição indispensável para a própria empresa cafeicultora, que tinha que

=====

*(\*) O colonato deu aos produtores de café uma flexibilidade diante das flutuações de preços que, de outra forma, não teriam. O cultivo do café estava combinado com culturas alimentares. Esse sistema permitia aos fazendeiros comprimir os salários em dinheiro nas épocas de baixa dos preços do café, sem pôr em risco a oferta de mão-de-obra, possibilitando-lhes, assim, sobreviver relativamente incólumes às sucessivas crises de superprodução. Pela mesma razão, longe de ameaçar a produção de gêneros alimentícios, a expansão do café acarretava também um aumento nas culturas alimentares. Portanto, é impróprio conceber... a produção do café para exportação como uma monocultura em sentido estrito. Verena Stolcke, *Cafeicultura - Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*, Brasiliense, São Paulo, 1986, p. 54.*

transferir para espaços escassamente povoados a numerosa mão de obra da fazenda de café e, ao mesmo tempo, as condições de reprodução dessa força de trabalho.

Assim, a combinação do café com as culturas de subsistência não caracterizou apenas o colonato: esteve presente nos sistemas da parceria e da locação de serviços que o precederam na etapa da formação do Complexo Cafeeiro Capitalista. Pelo mesmo motivo, o circuito local das zonas cafeeiras compreendia o pequeno estabelecimento não-cafeicultor, que desempenhava funções necessárias de complementação da produção alimentar realizada nas fazendas de café (\*).

A dissolução do Complexo Cafeeiro significou o rompimento dessa simbiose de culturas, suplantada por especializações produtivas engendradas em função dos mercados inclusivos. Com isso, ocorre uma significativa redução da auto-suficiência local no que toca a um conjunto significativo de produtos alimentares:

TABELA 35 - GUARIBA: AREA CULTIVADA POR HABITANTE (ha.), 1920-1950

	1920	1932 (+)	1940	1950
Feijão	0,13	0,17	0,08	0,01
Milho	0,22	0,28	0,11	0,15
Arroz	0,03	0,11	0,03	0,09

(+) Foi utilizada a população municipal apurada em 1934.

Fontes: Censos de 1920, 1940 e 1950 (FIBGE)  
Estatística Agrícola e Zootécnica 1931/32 (Sec. Agricultura)  
Censo Demográfico de 1934 (GESP)

=====  
(\*). *Investigando as propriedades não-cafeicultoras da área de Jaú na etapa pioneira, Pedro Paulo Perides (1981: 188-197) revela as suas funções específicas de complementação da produção local de alimentos e a consequente integração diferenciada de um universo de estabelecimentos organizados em torno da economia do excedente no interior da economia cafeeira capitalista.*

O crescimento da área cultivada per capita dos produtos selecionados na década de 1920 revela a dinâmica de expansão simultânea do café e das culturas secundárias nessa fase marcada por intensa ocupação das áreas de matas remanescentes no município. Não é supérfluo observar que a cultura cafeeira apresentou uma expansão per capita mais expressiva ainda que o milho e o feijão, passando de 0,42 ha. por habitante em 1920 para 0,75 ha. por habitante em 1932.

A queda geral e acentuada na área per capita dos produtos selecionados observada entre 1932 e 1940 é um resultado da decadência cafeeira combinada com a penetração da cultura algodoeira. Tudo indica que, diferentemente do café, o cultivo comercial do algodão realizava-se em condições de integração muito maior nos mercados inclusivos, com provável aumento do consumo de produtos alimentares importados de outras áreas do estado ou do país (\*).

=====  
 (\*) Outra forma de abordar essa diminuição da auto-suficiência alimentar do município durante a decadência cafeeira é observar a diminuição relativa do número de estabelecimentos produtores de alimentos:

**GUARIBA: ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE FEIJÃO, MILHO E ARROZ, 1920 e 1940**

	1920		1940	
	Estabel.	%	Estabel.	%
Feijão	29	48%	56	35%
Milho	47	78%	85	53%
Arroz	43	72%	85	53%

Fonte: Censos (FIBGE)

Ainda, a diminuição relativa dos estabelecimentos produtores de alimentos decorre de uma mais intensa especialização de cada um dos estabelecimentos, coerente com uma mais profunda integração nos mercados inclusivos.

A década 1940-50 revela um crescimento da área cultivada per capita de milho e arroz, que entretanto não chega a permitir a recuperação dos níveis de 1932. Entretanto, as condições e finalidades dessas produções são, em 1950, muito diferentes do que eram em 1920 ou em 1932. Agora, a produção cerealífera pouca relação mantém com o mercado local ou com uma economia do excedente, realizando-se predominantemente (como vimos no Capítulo II.1) em estabelecimentos comerciais de médio e grande porte. Mesmo aí, aparecem portanto os sinais da integração crescente do município nos mercados inclusivos.

Essa integração representou um aprofundamento das especializações produtivas do município destinadas à comercialização. Um dos produtos que cristalizou essa tendência foi o gado bovino:

TABELA 36 - GUARIBA: CRIAÇÃO DE BOVINOS, 1920-1950

Ano	Bovinos por Habitante	Area de Pastos por Habitante (ha)
1920	0,48	0,71
1940	0,74	1,08
1950	1,13	1,62

Fonte: Censos (FIBGE)

Naturalmente, esse crescimento do número de cabeças de gado per capita e da área de pastagens per capita está longe de revelar uma

maior auto-suficiência alimentar do município. Desnuda, isso sim, um dos eixos de integração de Guariba na divisão do trabalho que se elaborava, na condição de fornecedor de carne e leite para outras áreas.

---

A década de 1930 assinala a transformação das velhas zonas cafeeiras da Paulista e Mogiana em centros de repulsão demográfica. Esse processo foi desencadeado pela desintegração da economia cafeeira, com a conseqüente liberação de força de trabalho antes empegada no colonato.

A comparação dos dados registrados pelo Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1934 com os do Censo do IBGE de 1940 mostra que o retrocesso demográfico foi generalizado, atingindo praticamente a totalidade dos municípios dessas áreas. Esse processo prosseguiu no decênio seguinte, quando a atual Região Administrativa de Ribeirão Preto apresentou saldo migratório negativo de 216.020 habitantes (38).

Entretanto, a mudança de escala da análise e a segmentação dos dados referentes aos contingentes de população rural e urbana revela

que esse retrocesso demográfico geral encobre um outro processo, de definição mais nítida de hierarquias urbanas regionais e configuração de áreas de influência mais cristalizadas.

A comparação do comportamento demográfico dos municípios de Jaboticabal, Araraquara e Ribeirão Preto ajuda a iluminar esse processo:

TABELA 37a - DINAMICA DEMOGRAFICA DOS MUNICIPIOS DE JABOTICABAL, ARARAQUARA E RIBEIRAO PRETO, 1934-1950

	Jaboticabal	Araraquara	Ribeirão Preto
1934 - Tot.	62.962	56.347	81.565
Pop. Rural	51.731	36.475	40.063
Pop. Urbana	11.231	19.872	41.502
1940 - Tot.	40.296	67.724	79.783
Pop. Rural	25.808	34.550	31.766
Pop. Urbana (+)	14.488	33.172	48.017
Sede Distrito (+)	11.592	27.724	46.946
1950 - Tot.	30.863	62.688	92.160
Pop. Rural	15.944	26.212	26.826
Pop. Urbana (+)	14.919	36.476	65.334
Sede Distrito (+)	13.850	34.114	63.312

(+) Engloba a população do meio urbano e do meio suburbano.

Fontes: Censo Demográfico de 1934 (GESP)  
Censos de 1940 e 1950 (FIBGE)



A decadência demográfica relativa de Jaboticabal fica mais clara ainda através da tabela seguinte:

TABELA 37b - DINAMICA DEMOGRAFICA DOS MUNICIPIOS DE JABOTICABAL, ARARAQUARA E RIBEIRAO PRETO, 1934-1950

	1934-40			1940-50		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
Jaboticabal	-50%	+29%	-36%	-38%	+ 3%	-23%
Araraquara	-28%	+67%	+20%	-24%	+10%	- 7%
R.Preto	-21%	+16%	- 2%	-16%	+35%	+16%

Fontes: Censo Demographico de 1934 (GESP)  
Censos de 1940 e 1950 (FIBGE)

A decadência demográfica relativa de Jaboticabal parece prender-se a pelo menos dois condicionantes: a situação dos eixos de transporte e as estruturas econômicas de partida.

Desde 1921, discutia-se na direção da Companhia Paulista a mudança da bitola da ferrovia no trecho Rincão-Bebedouro. Apesar da pressão de políticos de Jaboticabal pela implantação da bitola larga no tronco que passava pela cidade (e também por Guariba), esta acabou sendo implantada no antigo ramal de Barrinha. Assim, o tronco da ferrovia transferiu-se para lá, com a conseqüente transformação da via que passava por Jaboticabal e Guariba em ramal. A inauguração do novo

tronco aconteceu em abril de 1930, um ano após a transferência da 3 Divisão de Tráfego da Cia. Paulista de Jaboaticabal para Barrinha.

Por outro lado, desde a década de 1920 o advento do caminhão aprofundava a fluidez regional dos transportes, dissolvendo a linearidade de fluxos típica da época ferroviária. Uma malha incipiente de rodovias regionais complementava os eixos ferroviários de longa distância, intensificando as relações entre os núcleos urbanos regionais e contribuindo para o estabelecimento de novas hierarquias e zonas de influência.

Em 1924 a Via Anhanguera atingia Ribeirão Preto, que ganhava uma ligação rodoviária privilegiada com a capital do estado. Poucos anos depois, no início da década de 1930, a Via Washington Luiz atingia Araraquara, prosseguindo na direção de Catanduva e Rio Preto. A situação marginal de Jaboaticabal, na hinterlândia desses dois importantes eixos rodoviários, seria agravada com o aumento da importância dos fluxos rodoviários de longa distância, na década de 1940. Ampliando a velocidade e a intensidade da circulação material, as rodovias tornavam-se cada vez mais decisivas na seleção dos aglomerados urbanos chamados a desempenhar funções polares no macro-espaço paulista, numa fase de crescente centralização da atividade industrial na capital do estado.

Certamente, a situação privilegiada de Araraquara e Ribeirão Preto face aos eixos de transporte contribui para explicar o crescimento demográfico desses municípios nessa fase de retrocesso populacional regional. Como mostra a TABELA 37a, Ribeirão apresentou um incremento de quase 13% entre 1934 e 1950, mesmo tendo perdido população no intervalo 1934-40, enquanto Araraquara apresentou um

incremento praticamente idêntico (pouco mais de 11%), embora tenha retrocedido na década de 1940. Mais importante: esse incremento foi resultado de um aumento muito significativo da população urbana, mais que compensando a retração da população rural. No conjunto do período, Ribeirão experimentou aumento de 57% e Araraquara de 84% no contingente urbano, o que consolidou a posição dessas cidades como pólos regionais destacados. De seu lado, Jaboticabal experimentou um comportamento demográfico paralelo ao de Guariba, com retrocesso da população municipal (-51%) e um acréscimo moderado na população urbana (33%).

Contudo, a cristalização de um espaço funcional de nível regional dependeu fortemente das estruturas econômicas de partida, que não favoreciam a posição de Jaboticabal.

Desde a época cafeeira, Araraquara e Ribeirão Preto ocupavam posições diferenciadas num contexto de definição extremamente incipiente de hierarquias urbanas. Sem elaborarem verdadeiras áreas de influência polarizadas, as duas cidades destacavam-se como capitais regionais importantes, cujo impulso de crescimento remontava aos estágios iniciais do pioneirismo cafeeiro, quando serviam de nós de circulação e interligação da capital e das velhas regiões do leste com os planaltos em fase de ocupação do oeste.

Jaboticabal, por outro lado, assemelhava-se estruturalmente aos pequenos municípios cafeicultores, muito mais que a Ribeirão Preto ou mesmo Araraquara. Apesar da grande população municipal (em 1920 tinha 51.731 habitantes, contra 48.119 de Araraquara; em 1934 tinha-se distanciado ainda mais de Araraquara), contava com um contingente urbano relativamente reduzido, que não ultrapassava 18% da população

municipal em 1934. Efetivamente, a análise da estrutura ocupacional desses municípios revela que Jaboticabal aproximava-se mais de Guariba, sob o ponto de vista das funções que desempenhava, que dos importantes centros urbanos próximos.

TABELA 38 - MUNICIPIOS SELECIONADOS:  
ESTRUTURA OCUPACIONAL, 1934-50 (\*)

1934	Prim.	Secun.	Ter-Transp.	Ter-Com.	Ter-Serv.	Admin.
Guariba	80%	7%	3%	4%	2%	1%
Jaboticabal	73%	11%	3%	5%	4%	1%
Araraquara	60%	16%	8%	8%	5%	3%
R. Preto	47%	21%	7%	11%	7%	4%
1940	Prim.	Secun.	Ter-Transp.	Ter-Com.	Ter-Serv.	Admin.
Guariba	85%	3%	2%	3%	5%	1%
Jaboticabal	74%	6%	3%	5%	8%	3%
Araraquara	55%	16%	10%	7%	8%	3%
R. Preto	55%	14%	8%	3%	15%	5%
1950	Prim.	Secun.	Ter-Transp.	Ter-Com.	Ter-Serv.	Admin.
Guariba	73%	10%	5%	4%	8%	1%
Jaboticabal	56%	13%	4%	6%	19%	2%
Araraquara	38%	22%	12%	9%	18%	2%
R. Preto	29%	27%	7%	10%	26%	3%

Prim.- Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Extração Mineral

Secun.- Indústria de transformação

Ter-Transp.- Terciário: Transportes e Comunicações

Ter-Com.- Terciário: Comércio de Mercadorias, Imóveis, Val.Mobiliários

Ter-Serv.- Terciário: Serviços, Liberais, Atividades Sociais

Admin.- Administração Pública, Defesa e Segurança Pública

Fontes: Censo Demographico de 1934 (GESP)

Censos de 1940 e 1950 (FIBGE)

(\*) Eventualmente os percentuais não totalizam 100% em função de terem sido desconsideradas as ocupações classificadas como "mal definidas" ou "ignoradas". A população ativa de cada um dos municípios era a seguinte:

1934 - Guariba: 3191; Jaboticabal: 21077; Araraquara: 21607;  
Ribeirão Preto: 27609.

1940 - Guariba: 3176; Jaboticabal: 14715; Araraquara: 23987;  
Ribeirão Preto: 25533.

1950 - Guariba: 2885; Jaboticabal: 11629; Araraquara: 22383;  
Ribeirão Preto: 35067.

A análise do ponto de partida já revela o paralelismo entre Jaboticabal e Guariba, cujo significado conceitual é ainda maior quando se tem em conta que o primeiro possuía uma população ativa igual a quase sete vezes a do segundo. Apesar disso, a concentração da força de trabalho no setor primário e a fraqueza dos setores econômicos urbanos, comparativamente a Araraquara e Ribeirão Preto, definem a ambos como típicos pequenos municípios cafeicultores. Isso não significa que se possam desconhecer as diferenças, patentes no maior porte relativo das atividades industriais e nos serviços de Jaboticabal, mas permite a visualização de uma estrutura de partida que iria dificultar a diferenciação posterior de Jaboticabal.

As transformações do intervalo 1934-40 iluminam sob vários aspectos o comportamento dos centros urbanos sob o impacto da crise do Complexo Cafeeiro. Os quatro municípios experimentam uma tendência ao aumento relativo da população ocupada no setor primário e redução ou estagnação da indústria e do comércio. Essa tendência (que só não se realiza em Araraquara) liga-se à lógica da decomposição do colonato, que implicou na progressiva supressão da unidade familiar de trabalho no campo e a sua substituição pela contratação individual. Com isso, "aparecem" nas estatísticas os trabalhadores que estavam escondidos sob o manto de "dependentes" durante o colonato, mas que já eram de fato (ao menos parcialmente) força de trabalho do capital (\*).

=====  
(\* ) *Expressão desse processo - que é o processo de desintegração dos laços singulares com a terra e a produção da subsistência que faziam do colono um semi-assalariado - é a diminuição brusca da relação entre a população rural e a população empregada na agropecuária. Em Guariba, essa relação era de 3,17 em 1934, caindo para 2,48 em 1940.*

A estagnação, ou mais geralmente redução, da absorção de força de trabalho pela indústria e pelo comércio estão intimamente ligados à desagregação do Complexo Cafeeiro. Nos dois casos, a retração acentuada do mercado local - especialmente o mercado rural - determinou a supressão de parcela considerável das funções básicas desempenhadas por aquelas atividades, relacionadas ao atendimento de demandas da zona de influência do núcleo urbano. Com isso, o artesanato ou manufatura primária disseminados no território cafeeiro entram em processo de desaparecimento. Agregue-se a isto a supressão de atividades industriais e comerciais típicas da fazenda cafeeira e estará configurado o cenário retratado nas estatísticas.

Mesmo assim, a diferenciação estrutural de Araraquara e Ribeirão Preto é bastante nítida. O primeiro reduziu a absorção no Primário, praticamente mantendo intactas as participações da indústria e do comércio, enquanto desenvolvia o setor de transportes e os serviços, apresentando incremento positivo da população ativa. O segundo, mesmo conhecendo redução da população ativa, ampliação da participação do Primário e importantes reduções na indústria e no comércio, começa a desenvolver e diversificar os serviços.

Enquanto isso, Guariba e Jaboticabal mantêm uma estrutura ocupacional paralela à da época cafeeira, ainda que modificada pela ampliação relativa do Primário e redução da indústria e comércio. Uma certa ampliação e diversificação dos serviços permanece insuficiente para alterar os fundamentos da função de núcleos meramente locais - mesmo se de dimensões marcadamente diferentes - que desempenhavam na época anterior.

Mas o decênio 1940-50 parece crucial na seleção das aglomerações que irão desempenhar funções destacadas na hierarquia urbana regional.

O padrão de evolução da estrutura dos quatro municípios parece, numa primeira análise, similar: a redução da participação do Primário acarreta uma ampliação da participação dos demais setores, com destaque para a recomposição do comércio e, principalmente, da indústria. Na realidade, a retomada de posições relativas do comércio e da indústria está longe de indicar a reedição das estruturas típicas da época cafeeira. Expressa, isso sim, um outro patamar do processo de desenvolvimento econômico - no qual predominam os estabelecimentos de um certo porte e as empresas organizadas de forma capitalista - que ultrapassa o estágio do artesanato e da manufatura doméstica.

Contudo, a similitude da evolução das estruturas ocupacionais é unicamente aparente, pois a magnitude e a escala das transformações operadas em cada município condicionam o desenvolvimento de funções inteiramente distintas.

Ribeirão Preto e Araraquara cristalizam-se como cidades médias, mas cidades de porte e função hierárquica distintos. O primeiro define-se como capital regional num espaço funcional cada vez mais estruturado, enquanto o segundo define-se como centro regional importante. Essa distinção, que ainda não era clara em 1940, decorreu não apenas do contraste entre o deslanche populacional de um e a estagnação de outro, mas também da diversificação muito mais acentuada da estrutura de Ribeirão Preto.

A diferenciação das estruturas de Jaboticabal e Guariba transformou o primeiro num centro local de certa importância. Contudo, essa diferenciação foi insuficiente para distinguir com absoluta nitidez as funções dos dois municípios. Ambos apresentavam em 1950 um patamar excessivamente elevado de população primária, contrastando com Araraquara e Ribeirão. Apresentavam ainda um desenvolvimento muito insuficiente da indústria, comércio e transportes. Do ponto de vista estrutural, distinguíam-se claramente apenas quanto ao nível de desenvolvimento dos serviços. Essa distinção (ao lado, evidentemente, da diferença de porte das estruturas dos dois municípios) colocava Jaboticabal numa posição hierárquica superior à de Guariba.

A cristalização das posições distintas na hierarquia regional dos municípios de Ribeirão Preto, Araraquara e Jaboticabal transparece ainda no número e porte dos estabelecimentos comerciais e industriais registrados pelos censos econômicos:

TABELA 39a - JABOTICABAL, ARARAQUARA E RIBEIRÃO PRETO:  
ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS, 1940-1950

	Jaboticabal	Araraquara	R. Preto
1940 - Estabelec.	71	118	181
Pessoal Ocupado	617	2880	2730
Empregados/Estabelec.	8,7	24,4	15,1
1950 - Estabelec.	128	152	293
Pessoal Ocupado	949	3196	3937
Empregados/Estabelec.	7,4	21,0	13,4

Fonte: Censos (FIBGE)



TABELA 39b - JABOTICABAL, ARARAQUARA E RIBEIRÃO PRETO:  
ESTABELECIDAMENTOS COMERCIAIS VAREJISTAS, 1940-1950

	Jaboticabal	Araraquara	R. Preto
1940 - Estabelec.	186	274	485
Pessoal Ocupado	325	689	1142
Empregados/Estabelec.	1,7	2,5	2,3
1950 - Estabelec.	176	348	607
Pessoal Ocupado	393	869	1604
Empregados/Estabelec.	2,2	2,5	2,6

Fonte: Censos (FIBGE)

TABELA 39c - JABOTICABAL, ARARAQUARA E RIBEIRÃO PRETO:  
ESTABELECIDAMENTOS COMERCIAIS ATACADISTAS, 1940-1950

	Jaboticabal	Araraquara	R. Preto
1940 - Estabelec.	11	29	72
Pessoal Ocupado	26	170	469
Empregados/Estabelec.	2,4	5,9	6,5
1950 - Estabelec.	8	26	87
Pessoal Ocupado	28	148	538
Empregados/Estabelec.	3,5	5,6	6,2

Fonte: Censos (FIBGE)

A tabelas revelam algumas importantes diferenças estruturais entre Ribeirão Preto e Araraquara. O primeiro tendeu a desenvolver um leque bastante diversificado de atividades, na base de um impulso inicial de tipo comercial. O segundo, apesar da força da atividade industrial (ainda em 1950 organizada em estabelecimentos de porte maior que os de Ribeirão Preto), parece apresentar um desenvolvimento comercial consideravelmente menor, o que provavelmente restringe a sua capacidade de polarização regional. O contraste entre a atividade

atacadista desenvolvida por eles deve refletir com alguma precisão essa distinta posição na hierarquia regional.

Já a comparação entre a estrutura econômica de Jaboticabal e as estruturas dos outros dois municípios ajuda a iluminar a precária capacidade de polarização do primeiro. O porte dos estabelecimentos industriais e comerciais, muito menor que o de Ribeirão ou Araraquara, denuncia o fraco desenvolvimento de empresas capitalistas modernas. A estagnação da atividade varejista e atacadista entre 1940 e 1950, por sua vez, reflete a dificuldade desse centro urbano em elaborar uma zona de influência nitidamente delimitada, o que o distinguiria dos pequenos núcleos urbanos da região.

-----

O processo de cristalização de uma divisão territorial do trabalho de nível regional, com a sedimentação de hierarquias urbanas mais nítidas, implicou em uma certa concentração populacional nos municípios mais importantes. Implicou também num movimento generalizado de urbanização, paralelo à regressão demográfica global das velhas zonas cafeeiras.

A análise da dinâmica demográfica de inúmeros municípios cafeeiros que contavam menos de cinco mil habitantes no segmento urbano em 1934, localizados nas proximidades de Araraquara e Ribeirão Preto, revela um padrão similar de regressão demográfica geral e urbanização, durante a desagregação do Complexo Cafeeiro:

TABELA 40 - DINAMICA DEMOGRAFICA:  
MUNICIPIOS SELECIONADOS, (\*), 1934-1950

	1934-40			1940-50		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
Guariba (+)	-35%	+15%	-27%	-20%	+14%	-11%
Serra Azul	-28%	+12%	-22%	-12%	+ 2%	- 9%
Pitangueiras	-14%	+50%	- 3%	- 7%	+13%	- 2%
Jardinópolis	- 4%	+ 6%	- 2%	-27%	+ 5%	-20%
Cravinhos	-15%	+23%	- 7%	-44%	-19%	-37%
Sertãozinho	-40%	+16%	-31%	-16%	+28%	- 4%
Matão	-34%	+27%	-28%	-15%	+13%	-10%
Monte Alto	-51%	+17%	-45%	-30%	+20%	-21%

(+) Excluídos dados referentes ao Distrito de Pradópolis.

Fontes: Censo Demográfico de 1934 (GESP)  
Censos de 1940 e 1950 (FIBGE)

Apesar das diferenças marcantes na população total dos municípios selecionados, configura-se um comportamento demográfico que guarda uma certa semelhança, revelando o rompimento das proporções entre a população rural e urbana típicas da época cafeeira.

=====  
(\* ) A população total dos municípios selecionados é muito diferenciada, em 1934: Monte Alto - 36.893; Matão - 31.821; Sertãozinho - 31.039; Cravinhos - 19.780; Jardinópolis - 18.593; Pitangueiras - 13.809; Guariba - 9.685; Serra Azul - 6.248. Contudo, a população urbana de todos é muito reduzida, caracterizando pequenos núcleos urbanos em áreas cafeeiras: Sertãozinho - 4.817; Cravinhos - 4.034; Jardinópolis - 3.841; Monte Alto - 3.090; Matão - 3.006; Pitangueiras - 2.307; Guariba - 1.598; Serra Azul - 1.016.

Assim, a participação da população urbana, no ponto de partida (1934), girava em torno de 15% a 20%, com exceções como Monte Alto e Matão, que tinham menos de 10% dos habitantes no meio urbano. No ponto de chegada (1950), a participação da população urbana passa a oscilar entre 30% e 40%, embora apareçam exceções como Serra Azul e Matão, significativamente abaixo dos 30%.

A dinâmica demográfica de Guariba está integrada a esse padrão, com um retrocesso muito intenso da população rural entre 1934-40 e uma certa desaceleração desse retrocesso no decênio posterior. Essa liberação de população rural, vinculada à desagregação da economia cafeeira e do colonato, determinou a redução geral da população municipal no período considerado. Por outro lado, há um crescimento lento mas seguro da população urbana, resultando num aumento significativo da sua participação na população municipal (de 16,5% em 1934 para 33,6% em 1950) (\*).

=====

(\*) *E interessante observar, entretanto, que o primeiro impacto da crise cafeeira deu-se predominantemente sobre a população urbana:*

*GUARIBA: POPULAÇÃO RURAL E URBANA, 1928-1934*

	<i>Pop. Rural</i>	<i>Pop. Urbana</i>	<i>Pop. Total</i>
<i>1928</i>	<i>8.400</i>	<i>2.100</i>	<i>10.500</i>
<i>1934</i>	<i>8.087</i>	<i>1.598</i>	<i>9.685</i>

*Fontes: Octavio Rangel (1929)  
Censo Demographico de 1934 (GESP)*

*A queda da participação da população urbana, de 20% em 1928 para 16,5% em 1934 revela a força de inércia representada pela fazenda de café, que foi pega pela crise no auge da sua capacidade produtiva. Assim, o grande fluxo rumo ao norte paranaense no momento imediatamente posterior ao estalido da crise foi um fluxo formado em grande parte por contingentes urbanos.*

A análise da evolução da estrutura ocupacional de Guariba ajuda a iluminar os significados inscritos nesse processo de urbanização:

TABELA 41 - GUARIBA: ESTRUTURA OCUPACIONAL, 1934-1950

	1934	1940 (+)	1950 (+)
Expl.Solo e Subsolo	2551	2714	2094
Indústria Transform.	216	100	286
Transportes e Comun.	100	70	147
Comércio	122	91	102
Serviços	65	156	229
Administ./Seg.Public.	33	45	27
Outras	104	--	--
Total Ativos	3191 (33%)	3176 (37%)	2885 (35%)
Inativos	6494 (67%)	5497 (63%)	5428 (65%)
Total	9685	8673	8313

(+) Dados incluem a população do Distrito de Pradópolis.

Fontes: Censo Demográfico de 1934 (GESP)  
Censos de 1940 e 1950 (FIBGE)

O comportamento do Setor Primário já foi analisado. A sua ampliação no intervalo 1934-40, contrastante com a diminuição da população rural, expressa a desagregação da unidade familiar característica do colonato. A sua queda acentuada, no decênio seguinte, praticamente corresponde ao ritmo da urbanização, refletindo a continuidade da liberação de força de trabalho no campo.

O comportamento da indústria, dos transportes e comunicações e do comércio no intervalo 1934-40 reflete a dissolução dos fortes laços que prendiam o segmento urbano ao segmento rural na fase cafeeira. A diminuição da população rural parece constituir uma parte da explicação para a decadência de várias atividades urbanas que desempenhavam funções básicas no atendimento de demandas do circuito local. Por outro lado, a desagregação de um conjunto de atividades industriais, comerciais e de transportes realizadas no interior do estabelecimento cafeeiro provavelmente também está entre as causas da decadência de várias dessas atividades. Já as atividades de serviços experimentam um crescimento notável no período, o que sugere que o núcleo urbano tende a sustentar um crescimento apoiado cada vez mais em funções não-básicas, ou seja, no atendimento de demandas dos próprios habitantes do segmento urbano.

O intervalo 1940-50 registra um crescimento muito importante da indústria, e um crescimento moderado do comércio:

TABELA 42 - GUARIBA: ESTABELECEMENTOS  
COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, 1940-1950

	Industriais	Varejistas	Atacadistas
1940 - Estabelec.	15	34	-
Pessoal Ocupado	59	58	-
Empregados/Estabelec.	3,9	1,7	-
1950 - Estabelec.	33	40	5
Pessoal Ocupado	178	70	15
Empregados/Estabelec.	5,4	1,7	3,0

Fonte: Censos (FIBGE)

O jornal GAZETA DE GUARIBA de 1 de janeiro de 1950 trazia uma relação dos principais empreendimentos industriais do município:

TABELA 43a - GUARIBA: PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS, 1950

Tipo	Número	Tipo	Número
Açúcar e Alcool	2	Móveis	2
Aguardente	6	Sapatarias	4
Couros	4	Oficina Mecânica	1
Veículos	4		

Fonte: GAZETA DE GUARIBA de 1/1/1950

A tabela esclarece as modalidades do crescimento industrial do intervalo 1940-50, condicionado pela implantação de usinas de açúcar e álcool e engenhos de aguardente, que provavelmente concentram parcela considerável da força de trabalho do setor e explicam o aumento do porte médio dos estabelecimentos refletido na TABELA 42.

A mesma edição da GAZETA DE GUARIBA relacionava os principais empreendimentos comerciais:

TABELA 43b - GUARIBA: PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS, 1950

Tipo	Número	Tipo	Número
Padarias	2	Fazendas e Armazéns	3
Secos e Molhados	9	Alfaiatarias	2
Açougues	2	Bazares	2
Bares e Sorvetes	3	Barbearias	3
Postos de Gasolina	2	Exportador de Frutas	1

Fonte: GAZETA DE GUARIBA de 1/1/1950

A tabela ilumina a fraqueza do setor comercial do município, marcado pela presença de estabelecimentos de pequeno porte médio e com uma pequena variedade de empreendimentos, voltados quase exclusivamente para o atendimento de demandas cotidianas da população local.

A comparação entre o segmento urbano do município em 1934 e 1950, no que concerne às atividades industriais, comerciais e de serviços, ajuda a compreender as alterações radicais das funções desempenhadas pela pequena cidade.

Assim, as atividades comerciais não chegam a retomar a força de trabalho que empregavam em 1934, quando provavelmente já não empregavam toda a força de trabalho ocupada antes do estalido da crise cafeeira.

As atividades industriais sofrem uma alteração de natureza: a variada gama de ramos artesanais e de pequenas manufaturas que parecem ter cumprido funções básicas cruciais na fase cafeeira é substituída por um leque restrito de empreendimentos de maior porte vinculados prioritariamente à industrialização de produtos agrícolas. Integrando-se à divisão territorial do trabalho, Guariba passa a fornecer açúcar e álcool para os mercados inclusivos, abastecendo-se de bens industriais de uso cotidiano em empreendimentos localizados fora do município.



Finalmente, as atividades de serviços - que experimentam um grande incremento entre 1934 e 1950 - revelam o peso crescente das funções não-básicas na sustentação do incremento demográfico urbano. Assim, o que ocorre não é um retorno às estruturas típicas da fase anterior mas sim a integração da cidade nas novas espacialidades inclusivas que resultam da divisão territorial do trabalho e da ruptura das autarquias locais (\*).

=====  
(\* ) No setor de serviços, um sinal característico dessas transformações residiu na implantação das três primeiras agências bancárias no município durante a década de 1940.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffe.ch.usp.br/>.

